

ELYSON FERREIRA DE SOUZA

**OS POLOS AGROFLORESTAIS COMO POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM RIO BRANCO
NO ACRE: DA PROPOSIÇÃO À REALIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S729p
2008

Souza, Elyson Ferreira de, 1978-

Os polos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável em Rio Branco no Acre : da proposição à realidade / Elyson Ferreira de Souza.

– Viçosa, MG, 2008.

xxii, 163f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa

Referências bibliográficas: f. 144-151.

1. Agricultura familiar - Rio Branco (Acre). 2. Desenvolvimento sustentável - Aspectos ambientais. 3. Sociologia rural. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

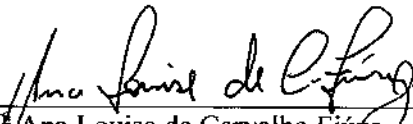
CDD 22.ed. 338.1098112

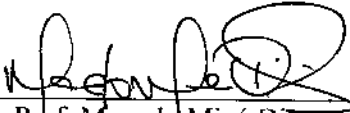
ELYSON FERREIRA DE SOUZA

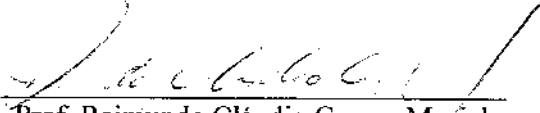
**OS POLOS AGROFLORESTAIS COMO POLITICA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM RIO BRANCO
NO ACRE: DA PROPOSIÇÃO À REALIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

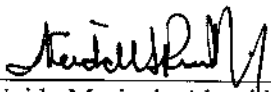
APROVADA: 13 de outubro de 2008.


Prof.^a Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Co-orientadora)


Prof. Marcelo Miná Dias
(Co-orientador)


Prof. Raimundo Cláudio Gomes Maciel


Prof.^a Márcia Pinheiro Ludwig


Prof.^a Neide Maria de Almeida Pinto
(Orientadora)

*A Ti, meu **DEUS**, por me dares a oportunidade de ver os bons e os maus exemplos e, a partir deles, escolher o caminho a seguir e os exemplos nos quais iria me espelhar. Por me dares a oportunidade de vencer e perder, o que me dignificou como homem. Por dares o consolo nos momentos de tristeza e dor. Por dares a força necessária nos momentos de fraqueza, a esperança nas horas de desilusão, a vontade de vencer nos momentos de dificuldade, a fé quando tudo me dizia “não” e pelo **Teu** imenso amor, elemento vital para que eu pudesse chegar a esta vitória. Em **Ti**, sou mais que vencedor!*

À minha família, pelo apoio incondicional de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Para mim, o título de mestre não é obtido simplesmente com a elaboração ou defesa de uma dissertação, mas é uma caminhada marcada pela constatação de minhas limitações e a “escalada de fortalezas” para buscar a superação. Desde minha infância até este momento, muitas foram as batalhas travadas no transcorrer de minha vida social e acadêmica. Nessa caminhada ao longo dos anos, vivenciei o amargo das derrotas e a doçura das vitórias, alegrias, decepções, escolhas, sacrifícios, privações e, ao final de tudo, vejo que todas estas sensações foram lições que cooperaram para meu aprendizado. Sei que posso descansar apenas por um pouco de tempo, pois minha caminhada não pode parar, minha responsabilidade social diz que há muitos passos a serem dados, ainda há sementes para plantar e frutos a serem colhidos. Portanto, ao chegar ao final desta etapa, gostaria de agradecer a pessoas e instituições que ao longo de minha vida foram fundamentais e contribuíram significativamente para o bom êxito da minha jornada. Dedico e digo a elas que essa vitória também lhes pertence!

Ao povo brasileiro e acriano, que, por meio de suas contribuições via impostos, deu-me ao longo da vida a possibilidade de estudar em escolas públicas e hoje realizar este sonho, financiando meus estudos por meio do Governo do Estado do Acre (afastamento com parte dos vencimentos) e do Convênio entre o Banco da Amazônia e a Prefeitura Municipal de Rio Branco, administrado pela Fundação Bioma da Ufac.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), em especial a todo o corpo docente do Mestrado em Economia Doméstica, com o qual tive a oportunidade de conviver, especialmente Dorinha, Fatinha, Karla, Neuza e à minha orientadora Neide, extensivo a

professores de outros departamentos Franklin, Ana Louise, Ronivaldo e Rita Márcia, pois proporcionaram ensinamentos que contribuíram em muito para minha formação. Também agradeço aos demais funcionários do Departamento de Economia Doméstica, especialmente, Aloísia, Lena, Toninho, Gabriel, Renato e Roberto, pelos momentos de atenção e doce amizade. Valeu, gente!

À minha orientadora, professora Neide Maria de Almeida Pinto, pelo convívio, amizade, pela paciência e pela orientação, que me permitiram seguir pelos melhores caminhos para dar cabo dessa missão com tranquilidade. Aos conselheiros Ana Louise e Marcelo Miná, pela amizade, pelas conversas, por compartilhar de textos e por suas preciosas sugestões, que deram maior qualidade ao trabalho. Aos professores Raimundo Cláudio Gomes Maciel e Márcia Ludwig, membros da minha banca de defesa, pelos ensinamentos e pelas sugestões apresentadas para a melhoria deste trabalho.

À Prefeitura de Rio Branco, por meio dos professores Raimundo Angelim, Mario Fadell, Judson Valentim, Raimundo Cláudio e dos técnicos de seus Departamentos que proporcionaram o apoio logístico tão necessário à pesquisa de campo. De igual modo, agradeço ao Projeto ASPF/Ufac, pelo apoio de todas as horas, especialmente aos companheiros de andanças na pesquisa de campo: Gisele Batista, Ana Cláudia Rossetto, Saulo Santos, Plínio Mendonça, Keyze Campos e aos que ajudaram do gabinete: Valdeci Gusmão Júnior e Jeísa Acióle.

Aos moradores dos Polos Agroflorestais, Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming em Rio Branco, pelos bons préstimos e pela paciência dispensada na ocasião das entrevistas e por serem exemplos de luta e de vida, que honram e dignificam o povo acriano.

Aos meus bisavós, representados por “Raimundão” (*in memoriam*) e “Helita”, que vivenciaram o período do 1º ciclo da borracha e a Revolução Acreana, compartilhando comigo, durante a minha infância, os fatos mais marcantes que cercaram suas vidas e a História do Acre. “Ei, vô! Muito do que o senhor me contou quando eu era criança está escrito aqui, perdoe-me se não tive a mesma habilidade de transmissão, pois ainda não tenho a capacidade e eloquência que o senhor dominava com maestria.”

Aos meus avós, “Zé Curió” e “Francisquinha” e “Manél Mandim” (*in memoriam*) e “Mariêta” (*in memoriam*), que vivenciaram o período do 2º ciclo da borracha e para mim sempre serão meus exemplos de vida, de humildade. Sempre os

carregarei na mente e no coração, pois os amarei eternamente! Obrigado por sempre darem crédito a mim em todas as horas!

Aos meus pais, Raimundo e Raimundinha, que vivenciaram no Acre o processo de expansão da fronteira agrícola, sempre direcionaram a mim palavras de carinho, encorajamento diante das dificuldades, realizando incansavelmente esforços e orações em prol do meu bem-estar. Pessoas cujas histórias de vida se tornaram fonte viva para minha inspiração. Perdoem-me pela ausência, não houve um só dia, em que eu não pensasse em vocês.

Aos meus irmãos, Éccio e Elly, que cresceram comigo ouvindo as histórias do Acre, pessoas amáveis com quem tive o privilégio de um convívio saudável e acolhedor. Obrigado pela força tão fundamental para que pudesse lutar nos momentos de dificuldade!

Aos meus amados sobrinhos, João Marcos e Amanda, por manterem vivos em mim a esperança, a fé e a disposição de crer em dias melhores e lutar por um futuro com boas perspectivas.

À minha esposa, Gisele, por abrir mão de sua vida e dos projetos no Acre e embarcar comigo rumo a Viçosa, apostando no nosso projeto de crescimento como pessoas. Obrigado por me ajudar nas discussões sobre este trabalho e nas andanças de campo. Você cumpriu com excelência o juramento: "... na alegria, na tristeza, na saúde e na doença." Foi árduo, mas conseguimos!

Aos tios e tias, primos e primas e demais familiares (tanto da linha paterna como materna) pela torcida, preocupação e pela força.

Aos sogros, Edna e João, aos cunhados Edjane e Francisco, à dona Bibi, pela torcida para que eu concluísse com louvor essa caminhada.

Ao meu tio, Francisco Edimar, que durante este período superou com a ajuda de Deus e do meu tio, Josinei, a adversidade de um trágico acidente, um verdadeiro exemplo de superação, força de vontade e fé, reforçando em nossa família os laços de união que sempre tivemos.

Ao meu irmão, Saamim Sadack, pelo companheirismo de sempre.

Aos cunhados, Aldeísa, Júnior e Gleyce, pela constante torcida.

Aos meus avós, Zé e Fransquinha, aos meus pais, Raimundo e Raimundinha, aos sogros João e Edna, à tia Neide e à minha irmã Elly, que, mesmo na labuta de seus compromissos e dificuldades, proporcionaram-me ajuda financeira nos momentos de grandes dificuldades em Viçosa.

Aos amigos e conterrâneos, Eufraan Amaral, Leoneide, Leonardo (in memoriam) e Hellen, pela hospedagem em seu lar e ajuda dispensada nos primeiros dias em Viçosa.

Aos colegas de Mestrado, pela amizade, oportunidade de crescimento mútuo e pelo convívio nesta difícil, mas divertida jornada acadêmica. Um grande beijo a todos, saibam que vocês têm um lar 100% acriano, o meu coração!

Ao amigo Raimundo Nonato (Diretor da Contadoria Geral do Estado do Acre), exemplo de determinação, profissionalismo e de pessoa. Figura honrada de Tarauacá-AC, com quem tive a alegria de trabalhar e aprender muita coisa. Aos amigos Geraldo Pereira, Francisco Sobrinho (Chiquito) e Elias Mansour por toda a ajuda, estímulo, confiança e votos de sucesso.

À ajuda vital de cinco amigos que somaram forças em momentos decisivos deste trabalho: o eterno professor Reginaldo Castela, pelas dicas, conversas e lições sempre oportunas e motivadoras; ao Brilhante, pela ajuda no trato com os dados estatísticos; a Sonaira Souza, pela presteza na confecção dos mapas; e às amigas Christine e Irene Makalebo, pela solidariedade em ajudar com o Abstract em função de nossa amizade e amor pelo Brasil, pelo Acre e pela temática estudada.

Aos irmãos em Cristo que sempre apresentaram minha vida e a de minha esposa em suas orações, mostrando-me que tudo é possível àquele que crê no Senhor Jesus. Agradeço as orações de todos da Igreja Católica e Igreja Batista do Bosque em Sena Madureira, assim como as orações dos irmãos da Igreja do Evangelho Quadrangular, do Bairro XV, em Rio Branco-AC e de Viçosa-MG. Que Deus lhes dê infinitamente mais!

A todos os que contribuíram para minha formação, citando aqui os professores, funcionários e colegas de sala, dos tempos do Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, a Escola de Ensino Fundamental Instituto Santa Juliana, Ensino Médio Dom Júlio Mattioli (Formação Magistério) todas na minha amada cidade de Sena Madureira no Acre, extensivo à Graduação em Economia e de Especialização em Economia do Setor Público, ambos pela Universidade Federal do Acre em Rio Branco. Valeu, gente!

Enfim, agradeço a todos que de forma direta e indireta cooperaram para a realização deste sonho.

BIOGRAFIA

ELYSON FERREIRA DE SOUZA, acriano de Sena Madureira, filho de Raimundo Cristino de Souza Filho e Raimunda Ferreira de Souza, nasceu em 22 de março de 1978.

Iniciou sua vida escolar na pré-escola Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho.

Em fevereiro de 1985, ingressou na Escola de Ensino Fundamental Instituto Santa Juliana.

Em março de 1993, ingressou no Ensino Médio na Escola de Segundo Grau Dom Júlio Mattioli (Formação Magistério).

Obteve graduação em Economia pela Universidade Federal do Acre (Ufac) em 2002 e Licenciatura Plena em Matemática no ano de 2004. Especializou-se em Economia do Setor Público no ano de 2004 pela Ufac.

Em 2006, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), defendendo, em 13 de outubro de 2008, a dissertação “Os Polos Agroflorestais como Política de Desenvolvimento Rural Sustentável em Rio Branco no Acre: da proposição à realidade.” Trabalho inserido na linha de pesquisa Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE FOTOS	xii
LISTA DE GRÁFICOS	xiii
LISTA DE TABELAS.....	xv
LISTA DE SIGLAS	xvii
RESUMO.....	xix
ABSTRACT.....	xxi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Interesse pelo tema.....	1
1.2. Contextualização do problema e objetivos	3
1.2.1. Caracterização dos Polos Agroflorestais pesquisados	9
1.2.1.1. Polo Agroflorestal Geraldo Mesquita.....	9
1.2.1.2. Polo Agroflorestal Geraldo Fleming.....	11
1.3. Procedimentos metodológicos	13
1.3.1. Tipo e natureza da pesquisa	13
1.3.2. População pesquisada, pessoal envolvido na pesquisa e apoio logístico.....	14
1.3.3. Dimensões e variáveis analíticas	18
1.4. Procedimentos para a análise de dados.....	20
1.4.1. Análise de dados quantitativos	20

	Página
1.4.1.1. Custos totais de produção	21
1.4.1.2. Medidas de resultado e eficiência econômica.....	22
1.4.1.3. Medidas de eficiência ou relação.....	25
1.4.2. Análise de dados qualitativos	26
1.5. Estrutura do trabalho.....	27
2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E DO ACRE E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADAS NA REGIÃO ...	28
2.1. Os primeiros habitantes da Amazônia e a descoberta da borracha.....	28
2.2. Políticas de ocupação e desenvolvimento para a Amazônia e o Acre, incentivadas pelo capital monopolista internacional: o primeiro ciclo da borracha	30
2.2.1. O sistema de aviamento como dominador das relações produtivas.....	34
2.3. A II Guerra Mundial e a intervenção estatal sobre o extrativismo: o segundo ciclo da borracha.....	36
2.4. As políticas desenvolvimentistas do governo militar: a expansão da fronteira agrícola e seus reflexos sobre as populações tradicionais.....	40
3. AS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	47
3.1. Os parâmetros tradicionais de desenvolvimento e a crise ambiental.....	47
3.2. A sustentabilidade como alternativa de desenvolvimento	52
3.3. A influência da pobreza sobre as condições de vida	56
3.4. As políticas públicas como estratégias redutoras da pobreza.....	63
4. CONDIÇÕES DE VIDA E SUSTENTABILIDADE NOS POLOS GERALDO MESQUITA E GERALDO FLEMING	67
4.1. Condições de vida das famílias antes e após o assentamento.....	67
4.2. Considerações sobre a dimensão econômica	71
4.2.1. Considerações sobre a dimensão social	87
4.2.1.1. Condições de moradia.....	87
4.2.1.2. Condições dos serviços e da infraestrutura.....	96
4.2.1.3. Condições de saúde.....	104
4.2.1.4. Condições educacionais	109
4.2.1.5. Condições de lazer	116
4.2.2. Considerações sobre a dimensão ambiental.....	120
4.2.3. Considerações sobre a dimensão político-institucional	125
4.2.4. A sucessão nos Polos	130

	Página
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
ANEXOS	152
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	133

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Distribuição das famílias pesquisadas em loteamentos do Polo Geraldo Mesquita.....	10
2 Distribuição das famílias pesquisadas em lotes do Polo Geraldo Fleming ..	12
3 Localização de Rio Branco no Acre e no Brasil.....	14
4 Localização dos Polos em Rio Branco e no Acre.....	15
5 Dimensões analíticas da sustentabilidade e condições de vida das famílias	18
6 Representação do Sistema de Aviamento.....	35

LISTA DE FOTOS

	Página
1 Primeiras famílias assentadas e suas habitações.....	6
2 Trabalho familiar praticado nos Polos	72
3 Tipos de residências edificadas nos Polos	95
4 Açudes e poços utilizados pelas pessoas dos Polos para uso da água para o consumo e banho	99
5 Ramais que interligam os Polos às estradas principais.....	99
6 Jovens dos Polos indo à escola	111
7 Trato com o lixo nos Polos	122
8 Condições sanitárias nos Polos	123
9 Sedes das associações dos polos e reuniões.....	130
10 Assentados e seus sucessores.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
1 Avaliação das condições econômicas no Polo Geraldo Mesquita	87
2 Avaliação das condições econômicas no Polo Geraldo Fleming	87
3 Avaliação de moradia no Polo Geraldo Mesquita	95
4 Avaliação de moradia no Polo Geraldo Fleming	95
5 Avaliação de infraestrutura no Polo Geraldo Mesquita	103
6 Avaliação de infraestrutura no Polo Geraldo Fleming	103
7 Avaliação dos serviços de saúde no Polo Geraldo Mesquita.....	109
8 Avaliação dos serviços de saúde no Polo Geraldo Fleming	109
9 Avaliação da educação no Polo Geraldo Mesquita	115
10 Avaliação da educação no Polo Geraldo Fleming.....	115
11 Avaliação do lazer no Polo Geraldo Mesquita	119
12 Avaliação do lazer no Polo Geraldo Fleming	119
13 Avaliação das condições ambientais no Polo Geraldo Mesquita.....	125
14 Avaliação das condições ambientais no Polo Geraldo Fleming	125

	Página
15 Avaliação das condições político-institucionais no Polo Geraldo Mesquita.....	129
16 Avaliação das condições político-institucionais no Polo Geraldo Fleming ..	129

LISTA DE TABELAS

	Página
1 Evolução do desmatamento no Estado do Acre nos anos de 1975 a 1992 ...	5
2 Caracterização dos Polos Agroflorestais geridos pelo município.....	9
3 Número de mantenedores e filhos entrevistados nos Polos.....	16
4 Relação de entrevistas com os gestores vinculados aos Polos.....	17
5 Comparativo da produção de borracha (em toneladas) na Amazônia e continente asiático, no período de 1827-1937	32
6 População urbana e rural do Estado do Acre nas décadas de 1960 a 1991 ..	44
7 Acumulação teórica do desenvolvimento sustentável dos organismos internacionais	54
8 Perfil socioeconômico dos moradores dos Polos.....	68
9 Participação dos produtos na renda bruta total dos Polos.....	73
10 Índices de resultados e eficiência econômica	75
11 Análise das condições de produção e situação econômica nos Polos.....	82
12 Percepções sobre os aspectos econômicos nos Polos	84
13 Descrição das condições habitacionais nos Polos.....	89

	Página
14	Percepções sobre as condições de moradia nos Polos 91
15	Composição de infraestrutura nos Polos..... 97
16	Percepções sobre as condições de infraestrutura nos Polos..... 101
17	Dimensões de saúde nos Polos 105
18	Percepções sobre os serviços de saúde 107
19	Distribuição educacional nos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming . 110
20	Composição educacional nos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming . 113
21	Percepções sobre educação nos Polos..... 113
22	Condições de lazer e desporto nos Polos 117
23	Percepções sobre lazer nos Polos..... 118
24	Aspectos ambientais nos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming 121
25	Percepções sobre os aspectos ambientais nos Polos..... 124
26	Situação político-institucional nos Polos 127
27	Percepções sobre as instituições e entidades nos polos 127
28	Perspectivas dos pais sobre a Sucessão nos Polos 131
29	Concepções e interesse dos filhos sobre o trabalho e sucessão nos Polos.... 133
30	Expressão de pais e filhos sobre o vínculo com os Polos..... 135
31	Preferências dos pais quanto às atividade futuras dos filhos 136

LISTA DE SIGLAS

ASPF	Projeto Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre
BASA	Banco da Amazônia SA
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BCB	Banco de Crédito da Borracha
CAETA	Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FIDAM	Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Acre
GERA	Grupo Executivo de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NARIS	Núcleo de Apoio Rural Integrado
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PAs	Polos Agroflorestais.
PADs	Projetos de Assentamento Dirigidos
PIB	Produto Interno Bruto.
PIN	Plano de Integração Nacional.

PMRB	Prefeitura Municipal de Rio Branco
PNB	Produto Nacional Bruto
POLAMAZÔNIA	Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.
PROBOR	Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústrias do Norte e do Nordeste
RADAM	Projeto Radar da Amazônia
SAFRA	Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta da Prefeitura de Rio Branco
SAFs	Sistema Agroflorestal
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SEMTRABES	Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SINPASA	Sindicato dos Pequenos Produtores e Assalariados do Acre
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
Ufac	Universidade Federal do Acre
ZEAS	Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco

RESUMO

SOUZA, Elyson Ferreira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2008.
Os polos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável em Rio Branco no Acre: da proposição à realidade. Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-orientadores: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Marcelo Miná Dias.

A presente pesquisa analisou se a política pública de desenvolvimento rural denominada Polos Agroflorestais proporciona melhorias de vida às famílias assentadas em Rio Branco-AC, figurando como uma alternativa de sustentabilidade nos aspectos econômico, social, ambiental e político-institucional. Os principais resultados da pesquisa revelaram que, em termos econômicos, os Polos representaram oportunidade de geração de renda e importante estratégia para a subsistência das famílias. No social, o maior avanço dos Polos foi propiciar moradia às famílias. Em contrapartida, os Polos não apresentam unidades de saúde, policiamento e espaços públicos destinados ao lazer. No aspecto ambiental, a maior parte das famílias pesquisadas revelou sentir necessidade de maiores cuidados no trato com o lixo, destinação de dejetos humanos e da água usada nas casas. No aspecto político-institucional, a pesquisa revelou que as famílias tinham consciência de que o desenvolvimento em nível local poderia ocorrer de várias formas e uma delas seria por meio do acesso a políticas públicas. No entanto, a maioria das famílias assume uma postura pouco proativa, pois deixa a cargo do poder público e das associações a responsabilidade exclusiva de “apresentar melhores resultados quanto aos benefícios para a comunidade”. A análise das condições de vida das famílias

pesquisadas apresentou algumas privações quanto ao lazer, educação, saúde, infraestrutura e outros aspectos que afetam decisivamente a maior parcela populacional dos Polos: os jovens. Tal perspectiva compromete seriamente a sucessão e a sustentabilidade dos Polos na condição de política pública. Para que haja melhoras efetivas nas condições de vida das famílias que residem nos Polos Agroflorestais, há que ampliar as práticas holísticas de desenvolvimento, nas quais são considerados não somente os aspectos econômicos, mas a correlação destes aspectos, com o acesso aos serviços sociais básicos, cuidados ambientais e engajamento político-institucional.

ABSTRACT

SOUZA, Elyson Ferreira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, October 2008.
The agroforestry poles as sustainable rural development in Rio Branco in Acre: of the proposition to the reality. Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-advisers: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Marcelo Miná Dias.

This research analyzed if a public rural development policy called Agroforestry Poles, offers an improvement of life for families established in Rio Branco-AC, presented as an alternative of durability in economical, social, environmental and political-institutional aspects. The main results of the research revealed that, in economical terms, the Poles could represent an opportunity for sources of income and important strategies for the subsistence of the families. In social aspects, the best progress of the Poles was to provide housing for the families. However, the Poles do not offer health units, security patrol and public areas for entertainment. Concerning the environmental aspect, the majority of the families involved in the research expressed the necessity of better care of waste disposal, disposal of human waste and used domestic water. In the political-institutional aspect, the research revealed that the families were aware that the local development could be promoted in many ways and one of these could be by the access to public policies. However, the majority of the families do not have a proactive position: they give to the public authorities and the associations, the exclusive responsibility to “offer better results concerning the benefits for the community”. The analysis of the families’ living conditions presented a deficiency in entertainment, education, health, facilities and other aspects that affect in a decisive way

the main part of the population of the Poles: young people. Such a perspective seriously compromises the succession and the sustainability of the Poles, as far as the public policy is concerned. To have an effective improvement in the living conditions of the families dwelling in Agroforestry Poles, it is necessary to extend holistic practices of development, in which are considered not only economical aspects but a correlation of these aspects with the access to basic social services, environmental care and political and institutional commitment.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (CMMAD, 1988, p. 9).

Segundo documentos oficiais do poder público municipal de Rio Branco no Acre, foi do aporte conceitual citado na epígrafe acima que surgiu a inspiração para a formulação da política pública denominada “Polos Agroflorestais”, objeto desta pesquisa. A presente pesquisa tem como objetivo analisar se os Polos Agroflorestais proporcionaram melhorias às condições de vida das famílias assentadas, figurando como uma alternativa de sustentabilidade nos aspectos econômico, social, ambiental e político-institucional. Neste capítulo, são abordados os aspectos que motivaram a escolha do tema, a problemática, objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa.

1.1. Interesse pelo tema

A presente pesquisa enfoca uma política pública de desenvolvimento rural denominada Polos Agroflorestais (PAs), em Rio Branco-AC, em termos de suas possíveis influências sobre as condições de vida das famílias assentadas. Procuramos analisar se tal política pública se constitui em uma alternativa de desenvolvimento sustentável. Segundo Rêgo (1996), os PAs são uma modalidade de assentamento que se propõem a associar entre si, espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras), cultivos de produtos agrícolas, a chamada lavoura branca (arroz, feijão, mandioca e milho), cultivo

de diversos tipos de frutos e criações de animais de pequeno e médio porte, tudo em uma mesma área. Para este autor, tudo isso posto de forma harmônica e coesa, como uma alternativa de uso sustentado.

No estado do Acre, as primeiras experiências com os PAs foram iniciadas pelo poder público municipal da capital do Estado, como uma política de fixação do homem no campo a partir de 1993. Consta em documentos oficiais, que os PAs foram implantados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB) com base nos pressupostos do desenvolvimento sustentável desenvolvidos pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1987.

O interesse em pesquisar os PAs como política de desenvolvimento sustentável surgiu durante minha jornada acadêmica no curso de Ciências Econômicas relacionado às minhas experiências como bolsista de um Projeto de Pesquisa^{1/} que gerou vários resultados sobre a realidade rural acreana. Dentre os resultados dessas pesquisas realizadas, dois particularmente me instigaram para um maior aprofundamento em novas pesquisas: um que apontava que, no meio rural, o desempenho econômico das famílias assentadas era melhor do que quando moravam nas periferias; e outro que chamava a atenção para uma relativa vantagem do sistema de produção agroflorestral em relação aos demais sistemas produtivos, o que poderia ser um fator de melhores condições de vida das famílias assentadas nos sistemas agroflorestrais. Essa experiência profissional me possibilitou ter um maior conhecimento e contato com a realidade rural do Estado e ampliar meus horizontes de investigação para além do âmbito econômico. Além de analisar os aspectos relacionados à renda das famílias assentadas, pude focar também aqueles relativos ao acesso a uma série de serviços e recursos voltados para minorar as necessidades básicas da população assentada.

Os questionamentos quanto à efetiva sustentabilidade dos PAs me motivaram a desenvolver esta pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica na linha de pesquisa “Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais”. Portanto, tal incursão teve como objetivo verificar se esta política pública de desenvolvimento rural está sendo capaz de cumprir com os seus objetivos de promover

^{1/} No curso de Ciências Econômicas, entre 1997 e 1998, tive a oportunidade de estagiar no Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia intitulado “Análise Econômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Vale do Acre (ASPF)” pela Universidade Federal do Acre (Ufac). No projeto ASPF, eram estudados três sistemas básicos da produção familiar na região: o agrícola, o extrativista e o sistema de produção agroflorestral.

melhorias nas condições de vida de seus beneficiários, considerando não somente os aspectos econômicos, mas, também, os aspectos sociais, ambientais e político-institucionais.

A grande motivação para a execução deste trabalho residiu também no fato de que, passados mais de quatorze anos de implementação das primeiras experiências com os PAs, percebe-se ainda uma lacuna em termos de estudos sobre a eficácia dessa política na perspectiva das famílias assentadas. Acreditamos ser relevante analisar como a população assistida avalia as possíveis influências sobre suas “condições de vida”, considerando o estudo de variáveis econômicas, sociais e ambientais. Acredita-se que a análise dessa política de desenvolvimento rural na perspectiva das famílias assentadas possa se constituir em um importante subsídio para a implementação de políticas públicas que visem à melhoria das condições de vida no meio rural nas localidades pesquisadas.

1.2. Contextualização do problema e objetivos

As políticas de desenvolvimento utilizadas na região amazônica após 1970 levaram o Estado do Acre a passar por consideráveis modificações em seu quadro agrário, o que gerou graves impactos ambientais, especulação de terras para a pecuária, além da violenta expulsão dos povos tradicionais da floresta^{2/} dos locais onde há décadas viviam, acirrando em todo o Acre uma série de conflitos sociais, principalmente em sua região mais populosa (BATISTA, 2004).

Não há dúvida de que os modelos de desenvolvimento direcionados para a Amazônia, sobretudo na década de 70, trouxeram mazelas para as populações tradicionais tanto nos aspectos socioeconômicos, como nos ambientais (SILVA, 1990; RÊGO, 2002). Como exemplo destes eventos, podemos citar a forte migração para as cidades^{3/} e os crescentes desmatamentos^{4/} ocasionados com a implantação de pastagens e a prática da agricultura itinerante dos assentamentos tradicionais.

^{2/} Segundo o Decreto que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (6.040, de 7/2/2007), estes segmentos sociais são definidos como: “(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” A categoria ‘povos tradicionais da floresta’ é uma categoria analítica e uma categoria política utilizada para se referir aos moradores típicos das matas da região amazônica, tais como: índios, seringueiros, posseiros, extratores de castanha do Brasil e ribeirinhos.

^{3/} O volume de migrações pode ser mais bem observado na Tabela 2.

^{4/} Maiores detalhamento sobre o volume de desmatamento na região ver Tabela 7.

Segundo Souza (2002), as modalidades de assentamentos tradicionais propostos pelo Incra para a Amazônia e o Acre foram idealizados a partir de um estudo realizado em 1971, intitulado “Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores” e contava com a assistência do governo federal em seis programas de apoio ao agricultor, os quais seriam: distribuição de lotes de terra; organização territorial; organização administrativa do projeto; organização do assentamento; e organização das unidades agrícolas e da infraestrutura física destas unidades. O acesso aos demais direitos sociais básicos como saúde, educação, transporte, saneamento, crédito, dentre outros, não teriam a participação direta do Incra, antes, porém, seriam de responsabilidade do governo local ou dos próprios beneficiários.

Na prática, estes assentamentos eram distantes das cidades, sem a devida infraestrutura, o que proporcionava isolamento, dificultando o acesso daquelas famílias aos benefícios da assistência técnica, escoamento e comercialização de produção. Do ponto de vista produtivo havia neles o cultivo de culturas temporárias e permanentes via agricultura itinerante, considerada por alguns, como nociva ao meio ambiente, além da extração vegetal e a criação de animais de médio e pequeno porte. Diante das precárias condições vivenciadas pela maioria das famílias, da falta de estruturação daqueles assentamentos e dos baixos preços obtidos pelos poucos produtos agrícolas que eram comercializados, o êxodo era inevitável. Em síntese, os modelos de assentamentos tradicionais implantados na Amazônia e no Acre desde 1970 apresentavam o rural como uma ideia de oposição ao urbano, cuja dissociação entre estes espaços era latente.

No caso do Acre, estes impactos socioeconômicos e ambientais foram bastante significativos ao longo das décadas, exigindo por parte do poder público uma ação que os amenizasse. Considerando o crescimento dos índices de desmatamento no Estado, o poder público municipal de Rio Branco pensou na elaboração de uma política pública, que, segundo ele, fosse adequada à região e capaz de conciliar a resolução de problemas ambientais, econômicos e sociais, fundamental para conter o êxodo rural. Era a implantação dos PAs, com base na implantação de Sistemas Agroflorestais^{5/} (SAFs). Desse modo, o poder público acreditava estar propondo às famílias ali assentadas a responsabilidade pela preservação ambiental e por sua caminhada rumo à autossuficiência econômica, ambiental e social. A Cartilha de Sistemas Agroflorestais

^{5/} Conforme Rêgo (1996), o SAF é a associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras) e cultivos agrícolas, na mesma área, de forma simultânea ou sequencial. Na forma de Polos Agroflorestais, esse sistema se caracteriza pela associação de frutas nativas e espécies florestais, com eventual intercalação de culturas anuais alimentares e ocasional complementação do criatório de animais.

apresenta três modelos de SAFs viáveis para a região amazônica, são eles: capoeira melhorada, agrofloresta e os quintais florestais (HENRIQUE, 2001).

Até 1992, ano que antecedeu a criação dos primeiros PAs na região, os dados sobre o aumento das áreas desflorestadas no Acre, Tabela 1, evidenciavam a necessidade de reflexão sobre as formas tradicionais de uso da terra, paralelamente a isso, urgia a necessidade de perspectivas que combinassem tanto a preservação dos recursos naturais, quanto a elevação do nível de renda dos agricultores familiares. Percebeu-se que os modos agrícolas tradicionais praticados na região apresentavam carências de tecnologias apropriadas, e a realidade vivenciada era a utilização de tecnologias inadequadas que operavam com baixa eficiência econômica e algumas degradações ao meio ambiente. No aspecto ambiental, alguns estudiosos defendiam o modelo de SAFs como vitais para a região amazônica, pois estes modelos poderiam ser vistos como métodos mais apropriados para o meio rural amazônico, uma vez que os cultivos perenes dão maior proteção ao solo, conciliando a produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade (BATISTA, 2004; HOMMA, 1992). Para estes estudiosos, os SAFs que associam culturas perenes, anuais e espécies naturais apresentavam várias formas de sustentabilidade, pois representam uma forma sustentável de interação entre o homem e o meio ambiente.

Tabela 1 – Evolução do desmatamento no Estado do Acre nos anos de 1975 a 1992

Ano	Km ²	% do Estado
1975	1.165,50	0,80
1978	2.464,50	1,60
1980	4.626,80	3,00
1988	19.500,45	12,80
1992*	21.370,65	21,58

Fonte: Mahar (1990), *apud* Costa Filho (1995, p. 14).

* Somatório do desmatamento no período de 1989 a 1992 – INPE.

Neste sentido, os gestores municipais planejaram os PAs como uma alternativa de desenvolvimento sustentável e, na visão dos idealizadores, uma contribuição do Estado para amenizar os problemas de ordem social e ambiental no município. Na sua proposta, os PAs se apresentaram como uma modalidade de assentamento capaz de propiciar associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras), cultivos de produtos agrícolas, a chamada lavoura branca (arroz, feijão, mandioca e milho), cultivo de diversos tipos de

frutos e criações de animais de pequeno e médio porte, tudo numa mesma área, de forma “harmônica e coesa”, constituindo-se, para muitos, numa alternativa de uso sustentado de todos os recursos do ecossistema. Vistos por alguns como uma alternativa de uso sustentado do ecossistema tropical úmido, principalmente pelas vantagens que muitos acreditam proporcionar nos aspectos ecológicos, econômicos e sociais.

Nos aspectos econômicos e sociais, Faria (1998) aponta que tal política tinha como proposta conter o êxodo das populações originárias do meio rural, oportunizando-lhes acesso a terra e geração de renda, conjugada com ações de preservação ambiental. Destinava-se especialmente às famílias de ex-agricultores que, expulsos do campo, migraram para a cidade em busca de trabalho e renda e, grande parte delas vivia nos bolsões de miséria nas periferias da cidade. Para que as famílias fossem beneficiadas com lotes nos Polos, elas teriam que ser cadastradas junto à Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social (Semtrabes) e ao Sindicato dos Pequenos Produtores e Assalariados do Acre (Sinpasa).

Após uma pré-seleção, estas famílias teriam que atender a alguns critérios: estar excluídas do mercado de trabalho (desempregadas ou subempregadas), ser morador das periferias da cidade de Rio Branco, ter aptidão para o trabalho agrícola, ser originário da zona rural (ex-seringueiro, ex-agricultor), não possuir imóveis rurais, ser casado e maior número de filhos (RIO BRANCO, 2006). Faz-se oportuno destacar que neste processo seletivo, levavam vantagem as famílias que não possuíssem casa própria ou morassem em locais de risco social e passíveis de alagação ou “desbarrancamento”; não possuir emprego (setor público ou privado), mas que tivessem mão-de-obra disponível e ter ao menos dois filhos (FARIA, 1998). As fotos abaixo ilustram o início do assentamento das primeiras famílias nos PAs de Rio Branco.



Fonte: PMRB/Safra (1994).

Foto 1 – Primeiras famílias assentadas e suas habitações.

Em entrevista realizada no dia 30/08/07, o então Secretário da Semtrabes, hoje prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, esclareceu como era o cenário vivenciado pelas famílias rurais que tiveram que viver nas periferias da cidade quando surgiram os Polos, e a seguir foram inseridas fotos do início do assentamento das famílias no PAs:

“Quando o prefeito Jorge Viana exercia seu mandato (1993-1996), existiam muitas famílias oriundas do campo, da zona rural, que estavam habitando as periferias da cidade de Rio Branco. Não tinham emprego, havia uma dificuldade para a sobrevivência com dignidade, então o poder público optou por adquirir áreas próximas ao centro urbano, áreas intermediárias entre o urbano e o rural, que estivessem próximas à cidade. Então essas famílias adquiriram essas áreas, subdividiram em lotes que variavam em média de 3 a 5 hectares e, a partir daí, fez-se um processo seletivo com aquelas famílias que tinham alguma experiência no trato com a terra, e essas famílias retornaram ao campo para trabalhar com pequenos animais e agricultura.”

Segundo Aranha (2006), para a implantação dos Polos Agroflorestais em Rio Branco, houve a efetiva participação de órgãos governamentais que atuam nas esferas municipal, estadual e federal. Além destes órgãos, houve apoio de organizações não governamentais e entidades ligadas aos trabalhadores rurais. Atuaram diretamente na implantação dos PAs o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade Federal do Acre (Ufac), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre (Contag), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), Sindicato dos Pequenos Produtores e Assalariados do Acre, Secretarias da Prefeitura de Rio Branco (RIO BRANCO, 1994).

Em linhas gerais, Rio Branco (1994: 1997) aponta que os principais objetivos desta modalidade de assentamento foram melhorar o nível de vida das famílias beneficiadas, aumentando-lhes a renda por meio da implantação de culturas economicamente viáveis. Especificamente, pretendiam:

- combater os bolsões de miséria urbana, deslocando populações destas áreas periféricas e fixando-as em áreas de produção agrícola;
- minimizar os problemas de abastecimento de Rio Branco por meio da diversificação da produção pela implantação de culturas com o maracujá, a cana-de-açúcar, o mamão, o coco, o cupuaçu, hortaliças e bananas;
- integrar a produção com a criação de pequenos animais, aves, suínos, e peixes e gerar emprego e renda na zona rural;
- buscar a modernização da produção, introduzindo novas técnicas;

- criar condições objetivas para agregar valor à produção a fim de incrementar a renda líquida dos produtores;
- melhorar a qualidade das moradias;
- contribuir para que as famílias pudessem produzir mais, com apoio do crédito de alimentação e fomento;
- promover a organização e autonomia das famílias assentadas; e
- realizar com as famílias um trabalho de utilização racional dos recursos naturais que compatibilizasse a produção com a preservação ambiental.

Para atender aos objetivos acima descritos, as primeiras metas elencadas no Projeto Casulo dos Polos Agroflorestais daquela municipalidade (RIO BRANCO, 1994; 1997) foram:

- implantar um programa permanente de assistência técnica;
- implantar plantio de maracujá, cana-de-açúcar, banana, mamão, coco e cupuaçu;
- beneficiar os produtores com a implantação de criatórios de aves com matrizes para a produção de ovos;
- fornecer apoio para a construção de moradias para todos os assentados; e
- fornecer apoio para alimentação e fomento às famílias assentadas durante o período inicial do assentamento.

Ainda hoje, o grande desafio para os gestores públicos da Amazônia reside na formulação de políticas públicas que concebam o desenvolvimento de modo holístico e interdisciplinar, para influir positivamente na realidade das populações tradicionais garantindo suas condições de sobrevivência, sobretudo no meio rural. Em se tratando de Polos Agroflorestais em Rio Branco, no Acre, as experiências iniciais desta política pública de assentamento rural foram uma tentativa que visava a implantar uma reforma agrária municipalizada para acomodar o excedente de famílias que ficaram sem alternativas de sobrevivência nas periferias das cidades (ARANHA, 2006).

Os PAs tinham como principal proposta fixar as populações no meio rural por meio do acesso a terra, à moradia, à geração de trabalho e renda, conjugada com ações de preservação ambiental. Diferentemente dos assentamentos tradicionais, estes PAs deveriam ser localizados próximos ao centro urbano, possuir boa infraestrutura (eletrificação e telefonia rural e vias de acesso em boas condições durante o ano inteiro) e acesso aos serviços de saúde e educação (RIO BRANCO, 1994). Desde a primeira experiência iniciada em 1993 até os dias atuais, foram implantados sete PAs no município de Rio Branco. Dentre estes, cinco são geridos pela municipalidade e dois

pelo governo estadual. No caso específico dos Polos geridos pela municipalidade, algumas de suas principais características estão apresentadas na Tabela 2.

Tabela 1 – Caracterização dos Polos Agroflorestais geridos pelo município

Polo	Localização	Área (ha)	Município	Via de acesso	Distância (km)	*Famílias
Hélio Pimenta	Rodovia Estadual AC-10	138	Rio Branco Porto Acre	AC-10 AC-10	23 37	35
Geraldo Mesquita	Estrada do Calafate/Floresta	216	Rio Branco	Ramal Lagoa Park	8	54
Benfica	Estrada da Piçarreira	154	Rio Branco	AC-40	15	43
Geraldo Fleming	Estrada de Porto Acre	300	Rio Branco Porto Acre	AC-10 AC-10	19 40	65
Custódio Freire	BR – 364	52	Rio Branco	BR- 364	8	24

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Branco-PMRB/Safra (2006).

* Quantidade de famílias cadastradas junto à Secretaria de Agricultura da PMRB.

1.2.1. Caracterização dos Polos Agroflorestais pesquisados

1.2.1.1. Polo Agroflorestal Geraldo Mesquita

O processo de implantação do Polo Geraldo Mesquita foi iniciado a partir de 1993, pelo Decreto Municipal de Desapropriação nº 4.483/09/1993. A área total registrada no processo de desapropriação foi de 216,25 hectares, com capacidade para assentar 57 famílias com áreas que variaram em média de 3,5 a 5 hectares. Atualmente, estão assentadas 54 famílias, dentre as quais, 47 fizeram parte de nossa pesquisa, tal como mostra a figura abaixo.

O Polo está a aproximadamente 8 km do centro urbano de Rio Branco e limita com alguns bairros da cidade (Conjunto Laélia Alcântara, Bairro Calafate e Valdemar Maciel e Floresta), podendo ser alcançado pelas estradas do Calafate e da Floresta, que possuem pavimentação capaz de oferecer boas condições de tráfego em qualquer período do ano. Internamente, o Polo é banhado pelo igarapé^{6/} Batista e seus afluentes, possuindo três açudes comunitários que complementam o abastecimento hídrico da comunidade.

^{6/} Pequeno córrego.

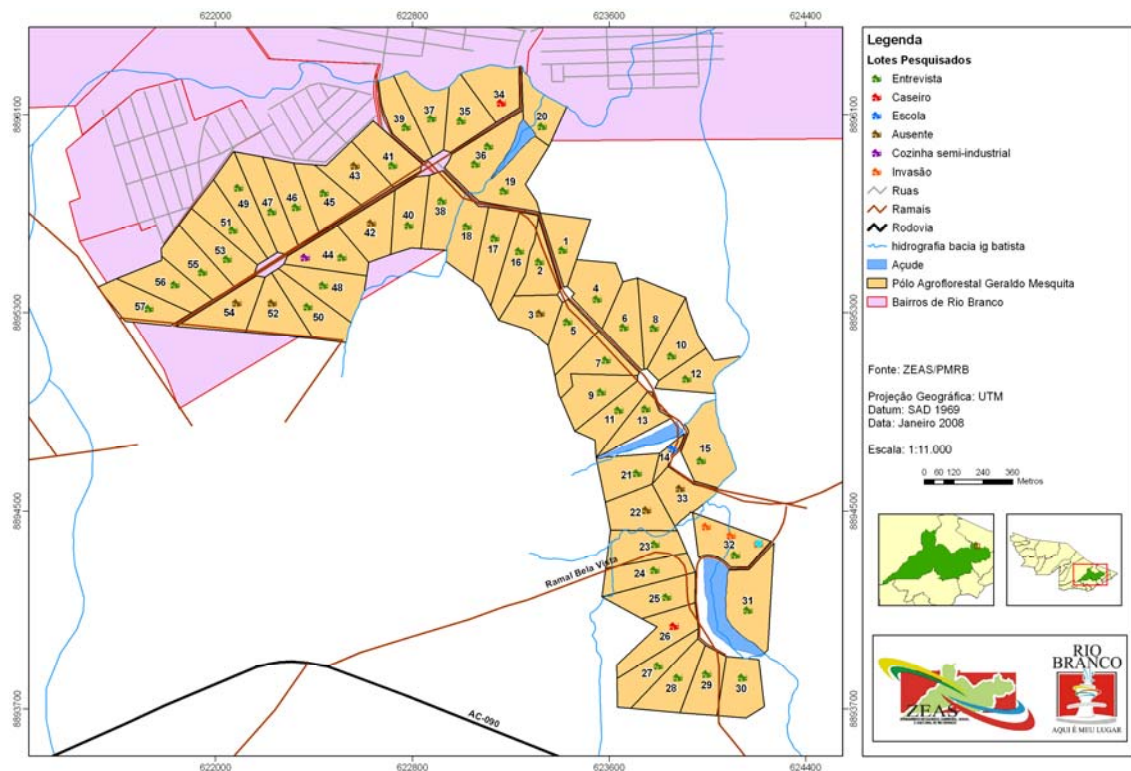


Figura 1 – Distribuição das famílias pesquisadas em loteamentos do Polo Geraldo Mesquita.

Em relação à infraestrutura, há quatro vias de tráfego, regionalmente denominadas ramais^{7/}, que ainda não dispõem de pavimentação, o que, no período de inverno, dificulta o tráfego dos moradores e a utilização de transporte (coletivo ou individual) devido à lama e, no verão, a forte poeira foi associada a problemas respiratórios existentes entre os moradores. Entretanto, foi ressaltado também pelos residentes que, anualmente, o poder público faz serviços de terraplenagem nestes ramais. As residências dispõem de rede de energia elétrica e, parte delas, de rede de água. Apesar destes serviços, existe a reclamação de que a energia nas casas é fraca e inexistem iluminação pública e o funcionamento de saneamento, esgoto e telefonia.

Em relação à organização social presente no Polo, existem atualmente duas Associações de produtores. A primeira é a Associação de Produtores Rurais do Polo Geraldo Mesquita, criada em 15/11/1995 e conta com aproximadamente 22 sócios, mas devido a problemas de desentendimento entre alguns sócios e inadimplência junto a outras instituições, houve a criação da segunda Associação. A segunda é a Associação Geraldo Mesquita Polo em Ação, fundada em 02/02/2000 e conta com

^{7/} Caminhos subsidiário a uma estrada de rodagem.

aproximadamente 24 associados. Segundo os moradores, é por meio delas que as famílias podem buscar apoio das organizações governamentais e não governamentais para fomentar o esperado desenvolvimento de sua localidade e defender seus interesses. Dentro do Polo existe uma cozinha industrial que é utilizada pelos moradores para a produção de comidas típicas para a comercialização e onde são realizados cursos de culinária. Também há uma Agroindústria de beneficiamento de polpa de frutas (que está desativada desde 2003, mas agora está em fase de reativação). Existem ainda no Polo uma igreja evangélica e uma escola que oferece ensino de 1^a à 4^a série do ensino fundamental. Por outro lado, não existem espaços públicos para lazer, postos de saúde e policial.

1.2.1.2. Polo Agroflorestal Geraldo Fleming

A área que deu origem ao Polo Geraldo Fleming foi desapropriada em 03/10/2000, pelo decreto Municipal de Desapropriação nº 6.075, publicado no Diário Oficial com o nº 6.976/97. Possui uma área total de 300 hectares com capacidade para assentar 51 famílias em áreas que variaram de 4,5 a 5 hectares. Atualmente estão assentadas 65 famílias. Dentre estas, 43 fizeram parte de nossa pesquisa, como ilustra a Figura 2.

O Polo Geraldo Fleming está localizado na rodovia AC-10, principal via entre os municípios de Rio Branco (a 23 km) e Porto Acre (a 37 km), tal como se pode visualizar no mapa da Figura 6. No que se refere à localização, sua área está inserida numa faixa de terra que pode ser considerada privilegiada, pois possui proximidade com o mercado consumidor e facilidade de acesso durante o ano inteiro à cidade de Rio Branco, capital do Estado, além do município de Porto Acre, que podem figurar como importantes opções de relações comerciais e sociais.

Do ponto de vista institucional, o Polo Geraldo Fleming possui a Associação de Produtores Rurais do Núcleo de Produção, da qual participam aproximadamente 49 associados. Como forma de organização comunitária, também está presente no Polo, uma igreja evangélica, onde são realizados cultos e eventos religiosos com frequência.

O mapa mostra que o Polo é irrigado pelos igarapés Consulta e Mucambo e tem três faixas de terra destinadas a reservas florestais. As vias de acesso ao Polo são formadas por quatro ramais que não estão pavimentados, o que dificulta o transporte no período de inverno devido à lama e causa poeira no período de verão. As residências

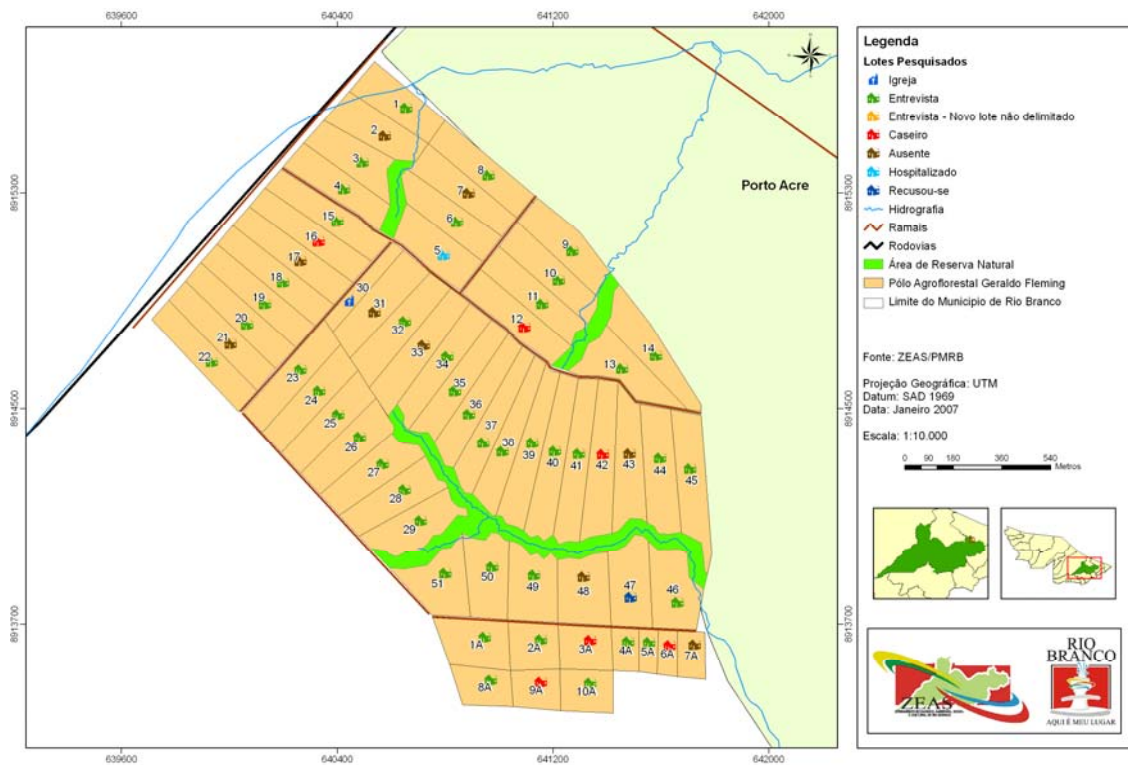


Figura 2 – Distribuição das famílias pesquisadas em lotes do Polo Geraldo Fleming.

dispõem de energia elétrica, porém registramos a reclamação de que a energia nas casas é fraca e inexistente iluminação pública, assim como não existem saneamento, esgoto, posto de saúde e policial, também não havendo escola, espaços para lazer e nem telefonia.

Partindo, pois, da realidade dos PAs, tanto em termos do modelo agropecuário empregado, como da realidade vivida pelas famílias, buscou-se compreender em que medida esse modelo de assentamento avançou em relação aos modelos tradicionais. No discurso oficial, os PAs de Rio Branco aparecem como “uma importante modalidade de assentamento, além de uma exemplar forma de fixação do homem no campo e uma significativa política de desenvolvimento sustentável” (RIO BRANCO, 1994, p. 4). No entanto, questionamos para além do discurso: será que os PAs realmente se apresentam como alternativa sustentável nos aspectos econômico, social, ambiental e político-institucional? Se seus indicadores são significativos? Consideramos que para a análise da “sustentabilidade” e “condições de vida” das famílias pesquisadas, as variáveis que contemplam os aspectos econômicos são bastante relevantes. Contudo, o presente estudo procurou desenvolver uma análise de modo holístico, envolvendo variáveis que contemplem os aspectos sociais, ambientais e político-institucionais.

Para tentar desvendar todos estes questionamentos, elegeu-se como objetivo geral analisar se a política de desenvolvimento rural denominada Polos Agroflorestais, em Rio Branco-AC, apresenta uma alternativa de sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional para as famílias assentadas.

Como objetivos específicos, pretendeu-se:

- caracterizar as famílias residentes nos PAs nos aspectos socioeconômicos e demográficos;
- descrever as atuais condições de vida das famílias assentadas, comparando-as com a situação anterior ao assentamento nos Polos Agroflorestais; e
- analisar a viabilidade dos PAs para a reprodução econômica e social dos grupos familiares, em especial, em relação às gerações mais jovens.

1.3. Procedimentos metodológicos

1.3.1. Tipo e natureza da pesquisa

Esta é uma pesquisa de levantamento da política de assentamento denominada Polos Agroflorestais. A mesma foi realizada nos PAs Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming, na capital do Acre, Rio Branco. A natureza desta pesquisa é descritiva, o que, segundo as definições de Babbie (1999), permite o conhecimento das características, traços e atributos de um fenômeno social.

Para desenvolvimento da pesquisa, utilizaram-se metodologias com abordagens quantitativas e qualitativas. Os dados quantitativos nos permitiram fazer um levantamento, em termos numéricos, da caracterização das variáveis socioeconômicas para descrever a realidade das famílias pesquisadas, e os dados qualitativos nos trouxeram as expressões orais, sentimentos e percepções das famílias em relação aos objetivos desta pesquisa. Conforme Acock *et al.* (2005), a estratégia de conjugação desses dois procedimentos metodológicos é uma vantagem, pois permite uma melhor explicação da estrutura, do contexto, da diversidade e da complexidade da vida familiar.

Os procedimentos para a coleta de dados utilizados nesta pesquisa foram de origem primária e secundária. Para Lakatos e Marconi (1991), os dados de origem primária são advindos de aplicação de questionários contendo questões abertas e fechadas; já os secundários são os dados históricos, pesquisa a documentos oficiais, livros, artigos, dissertações e teses sobre a temática pesquisada.

1.3.2. População pesquisada, pessoal envolvido na pesquisa e apoio logístico

A cidade onde foi realizada a pesquisa é Rio Branco, capital do Estado do Acre, o maior centro populacional e comercial do Estado. Está localizada entre as latitudes 9°15' S e 69° 30'W, com uma área territorial de aproximadamente 9.223 km², sua população em 2006 foi estimada em 314.127 habitantes (IBGE, 2006). O município é cortado pelas rodovias BR-364, BR-317, AC-090, AC-040 e AC-010. Faz fronteira com o Estado do Amazonas e com os municípios de Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Sena Madureira, Senador Guiomard dos Santos e Xapuri. A figura seguinte ilustra a localização de Rio Branco no Acre e no Brasil.

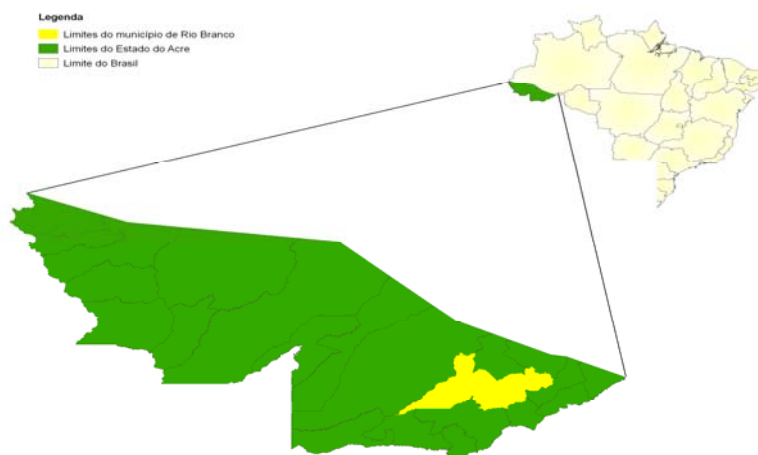


Figura 3 – Localização de Rio Branco no Acre e no Brasil.

Dos cinco PAs geridos pela PMRB, decidiu-se realizar a pesquisa nos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming. Como critério de escolha para estes dois Polos, considerou-se o tempo cronológico de implantação: o mais antigo e o mais recente; os que possuíam o maior número de famílias assentadas; e a diferença de localização geográfica entre os dois. Em relação a esse último critério, acreditava-se que a proximidade dos centros urbanos pudesse interferir positivamente na sustentabilidade econômica dos Polos, especialmente na possibilidade de desenvolvimento da pluriatividade^{8/}. Na figura abaixo, ilustra-se a localização dos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming em Rio Branco e no Acre.

^{8/} Para Schneider (1999), o termo pluriatividade pode ser definido como o conjunto de atividades não-agrícolas que os membros de determinados grupos familiares rurais desenvolvem dentro ou fora de suas propriedades, ampliando a diversificação das atividades econômicas e produtivas.

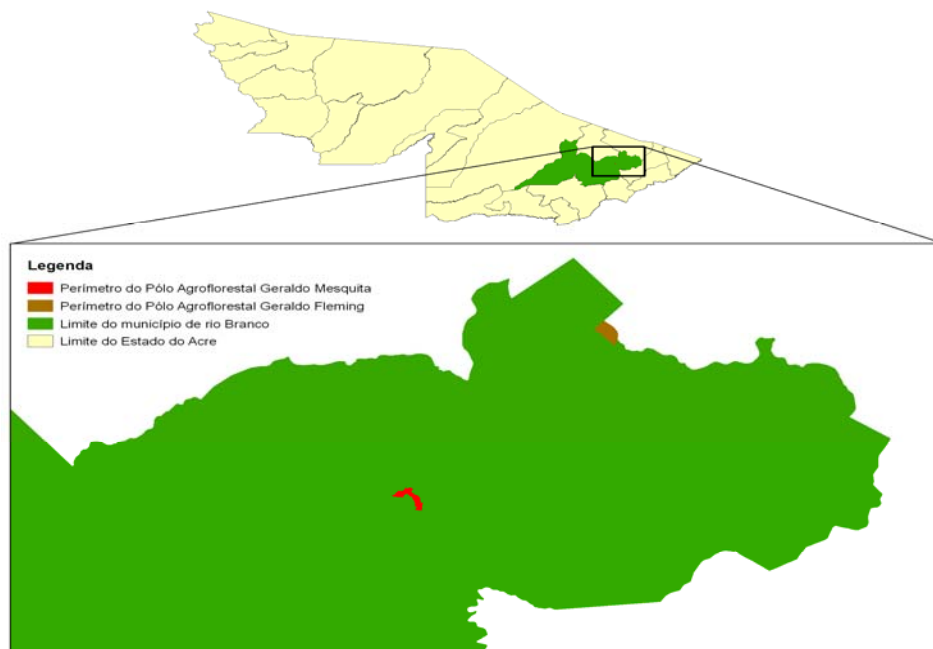


Figura 4 – Localização dos Polos em Rio Branco e no Acre.

Para atender aos seus objetivos, a presente pesquisa se deu com a população total em ambos os assentamentos, tendo sido dividida em dois momentos: o primeiro deles ocorreu por meio de uma pesquisa documental, realizada no período de 03 a 18 de agosto de 2007, junto ao programa Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco (Zeas) pertencente à Secretaria de Governo. Também foi feita uma pesquisa documental nos cadastros da Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta da Prefeitura de Rio Branco (Safra), esta última, responsável pela gestão dos Polos Agroflorestais. Nesta fase de pesquisa documental, fez-se o levantamento de informações sobre os documentos oficiais de criação e implantação dos Polos, da capacidade máxima de famílias para cada assentamento e da quantidade de famílias assentadas. Também se buscou identificar os objetivos e metas específicos de cada Polo, a listagem dos nomes de todos os assentados no ato de implantação, bem como a listagem atual e a relação de famílias que desistiram do assentamento e as respectivas razões que levaram a essa desistência.

O segundo momento se iniciou no período de 20 a 31 de agosto de 2007, com a entrevista das noventa famílias dos PAs. Ao chegarmos ao domicílio para a realização da entrevista, eram esclarecidos os objetivos e o caráter sigiloso da pesquisa e sugeríamos sua gravação. Num primeiro momento, tentávamos entrevistar todas as

famílias^{9/}. Entretanto, isso não foi possível por razões diversas: nem todas as famílias aceitaram dar entrevistas ou gravá-las; alguns residentes não foram encontrados, mesmo após três tentativas em horários diferentes; houve também situações em que nas residências não havia titulares e sim caseiros; ausência por motivos de saúde (hospitalizado); e houve casos em que as famílias se recusaram a dar entrevistas por achar que elas não iriam contribuir em nada. Assim, das 54 famílias existentes no Polo Geraldo Mesquita, não foi possível realizar entrevistas com sete. Das 65 famílias assentadas no Polo Geraldo Fleming, não foi possível realizar entrevistas com 22.

No caso das famílias, o instrumento de coleta de dados foi a aplicação de questionários contendo questões abertas e fechadas, com o objetivo de levantar as impressões dos pais e dos filhos quanto às condições de vida anteriores à instalação nos assentamentos e sobre as condições de vida atualmente evidenciada nos PAs. Em se tratando das famílias, os sujeitos da pesquisa foram os entrevistados, segundo a disponibilidade com que se apresentaram no momento da entrevista, um dos mantenedores principais do grupo familiar (o pai ou a mãe) e um dos filhos (o mais velho ou o mais próximo do mantenedor entrevistado e que tivesse mais de 15 anos de idade). Destacamos que, durante a pesquisa, a maior dificuldade para entrevistar os filhos foi devido ao grande número deles estar ausente (na escola, em outras localidades, ou trabalhando na cidade). Assim foram ouvidas 47 famílias (representadas por um dos pais) e 27 filhos no Polo Geraldo Mesquita e 43 famílias (representadas por um dos pais) e 20 filhos no Polo Geraldo Fleming. A distribuição da pesquisa entre os grupos de mantenedores e filhos é mostrada na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de mantenedores e filhos entrevistados nos Polos

Polo	Entrevistados	
	Nº Mantenedores	Nº de Filhos
Geraldo Mesquita	47	27
Geraldo Fleming	43	20
Total	90	47

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC (2007).

Convém ainda destacar que, para a realização desta pesquisa nos PAs, houve o apoio logístico da Prefeitura Municipal de Rio Branco, que disponibilizou nas datas

^{9/} A distribuição das entrevistas realizadas e as não realizadas em ambos os polos pesquisados podem ser verificadas com maior detalhamento nas Figuras 5 e 6.

combinadas um veículo, combustível, a reprodução dos questionários, material de pesquisa de campo, filmadora e uma equipe de entrevistadores que rotineiramente realiza pesquisas nos PAs do município e que também faz parte do Projeto ASPF. A equipe que atuou na realização desta pesquisa era formada por dois economistas e quatro estudantes do Curso de Economia da Universidade Federal do Acre, todos com experiência com o trabalho de campo^{10/} e devidamente capacitados quanto aos objetivos e metodologia adotados nesta pesquisa. Por fim, importa destacar que havia consciência de que a presença do veículo governamental cedido para auxiliar na pesquisa poderia levar as famílias assentadas a associar os entrevistadores com os agentes públicos municipais. Para minimizar esta possível sensação dos entrevistados com relação à equipe de pesquisa, no momento de aproximação dos entrevistadores com as famílias, procurou-se dar explicações sobre os objetivos da pesquisa, com vistas a minimizar os possíveis vieses nas respostas fornecidas, especialmente nas avaliações das variáveis analíticas. Como complemento à pesquisa foram feitas entrevistas com os gestores da administração municipal (atual e da gestão que implantou os Polos), abordando temas relativos aos aspectos econômicos, sociais, ambientais e político-institucionais dos PAs. Para estes administradores municipais, houve um roteiro com questões abertas. A Tabela 4 mostra a relação de entrevistas realizadas com os gestores vinculados aos PAs.

Tabela 4 – Relação de entrevistas com os gestores vinculados aos Polos

Entrevistador	Formação	Função/Cargo	Período na Gestão
Francis James Rodrigues de Oliveira	Tecnólogo em Heveicultura/Ufac	Chefe da Divisão Técnica – Safra	Desde 1986
Marina Jardim	Socióloga/Ufac	Diretora de Assentamentos de Reforma Agrária	Desde 2005
Mário Jorge da Silva Fadell	M.Sc. Economia Rural/UFV	Secretário de Agricultura e Floresta – Safra	Desde 2005
Raimundo Angelim Vasconcelos	Economista/Ufac	Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social da PMRB Prefeito Municipal de Rio Branco-AC	De 1993 a 1996 Desde 2005
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	D.Sc. Economia/ Unicamp	Coordenador do Eixo Socioeconômico-Zeas/PMRB	Desde 2005

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC (2007).

^{10/} Tanto os pesquisadores, quanto os estudantes possuíam experiência em pesquisa de campo, tal experiência advindo da participação no projeto de pesquisa ASPF, vinculado ao Departamento de Economia da Ufac.

1.3.3. Dimensões e variáveis analíticas

Para atender aos objetivos de analisar as condições de vida das famílias antes e após o assentamento nos PAs, utilizamos um conjunto de indicadores e variáveis que nos permitem avaliar o grau de satisfação das necessidades básicas das famílias pesquisadas. Foram eles: acesso à moradia, serviços de infraestrutura (redes de água, energia elétrica, telefonia), serviços de saúde, educação, renda, lazer, cuidados ambientais, participação política e perspectivas de reprodução social do grupo familiar. Tomando como referência Sachs (1986), a presente pesquisa propõe um estudo que permite analisar as condições de vida como elementos-chave que integram o conceito de desenvolvimento sustentável. Para isso, fizemos a análise considerando os seguintes aspectos: Econômico, Social, Ambiental e Político-Institucional, tal como mostra a figura abaixo.

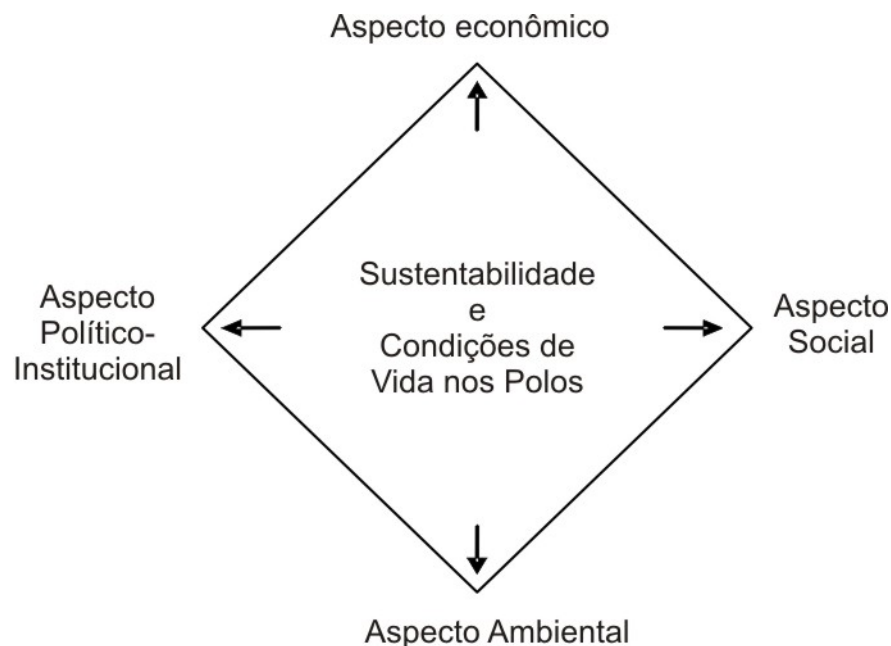


Figura 5 – Dimensões analíticas da sustentabilidade e condições de vida das famílias.

- Aspectos econômicos: refere-se às condições econômicas das famílias, caracterizadas pelas atividades desenvolvidas, níveis de produção (autonomia na produção, satisfação com o que é produzido, quantidade e destinação dessa produção – para venda ou autoconsumo, atividades econômicas que gostariam de desenvolver), acesso aos mercados e formas de comercialização, renda familiar em função da diversificação produtiva ou auxílios financeiros, identificação de ações pluriativas,

poder de compra, uso de mão-de-obra e custos produtivos. Ao final da descrição, fez-se uma avaliação do aspecto econômico.

- Aspectos sociais: caracterizado pelo acesso das famílias à moradia (formas de acesso e detalhamento das condições de moradia), acesso aos serviços de infraestrutura (redes de água, energia elétrica, esgoto, telefone, coleta de lixo e condições das vias públicas), acesso aos serviços de saúde (tipo de atendimento recebido, condições desse atendimento), diagnóstico das principais doenças ocorridas na localidade, tipos de medicamentos utilizados e condições da água consumida, acesso aos serviços educacionais (níveis de escolaridade, tipo de ensino procurado, meio de transporte utilizado), realização de cursos de qualificação (área de aplicação do curso, grau de aproveitamento, fonte de pagamento e grau de aproveitamento), acesso a espaços de lazer (diagnosticar espaços disponíveis, as principais atividades desenvolvidas e procuradas, onde praticam, quem oferece, quais os membros da família que participam) e, por fim, fez-se uma avaliação de cada item do aspecto social.

- Aspectos ambientais: explicável pela preocupação das famílias com questões ambientais (queimadas, desmatamentos, poluição de mananciais e do ar), práticas de coleta de lixo (frequência da coleta, destinação) e destinação dos dejetos humanos e água usada na residência. Por fim, fez-se uma avaliação das condições ambientais e da preservação do meio ambiente.

- Aspectos político-institucionais: expressa pela identificação das organizações atuantes e os objetivos vinculados a elas nos Polos, identificação da participação dos membros das famílias nestas organizações, participação das famílias em partidos políticos. Por fim, uma avaliação do aspecto político-institucional.

Para analisar o interesse dos mantenedores das famílias e das gerações futuras em relação aos Polos e os fatores relacionados à sustentabilidade desta política, usamos como complemento à pesquisa um roteiro analítico que estabelece continuamente uma relação e uma transversalidade entre as dimensões anteriormente citadas e que incorpora a análise da sustentabilidade nos seguintes aspectos:

- sucessão e autonomia: perguntou-se aos mantenedores onde residem os seus filhos, motivo que levou este filho a morar noutro local e quem o mantenedor do lar escolheria como sucessor;

- vínculo com o lugar: averiguou-se simultaneamente a concepção do mantenedor e de um dos filhos quanto à identificação como agricultor, onde escolheria morar, se sentia vergonha em ser agricultor, se estava satisfeito com a vida que a família

tem atualmente, se desejava que os filhos fossem agricultores, como classificação do trabalho no pólo; e

- projeto de vida dos jovens: foi perguntado aos filhos se já pensaram em substituir os pais no campo, se recebiam cobrança externa ou deles próprios para ser agricultor, com que frequência ajudavam aos pais no trabalho agrícola, se trabalhavam na terra da mesma forma que os pais ensinaram, qual a atividade que mais gostavam de desempenhar e que profissão desejava seguir.

1.4. Procedimentos para a análise de dados

1.4.1. Análise de dados quantitativos

Para analisar os dados quantitativos constantes nos objetivos de análise das condições de vida dos grupos familiares especificamente em relação à caracterização dos perfis socioeconômico e demográfico dos grupos que compõem os PAs, utilizaram-se os procedimentos da estatística descritiva a serem expressos em tabelas e gráficos. Os dados quantitativos foram tabulados no programa Microsoft Excel e após a devida codificação foram processados por meio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). A escolha desse programa se deu pela flexibilidade quanto ao controle estratégico das frequências, organização das informações e o devido ordenamento dos dados.

No que se refere à análise dos indicadores econômicos dos PAs, a presente pesquisa conta com a abordagem metodológica de avaliação realizada pelo Projeto ASPF/Departamento de Economia/Ufac, conforme propõe Rêgo (1996). Parte das análises econômicas foi subsidiada com os dados da pesquisa realizada pelo Zeas/PMRB, desenvolvida no mesmo período da nossa pesquisa, utilizando a mesma metodologia. A opção pela utilização dos dados econômicos obtidos na pesquisa do Zeas/PMRB ocorreu em função de a população, metodologia e período de análise serem os mesmos. Além disso, buscou-se não reaplicar questionários com variáveis econômicas, uma vez que isso poderia trazer algum tipo de indisposição aos entrevistados, em função de estarmos sendo repetitivos, aplicando, no mesmo período, questionários que extrairiam as mesmas respostas.

Segundo Rêgo (1996), a análise referir-se-á ao exame das entradas (custos de produção) e saídas (resultados econômicos) das Unidades de Produção Familiares

(UPFs), localizadas no âmbito dos PAs Geraldo Fleming e Geraldo Mesquita, considerando um período de 12 meses, ou seja, o ano agrícola dos produtores da região. Neste estudo, o período utilizado para análise socioeconômica compreende o ciclo produtivo de 2006/2007. Os indicadores utilizados dividem-se em custos totais de produção, medidas de resultado econômico e medidas de eficiência ou relação, os quais serão detalhadamente descritos a seguir.

1.4.1.1. Custos totais de produção

a) Custos totais de produção: são todos os encargos ou sacrifícios econômicos suportados pelo produtor para criar o valor total do produto. Referidos a um sistema de produção, [...], os custos equivalem ao valor monetário das entradas econômicas do sistema. Os custos totais compreendem a soma dos custos fixos (CF) e dos custos variáveis (CV). Os primeiros têm sua magnitude independente do volume da produção, os segundos variam com o volume da produção (RÊGO, 1996). Os custos totais de produção (CTs) de um sistema de produção de uma unidade de produção familiar rural serão determinados pela fórmula:

$$CT = \underbrace{CF}_{CFe+CFc} + CV \quad (1)$$

Então os custos totais constituem:

$$CT = CFe + CFc + CV \quad (a.1)$$

$$\text{Fazendo } CFe + CV = CE \quad (a.1.1)$$

$$CTs = Ce + CFc \quad (a.1.2)$$

em que

CTs = custos totais do sistema de produção;

CV = custos variáveis;

CFe = custos fixos específicos;

CFc = custos fixos comuns; e

Ce = custos específicos.

Na produção familiar, o autoconsumo é ressaltado também como um índice de crucial importância na avaliação do desempenho econômico. O autoconsumo foi calculado pela fórmula abaixo:

$$AC = \sum_{v=1}^n (Q_{bcp})_v \cdot p_v \quad (2)$$

em que

AC = autoconsumo;

$(Q_{bcp})_v$ = quantidade do bem de autoconsumo produzido v ;

p_v = preço unitário do bem de autoconsumo produzido v ; e

v = itens de bens de autoconsumo produzidos ($v = 1, 2, \dots, n$).

1.4.1.2. Medidas de resultado e eficiência econômica

Consoante ASPF (2008), medidas de resultado econômico são índices que, dados os custos de produção, permitem medir o desempenho econômico do sistema de produção. Desempenho econômico é a diferença entre os valores de saída e os de entrada, as diversas relações entre valores de saída e de entrada e as flutuações dos valores de saída do sistema de produção.

Dentre estas medidas, destacamos:

a) Renda Bruta: o valor da produção destinada ao mercado, obtido pela fórmula:

$$RB = Q_m \cdot pp \quad (3)$$

em que

RB = renda bruta;

$Q_m = q_v + q_e$;

Q_m = quantidade do produto destinada ao mercado;

q_v = quantidade do produto vendida;

q_e = quantidade do produto do exercício em estoque; e

pp = preço unitário ao produtor.

b) Renda Bruta Total: é o resultado do somatório da Renda Bruta (RB) da produção com a renda oriunda das transferências de renda (bolsa escola, família etc.) e

do assalariamento fora da UPF. A RBT é calculada para o conjunto da UPF e dos membros da família, sendo obtida pela fórmula:

$$\mathbf{RBT = RB + RT + RA} \quad (4)$$

em que

RB = renda bruta;

RT = renda das transferências monetárias (municipal, estadual e federal); e

RA = renda de assalariamento fora da UPF.

c) Renda líquida: é o valor excedente apropriado pela unidade de produção familiar, ou seja, a parte do valor do produto que fica com a unidade de produção familiar depois de serem repostos os valores dos meios de produção, dos meios de consumo e dos serviços (inclusive salários) prestados à produção. Neste sentido, ela não consiste em todo o acréscimo de valor que o produtor familiar faz aos meios de produção e de consumo, uma vez que a maior parte deste valor é apropriado por intermediários na comercialização dos produtos e na compra de insumos e bens de consumo. É calculada pela fórmula:

$$\mathbf{RL=RB-DE} \quad (5)$$

sendo:

RL = renda líquida;

RB = renda bruta; e

DE = despesas efetivas.

A renda líquida é o primeiro indicador de eficiência econômica e das possibilidades de reprodução da unidade de produção familiar. Se $RL \geq 0$, a unidade de produção familiar se reproduz sem afetar seu patrimônio. Se $RL < 0$, a unidade de produção familiar só se reproduz com perda de patrimônio. Será calculada apenas para o conjunto da unidade de produção familiar.

d) Lucro da Exploração: é o chamado lucro puro. É a fração da renda bruta que fica disponível depois de o produtor ter pago todos os custos reais, de ter atribuído as remunerações julgadas normais (custos de oportunidade) aos fatores utilizados, mas não pagos: o seu próprio trabalho (executivo e gerencial), o trabalho familiar, os seus próprios capitais; e de ter reservado determinada quantia para fazer face a prováveis

riscos. É determinado também para o conjunto da unidade de produção familiar mediante a fórmula:

$$\mathbf{LE=RB-CT} \quad (6)$$

em que

LE = lucro da exploração;

RB = renda bruta; e

CT = custos totais.

e) Margem bruta familiar: é o resultado líquido específico e próprio para indicar o valor monetário disponível para a subsistência da família, inclusive uma eventual elevação do nível de vida, se o montante for suficiente. Sua magnitude incorpora a parcela de valor do produto correspondente ao consumo familiar obtida via do mercado. Em situações favoráveis poderá ser suficiente para ressarcir custos fixos, especialmente as exigências mínimas de reposição do patrimônio. Cumpridas estas funções, a disponibilidade restante pode ser usada como capital de giro.

$$\mathbf{MBF = RB - (CV - C_{ff})} \quad (7)$$

em que

RB = renda bruta;

CV = custos variáveis; e

C_{ff} = custo real da força de trabalho familiar.

f) Valor dos bens de consumo comprados: são os valores dos produtos correspondentes ao consumo familiar obtidos via mercado.

$$\mathbf{V_{bcc} = \sum_{\mu=1}^n (Q_{bcc})_{\mu} \cdot p_{\mu}} \quad (8)$$

em que

Q_{bcc} = quantidade de bens consumo comprados u;

p_μ = preço unitário de um bem de consumo comprado; e

μ = itens de bens de consumo (u = 1, 2,...).

g) Nível de vida: é a totalidade do valor apropriado pelo produtor familiar, inclusive valores imputados, deduzidas as obrigações financeiras com empréstimos. É, portanto, o valor que determina o padrão de vida da família.

$$NV = (MBF + AC + Cjicc) - AA \quad (9)$$

em que

AC = autoconsumo (valor monetário dos bens produzidos e consumidos na própria unidade produtiva);

Cjicc = juros imputados ao capital circulante; e

AA = amortizações anuais de empréstimos.

1.4.1.3. Medidas de eficiência ou relação

Os índices de eficiência analisados foram:

a) Índice de Eficiência Econômica: é a relação que indica a capacidade de a unidade de produção familiar gerar valor por unidade de custo. É um indicador de benefício/custo do conjunto da unidade de produção. Além disso, serve como referencial para comparação de desempenho e para verificar a possibilidade de as unidades de produção familiares realizarem lucro e, por consequência, acumularem. O índice é determinado pela fórmula:

$$IEE = RB/CT \quad (10)$$

em que

IEE > 1, a situação é de lucro;

IEE < 1, a situação é de prejuízo; e

IEE = 1, a situação é de equilíbrio.

b) Relação MBF/RB: é a relação mais apropriada para medir a eficiência econômica da produção familiar, pois mostra que proporção de valor a unidade de produção tornará disponível para a família por unidade de valor produzido. Em outros termos, que percentagem de renda bruta a unidade de produção é capaz de converter em margem bruta familiar. Uma relação superior a 50% é considerada favorável. Pode ser determinada para a unidade de produção e para as linhas de exploração.

c) Relação MBF/Qh/d: é o índice de remuneração da força de trabalho familiar. Mostra a quantia de margem bruta gerada por unidade de trabalho familiar (1 h/d = 1 jornada de trabalho). O valor deve ser comparado com o preço de mercado da força de trabalho.

d) Termo de Intercâmbio: é a relação entre o valor dos bens de consumo comprados e o valor total da produção. O primeiro corresponde ao valor real da força de trabalho familiar. É calculada para o conjunto da unidade de produção familiar por meio da fórmula:

$$TI = V_{bcc}/RB \quad (11)$$

em que

TI = termo de intercâmbio;

V_{bcc} = valor dos bens de consumo comprados; e

RB = renda bruta total.

O termo de intercâmbio indica quantas unidades monetárias de bens de consumo foram adquiridas no mercado e a unidade de produção precisa para gerar uma unidade monetária de renda bruta. Em outras palavras, qual a proporção da renda bruta, em bens de consumo, precisa ser gasta para gerar o valor total da produção. Essa relação revela, aproximadamente, em que medida o excedente produzido pelo pequeno produtor está sendo apropriado na circulação, isto é, a montante e a jusante do processo de produção.

1.4.2. Análise de dados qualitativos

No caso dos dados qualitativos, fez-se uso da análise das falas dos entrevistados que nos auxiliaram no aprofundamento dos conhecimentos relacionados às concepções das famílias quanto a suas condições de vida nos Polos Agroflorestais. Em relação a cada variável que recebeu um tratamento estatístico, as falas foram trazidas não como um elemento ilustrativo, mas como dados empíricos utilizados para reforçar os dados quantitativos.

1.5. Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo foram feitas a apresentação da pesquisa, abordando o interesse pela temática estudada, a motivação para a realização da pesquisa, contextualização e problema, apresentação dos objetivos, os procedimentos metodológicos de coleta e análise dos dados. No segundo capítulo, levantou-se uma discussão sobre os processos e políticas de ocupação da Amazônia e do Acre, incentivados pelo *boom* da produção da borracha. Também foram abordadas as políticas desenvolvimentistas implantadas naquela região durante o período do governo militar, em especial na década de 1970, assim como os reflexos econômicos, sociais e ambientais de tais políticas sobre as condições de vida das populações locais. No terceiro capítulo, constam os aportes teóricos sobre os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade, pobreza e suas relações com as condições de vida. Além disso, buscou-se compor uma discussão sobre a importância da participação do Estado e suas políticas públicas de promoção de melhorias das condições de vida. Em seguida, foi feita uma breve exposição sobre a política de PAs em Rio Branco, no Acre. O quarto capítulo foi composto pela análise e discussões dos dados da pesquisa realizada nos PAs Geraldo Fleming e Geraldo Mesquita, avaliando as condições de vida das famílias residentes nestes assentamentos. Finalmente, no quinto capítulo, as considerações finais buscaram, além de uma síntese do trabalho, evidenciar aspectos das políticas públicas voltadas para o meio rural que emergiram desse estudo e que poderão vir a ser estudados em pesquisas futuras.

2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E DO ACRE E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADAS NA REGIÃO

“Nessa atividade primitiva apuram-se-lhe, exclusivos, os atributos da astúcia, da agilidade e da fôrça. Por fim, um bárbaro individualismo. Há uma involução lastimável no homem perpetuamente arredio dos povoados, errante de rio em rio, de espessura em espessura, sempre em busca de uma mata virgem onde se oculte ou se homizie como um foragido da civilização.”
Euclides da Cunha (1941, p. 49)

A epígrafe acima relata, em parte, o solitário modo de vida do homem na região amazônica durante os ciclos da borracha. A solidão das populações rurais do Acre mostra a condição subjugadora dos interesses ambiciosos do capital internacional que direcionou para a região “pseudoplanos de desenvolvimento”, que na realidade serviram mais para explorar as populações locais, do que lhes proporcionar bem-estar. O presente capítulo trata da ocupação da Amazônia e Acre e das propostas de desenvolvimento regional. Essa contextualização histórica tem como objetivo descrever o contexto que possibilitou a implantação dos Polos Agroflorestais no Acre.

2.1. Os primeiros habitantes da Amazônia e a descoberta da borracha

Para Souza (1995), há estudos que declaram o povoamento da região amazônica por várias nações indígenas desde aproximadamente 31.500 a.C. No Acre, as várias tribos se dividiam em dois troncos linguísticos: Pano e Aruak. Entretanto, o contato com o “homem branco” foi nocivo a estes povos uma vez que vários deles foram dizimados, escravizados ou tiveram que migrar para outras regiões para não serem subjugados

pelos interesses ambiciosos daqueles que buscavam a satisfação de seus interesses financeiros. Em seus estudos sobre a região amazônica, Reis (1982) destaca que os portugueses “invadiram” este espaço para desenvolver atividades que lhes fossem rentáveis economicamente e assim passaram a coletar alguns produtos exóticos e de boa aceitação no mercado europeu, caso das especiarias conhecidas como “drogas do sertão”. Dentre elas: castanha, cacau selvagem, canela, cravo, guaraná e baunilha. Também se dedicaram à produção de açúcar e tabaco e à extração de ouro e prata. Tudo isso impulsionado pelo trabalho escravo de índios e negros.

A região é rica em seringueiras (*Hevea brasiliensis*), árvore produtora de látex, que após o processo de “defumação”^{11/} transforma-se em borracha. Considerando que no início da colonização portuguesa na região, o mercado consumidor era voltado para os produtos já citados anteriormente, a borracha não era um produto valorizado em termos de mercado. Esse produto era utilizado por índios para diversão com bolas, impermeabilização de roupas e uma diversidade de uso. Segundo Martinello (1985), na América espanhola, o usufruto da borracha como mercadoria se deu quando os índios usavam esse produto como moeda de escambo. No caso da região acreana, seu contato com estes exploradores foi intensificado somente na segunda metade do século XIX, época em que a indústria internacional já estava absorvendo a borracha como uma matéria-prima indispensável para a produção de alguns setores, como foi o caso dos automobilísticos, calçados e pneumáticos.

Para Souza (1995), neste período a atividade extrativista da borracha na Amazônia vivenciou dois grandes momentos que foram o primeiro e o segundo “surto” ou ciclos da borracha. Segundo este autor, estes foram os períodos em que vários olhares e ambições de muitas partes do mundo se voltaram para a região amazônica, incentivando, inclusive, políticas de povoamento visando a explorar a borracha. Neste contexto, a Amazônia e o Acre passaram a figurar “aos olhos” do grande capital internacional como a região que dispunha com abundância desta matéria-prima indispensável para as demandas da indústria internacional. A seção seguinte detalha os principais acontecimentos na Amazônia durante o primeiro ciclo da borracha, especialmente sobre o processo de ocupação, “desenvolvimento” e formas de vida na região.

^{11/} Antigo processo de coagulação do látex por meio de cozimento à base de vapor e fumaça oriundos da queima de alguns vegetais.

2.2. Políticas de ocupação e desenvolvimento para a Amazônia e o Acre, incentivadas pelo capital monopolista internacional: o primeiro ciclo da borracha

O primeiro grande momento do extrativismo vegetal da borracha ocorreu quando a indústria internacional efetivamente absorveu o látex como matéria-prima essencial para a produção industrial de alguns setores, o que propiciou grandes aportes do capital externo para a região amazônica, com vistas ao aumento da produtividade da borracha. Nesse sentido, Martinello (1985) afirma que, após a segunda metade do século XIX, a extração vegetal da borracha foi a principal atividade econômica das famílias rurais da Amazônia e do Acre.

“[...] o ciclo econômico da borracha propiciou o período de maior expressão política, cultural e socioeconômica da região Amazônica, gerando condições materiais e de vida nunca dantes experimentadas, propiciando novos espaços vitais para a Nação, além da revitalização de seu organismo social e financeiro”. (MARTINELLO, 1985, p. 23-24)

Para atender à demanda em alta escala, o capital internacional desenvolveu uma série de políticas de incentivo à vinda de enormes contingentes populacionais, sobretudo de nordestinos, para servir de mão-de-obra para a extração da borracha. Alguns fatores foram preponderantes para que o capital internacional e seus agenciadores de mão-de-obra pudessem arregimentar força de trabalho para que a atividade extrativa vegetal da borracha se desenvolvesse na Amazônia. Dentre estes convém destacar: concentração de seringueiras na região; as promessas e ilusões de enriquecimento fácil; a grande seca vivida no nordeste brasileiro em 1877; e o não aproveitamento destes trabalhadores nas plantações de café em São Paulo e Minas Gerais (CALIXTO 1984; SOUZA, 1995). Segundo Batista (2004), estes acontecimentos foram fundamentais no sentido de direcionar a primeira migração de mão-de-obra nordestina para a Amazônia, o que permitiu um crescimento sem precedentes da produção de borracha crua na região, especialmente a partir de meados do século XIX.

Segundo Tocantins (2001), a motivação primordial para o direcionamento dos primeiros contingentes populacionais para a Amazônia e o Acre era a extração do látex para atender à demanda do mercado internacional. Desse modo, engendraram-se ações nesse meio para que as atividades desempenhadas nos seringais fossem as relativas ao extrativismo vegetal da borracha. Era expressamente proibido desenvolver nos seringais

a prática da agricultura, do comércio (salvo, o “Barracão”^{12/}) ou realizar qualquer outra atividade econômica. Tudo tinha que girar em torno da produção de borracha, todo tipo de “provisão” de necessidades se dava por meio do sistema de aviamento.

“Nenhuma agricultura. Era desperdiçar tempo: Derrubada da mata, preparo do terreno, semeadura, colheita. Pra quê? Se tudo vinha da Belém, de Manaus, do Nordeste, da Europa. Os rios estavam ali e traziam de tudo. Do homem à mercadoria, ao alimento, às esperanças, às notícias de um mundo longe que reclamava muita borracha.” (TOCANTINS, 2001. p. 194)

A produção de borracha na Amazônia tinha fácil absorção da indústria internacional e o Acre era um dos principais produtores. Tamanha era a representatividade produtiva de borracha do Acre, que no início do século XX, o então Território passou a contribuir consideravelmente com as exportações, tornando-se o principal produtor do país, com os seguintes números ao ano: em 1903, exportou duas mil toneladas de borracha; em 1904, oito mil toneladas; e, em 1907, foram mais de onze mil toneladas exportadas. Neste período, as exportações de borracha acreana foram superadas apenas pelo café produzido nos Estados de São Paulo e Minas Gerais (PRADO, 1972).

Estes fatores foram mais que suficientes para aguçar por parte da Bolívia e mais timidamente, Peru, as mais variadas cobiças e pretensões quanto à posse das terras acreanas, que estavam “infestadas” de brasileiros dedicados à produção de borracha. Segundo Calixto *et al.* (1984), a ação inicial da Bolívia para fazer valer seus direitos sobre a posse das terras do Acre, preconizadas no “Tratado de Ayacucho”^{13/}, foi garantir, por meio das forças militares, a devida ocupação, controle e exploração dos rios Acre, Iaco e Purus, principais vias fluviais da região. Não obstante, foi feito secretamente um acordo com os Estados Unidos da América (EUA), o “Bolivian Syndicate”^{14/}, que visava a arrendar as terras do Acre aos americanos para que estes detivessem poder sobre a produção de borracha. Estas ações colidiram frontalmente com os interesses econômicos dos seringalistas do Acre e das classes dominantes do Amazonas e Pará, que financiaram a promoção de sangrentos combates nas florestas, a chamada “Revolução Acreana”. Neste contexto, a melhor estratégia foi anexar o Acre ao território brasileiro. Os conflitos armados cessaram quando em 17 de novembro de

^{12/} Sede dos seringais. Local onde residia o seringalista (dono das terras) e imperavam as suas leis.

^{13/} Maiores detalhes consultar Souza (1995) e Tocantins (2001)

^{14/} Maiores detalhes consultar Tocantins (2001)

1903 foi assinado em Petrópolis um tratado que garantia a anexação do Acre ao Brasil. Após o Tratado de Petrópolis, o governo federal brasileiro elevou o Acre à condição de Território, por meio do Decreto 5.188, de 7 de maio de 1904 (CALIXTO *et al.*, 1984; TOCANTINS, 2001).

Para Souza (1995), o grande atentado que a região amazônica sofreu neste período foi em 1876, quando um inglês chamado Henry Wickham colheu aproximadamente 70 mil sementes de seringueira e as enviou aos jardins botânicos da Inglaterra, para que no tempo propício fossem enviadas e cultivadas de forma sistemática nos seringais asiáticos, onde estavam localizadas as colônias britânicas da Malásia e Ceilão. O plantio sistemático em curtos espaços garantiu aos seringais asiáticos uma capacidade produtiva em escalas superiores às da produção da Amazônia brasileira, conforme mostra a Tabela 5. Além disso, estes seringais conseguiam produzir com melhor qualidade, com técnicas modernas e custos mais reduzidos. Destarte, os interesses do capital monopolista internacional migraram seu direcionamento, e este duro golpe fez com que os preços da borracha brasileira fossem caindo, os investimentos em borracha fossem cessando, os seringalistas falindo, mudando de cidade e de ramo, restando às casas aviadoras tomar vários seringais como pagamento de dívidas.

Tabela 5 – Comparativo da produção de borracha (em toneladas) na Amazônia e continente asiático, no período de 1827-1937

Ano	Amazônica	Asiática
1827	31,36	-
1830	156,06	-
1840	388,26	-
1850	1.466,55	-
1860	2.673,00	-
1870	6.591,00	-
1880	8.679,00	-
1890	16.394,00	1,00
1900	26.750,00	4,00
1902	28.700,00	8,00
1904	30.000,00	43,00
1906	35.250,00	646,00
1908	38.850,00	2.120,00
1910	38.150,00	8.103,00
1912	40.500,00	28.500,00
1913	36.847,00	54.356,00
1930	14.136,00	816.864,00
1937	14.792,00	1.193.292,00

Fonte: Fonseca (1950), *apud* Martinello (1985, p. 124) e Rodrigues da Silva (1996), *apud* Castelo (1999, p. 15).

Percebendo a iminente ameaça da concorrência asiática e procurando conter a crise do setor extrativista, o governo brasileiro criou, no ano de 1912, a Superintendência da Defesa da Borracha, que propunha isenção de impostos para os produtos importados correlatos à extração. Além disso, foram oferecidos incentivos e prêmios para aqueles que se destacassem na produtividade, estendendo esses incentivos para a plantação de seringueiras e para a instalação de infraestrutura. Também houve redução de 50% dos impostos estaduais sobre as exportações, além de abertura de créditos e incentivos para alavancar a produção (MAHAR, 1978). Entretanto, estas medidas não surtiram o efeito esperado – a borracha nacional não tinha mais a mesma aceitação no mercado externo. Para o governo restava a alternativa de criar condições^{15/} para que indústrias de artefatos se instalassem no país, estimular o consumo interno da borracha e fornecer incentivos para a instalação de indústrias de artefatos. No Brasil, mesmo com estas políticas governamentais que apoiavam a produção de borracha, o setor gumífero não mais se recuperaria e continuou estagnado até o início da II Guerra Mundial (PINTO, 1984).

Tentando romper com o monopólio inglês sobre a produção de borracha, a Companhia Ford Industrial do Brasil buscou, no final da década de 20, desenvolver o cultivo racional de seringueiras no Estado do Pará, nas localidades de Fordlândia e Belterra. Entretanto, estas experiências foram frustradas devido a variados fatores, sendo o mais significativo deles o ataque epidêmico popularmente conhecido como “mal das folhas”, doença provocada pelo fungo *Microcyclus ulei* (RIBEIRO, 1990, *apud* BATISTA, 2004).

Segundo Martinello (1985), o que resultou no ocaso do primeiro surto da borracha foi que as forças produtivas ficaram centralizadas num único produto para a exportação, sujeitando-se às flutuações do mercado externo e não se verificando qualquer efeito multiplicador positivo para o desenvolvimento produtivo, econômico e social da região, com raras exceções para Belém e Manaus, centros que comercializavam com o exterior e tiravam algum benefício com estas transações. Após o declínio das atividades extrativistas, a maior parte dos seringais foi desativada, alguns seringueiros voltaram para seus Estados de origem e outros que não tiveram como voltar, estabeleceram-se em comunidades rurais da Amazônia e do Acre, vivendo da

^{15/} A Lei nº 2.543-A, de 5.1.1912 e o Decreto-Lei nº 9.521, de 17.4.1912, aprovavam o surgimento de indústrias de borracha em Belém e Manaus e a Lei nº 4.242, de 5.1.1921 e o Decreto-Lei nº 16.763, de 31.12.1924, davam incentivos fiscais para a instalação de indústrias de artefatos no Brasil.

diversificação produtiva por meio da agricultura de subsistência e criação de pequenos animais (DUARTE, 1987, BATISTA, 2004).

Durante o primeiro ciclo da borracha, as relações econômicas e sociais que expressavam no meio dos seringais a divisão de classes e em parte as efetivas condições de subordinação da grande maioria dos seringueiros ficaram fortemente marcadas pelo mecanismo de “escravidão” por meio da dívida, no sistema de aviamento, que será tratado a seguir.

2.2.1. O sistema de aviamento como dominador das relações produtivas

A expansão no volume de borracha produzida e vendida foi muito mais do que uma simples resposta à demanda internacional da matéria-prima. Na verdade, ela foi fruto da política dos interesses do capital industrial em nome de benefícios capitalistas e da reprodução de antigas relações de trabalho e do aprisionamento do homem a essas relações. Estava posto o sistema de aviamento em que, do alto da cadeia para baixo, funcionavam financiamentos monetários e o pagamento de baixo para cima era efetuado com borracha. Nessa cadeia, os seringueiros eram o elo mais fraco e os maiores prejudicados nessas transações, pois não possuíam direitos e nem amparos legais, simplesmente tinham que viver em função da produção de borracha.

Segundo Tocantins (2001), a natureza do trabalho dos seringueiros nos seringais era compulsória, e desde o momento em que deixava sua terra natal já devia ao patrão (seringalista) os valores monetários referentes à passagem e aos adiantamentos para a preparação da viagem. Tornavam-se, assim, escravos de uma dívida crescente que tinha que ser paga com borracha.

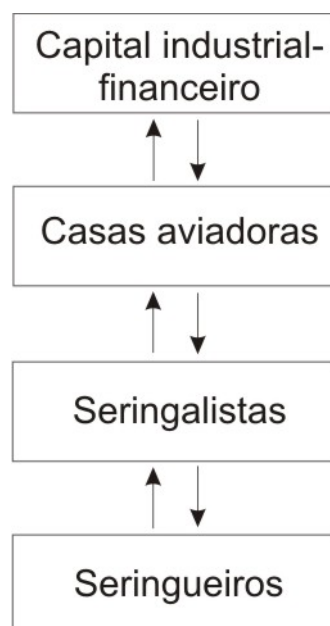
“Ao apresentar-se para o início do corte da seringa, recebia fiado uma rede, um rifle, munição, um terçado, dois ou três dólmas de mescla e mais o rancho, geralmente farinha, banha, jabá, sal, açúcar, feijão, fósforos, querosene, algumas latas de conserva e leite condensado, faca de seringa, tigelinhas para recolher o leite, e outros utensílios próprios para as lidas extrativistas.” (TOCANTINS, 2001, p. 189)

Ao perceber esta situação durante o período que esteve no Acre, Euclides da Cunha (1941, p. 61) destacou: “O seringueiro migrante realiza ali uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: É o homem que trabalha para escravizar-se”. Na lógica capitalista entranhada nos seringais, ao invés do excedente ser gerado no processo produtivo, como acontecia no regime capitalista, o excedente era resultado direto do

monopólio do comércio, ou seja, na relação comercial em que o “patrão” rebaixava o preço de compra da borracha produzida e fornecida pelos seringueiros e, por outro lado, encarecia os gêneros adiantados por ele mesmo aos produtores de borracha, apropriando-se do excedente. Conforme Martins (1997), o sistema de aviamento se constituía num modelo de escravidão por dívida, no qual os seringueiros eram o elo mais fraco da corrente, principais responsáveis pela produção do látex e sem poder de decisão em relação à sua força de trabalho. Diante disso, Martinello (1985, p. 45) menciona que:

“O seringueiro vivia em um sistema de escravidão, pois tais relações de produção, baseadas no endividamento prévio e contínuo, tornavam praticamente impossível ao seringueiro libertar-se do patrão, transformando-o num prisioneiro do próprio trabalho. Sua condição social, portanto, era ambígua e mesmo paradoxal: socialmente era livre, porém sua condição real era a de um escravo. Escravizado pela dívida, pelo isolamento e solidão, pela rotina de trabalho e de vida na floresta.”

Para Calixto *et al.* (1984), o sistema de aviamento foi consolidado por meio de uma relação exploratória que se sustentava às expensas da manutenção de um sistema rígido, reproduzido dentro dos seringais, composto pelos seguintes elementos: capital industrial financeiro, casas aviadoras, seringalistas e seringueiros, tal como expresso na Figura 6.



Fonte: Calixto *et al.* (1984, p. 62).

Figura 6 – Representação do Sistema de Aviamento.

A ocupação das florestas e o estabelecimento de seringais seguiram a orientação suprema do capital monopolista internacional, em que todo encadeamento do sistema funcionava na base do encadeamento de dependências. Assim, o capital industrial financeiro provia monetariamente as casas aviadoras para que estas tivessem “poder de fogo” ao investir na produção de borracha; as casas aviadoras financiavam a compra de seringais e transporte de trabalhadores, alimentos, utensílios de trabalho para que os seringalistas repassassem aos seringueiros; os seringalistas arregimentavam a mão-de-obra no nordeste, forneciam a preços bem elevados os produtos alimentícios, utensílios de trabalho, espingardas e munição; os seringueiros, com altas dívidas, tinham que passar a baixos preços toda a borracha produzida com intuito de quitar as dívidas; e com a borracha que recebiam, os seringalistas sanavam suas dívidas contraídas junto às casas aviadoras de Belém e Manaus e estas repassavam a borracha para exportação, com vistas a atender ao capital industrial da Inglaterra e EUA.

Anos mais tarde (1939-1945), sob “uma nova roupagem”, ocorria a reedição deste sistema. Porém, não seria o liberalismo do mercado quem financiava todo o processo do sistema de aviação por meio do capital industrial financeiro e das casas aviadoras, sendo este papel desempenhado pelo próprio Estado. A próxima seção trata de descrever como o Estado atuou para incentivar o extrativismo vegetal da borracha na Amazônia em seu segundo ciclo.

2.3. A II Guerra Mundial e a intervenção estatal sobre o extrativismo: o segundo ciclo da borracha

Depois do auge e o ocaso do primeiro “surto da borracha” e das iniciativas frustradas de investimentos por parte do setor privado por meio das ações de Henry Ford, foi com o advento da II Guerra Mundial que a borracha amazônica reconquistou as atenções no cenário mundial em meados do século passado, pois os seringais existentes na Ásia, que abasteciam as indústrias europeias e americanas, foram tomados pelos exércitos japoneses, que pertenciam ao eixo nazi-fascista. Nesse contexto, restou aos ingleses e demais países aliados recorrer ao antigo fornecedor desta matéria-prima tão importante do ponto de vista econômico e vital para vencer a guerra.

Os estudos de Martinello (1985) sobre a “ressurreição” da atividade extrativa na Amazônia residem na constatação de que, desde a queda da produção de borracha amazônica, a Alemanha se tornou a responsável pela compra de 75% da produção

brasileira para o abastecimento de seu parque industrial automobilístico e bélico. Por não dispor da borracha fornecida pelos seringais asiáticos (tomados pelos exércitos japoneses, aliados dos alemães na segunda guerra) e objetivando desbancar as relações comerciais entre Brasil e Alemanha, os EUA resolveram oferecer pelo produto brasileiro preços mais elevados que os cotados pela bolsa de valores de Nova York. Além disso, eles absorveram a produção de outros produtos estratégicos como: manganês, cromato, berilo, titânio, diamantes industriais, dentre outros. A importância deste novo ciclo é descrito por Paula (1991:35) da seguinte maneira:

“Com o advento da Segunda Guerra Mundial e a invasão do nordeste asiático pelos japoneses, os países industrializados do Ocidente foram duramente atingidos pela falta de uma matéria-prima indispensável naquele momento para a indústria bélica: a borracha (grifo nosso). Para contornar a situação a curto prazo, o governo dos Estados Unidos estabeleceu um acordo com o governo brasileiro. Foi o ‘Tratado de Washington’, com o objetivo de reativar a produção da borracha nativa na Amazônia.”

No ano de 1942, o governo de Getúlio Vargas vislumbra a possibilidade de obter vantagens por meio da produção de borracha, pois este produto havia se tornado um dos mais importantes do mercado da guerra e das indústrias que representavam poderio econômico para alguns países. O período da II Guerra Mundial marcou a primeira experiência de intervenção do Estado na exploração do extrativismo vegetal da borracha, pois antes, todos os incentivos à produção, financiamentos e mobilizações eram realizados de forma exclusiva por parte do capital monopolista industrial. Foi no período da II Guerra Mundial (1939 a 1945) que o Estado assumiu todos estes papéis, inclusive sobre a reedição do sistema de aviamento pelo Banco de Crédito da Borracha (BCB). O Brasil, além de ter sido o maior exportador de borracha para a Alemanha, também assinou uma série de acordos diplomáticos com os EUA em que se presumiam acordos de cooperação técnica, científica e financeira entre os dois países.

A produção de borracha na Amazônia no período da II Guerra Mundial foi grandemente estimulada por meio do programa denominado de “Batalha da Borracha”, criando a Comissão de Controle dos Acordos de Washington pelo Decreto-Lei nº 4.523, de 25.06.1942. Dentre outras coisas, nestes acordos estava explícito que os EUA se comprometiam a fornecer recursos para investir na produção da borracha, criar um fundo para a expansão da produção da borracha e exigiam, em contrapartida, o acesso exclusivo da matéria-prima do Brasil que excedesse seu consumo interno; estabelecimento de um preço básico para a borracha de qualidade; premiações para as

exportações que ultrapassassem 5.000 toneladas; e aumento da produtividade caso houvesse necessidade por parte dos EUA. O Brasil designaria uma única agência para atuar nos seringais, nas fábricas nacionais e estrangeiras para comprar e vender borracha, inclusive estabelecer políticas de preços e, por fim, vinha a vigência final dos “Acordos de Washington” que era de cinco anos, com possibilidade de reajuste de preços após o segundo ano, devido a fatores relacionados aos custos produtivos (MARTINELLO, 1985).

Desse modo, o capital externo e o governo brasileiro se mobilizaram para garantir o êxito e o envio da borracha da Amazônia para os EUA e demais países aliados. Nesse contexto, foram organizadas diversas políticas de incentivo à produção de borracha e argumentos de persuasão para atrair pessoas para coletar o látex. Atrair força de trabalho era uma necessidade urgente. Para isso, foram criados o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), pelo Decreto-Lei nº 4.481, de 17.10.1942 e a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Caeta) responsáveis, pelo recrutando maciço de mão-de-obra, especialmente de retirantes nordestinos que, assolados pela seca e enganados pelo Estado, rumaram para a Amazônia (PINTO, 1984; MARTINELLO, 1985). Em sua pesquisa sobre as consequências da “batalha da borracha” para o Vale Amazônico, Pedro Martinello apresenta depoimentos de imigrantes nordestinos que evidenciaram a precariedade das condições que estes grupos vivenciaram em sua terra natal e como estas políticas agiam para direcionar mão-de-obra para a Amazônia.

Com o objetivo de solucionar os problemas de saúde e abastecimento nos seringais, foram criados o Serviço Especial de Saúde Pública e programas de drenagem nas principais cidades, a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (Sava), pelo Decreto-Lei nº 5.044, de 4.12.1942. Também foram dados incentivos para a navegação para toda e qualquer atividade ligada à exploração de borracha, porém os maiores problemas ocorriam durante a viagem, como o caso de comida preparada sem os devidos cuidados e as doenças tropicais, que, em muitos casos, resultavam em morte (MARTINELLO, 1985).

Outra medida contida nos “Acordos de Washington” foi a criação do Banco de Crédito da Borracha (BCB), precursor do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e posteriormente, Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA), detentor do monopólio estatal sobre o controle de compras e vendas da borracha, responsável pela

política de preços da matéria-prima e financiador da atividade extrativista (PINTO, 1984; MARTINELLO, 1985; BATISTA, 2004).

Diante de todos estes acontecimentos, o Estado assume o papel de “vilão”, pois ao recrutar contingentes de trabalhadores que viviam sem opção de trabalho e em condições de miséria e seca no nordeste, os engana dando a opção de escolher entre ir para a Guerra ou extrair borracha na Amazônia. Dá ainda a garantia de que se optassem pelas atividades ligadas ao extrativismo da borracha, seu status seria equiparado àquele do serviço militar na guerra. Os programas de saúde pública e drenagem infelizmente não lograram êxito, e o BCB, que posteriormente se transformaria em Basa, substituiria o papel das casas exportadoras e aviadoras na nova roupagem do sistema de aviamento e escravização de seringalistas e seringueiros por meio da dívida.

Segundo Martinello (1985), o término da segunda guerra mundial no ano de 1945 garantiu a reativação dos seringais asiáticos, que tinham melhores técnicas de produção e coleta, maior produtividade, melhor qualidade do produto e custos mais reduzidos. Isso foi suficiente para que o látex produzido na região amazônica não mais despertasse o interesse dos principais compradores estrangeiros. Com isso, todos os incentivos destinados à exploração de borracha cessaram e houve uma desvalorização dos preços das terras outrora destinadas à prática do extrativismo vegetal da borracha. Mais uma vez o capital externo migra de foco, e o *boom* da produção gumífera na Amazônia e no Acre entra em crise, e as famílias que dependiam do extrativismo vegetal foram ficando sem fonte de renda e, portanto, marginalizadas. Alguns seringueiros conseguiram retornar para sua terra de origem; outros constituíram família nos seringais da Amazônia e passaram a viver da agricultura de subsistência, da caça e da pesca.

Depois de terem deixado suas famílias e principais lembranças em suas terras de origem, empenhado todas as suas forças extraíndo o tão precioso látex, provado das explorações dos padrões seringalistas, serem desamparados pelo Estado, muitos seringueiros morreriam na Amazônia sem jamais rever seus entes e sua terra natal. Morriam de doenças típicas como malária, febre amarela, hepatite e atacados por animais como onças, serpentes. De outro lado, o governo brasileiro também não cumpriu a promessa de reconduzir os soldados da borracha de volta à sua terra no final da guerra. Hoje, bastante idosos, alguns ainda vivem no interior das cidades do Acre, com uma aposentadoria que mal garante sua subsistência. A seção seguinte procura descrever como o extrativismo vegetal da borracha deixou de ser a principal atividade

econômica da Amazônia e os reflexos dos novos parâmetros de “desenvolvimento” direcionados para as comunidades que viviam no meio rural acriano.

2.4. As políticas desenvolvimentistas do governo militar: a expansão da fronteira agrícola e seus reflexos sobre as populações tradicionais

Em 31 de março de 1964, os militares aplicam um golpe de Estado, depõem o Governo de João Goulart e ocupam a Presidência do Brasil. Com o poder nas “mãos”, os militares passaram a nomear todos os governadores dos Estados brasileiros para programar no país suas políticas de desenvolvimento. A economia e propostas de desenvolvimento para a nação e a Amazônia tomam novos rumos. Não havia interesse pela dedicação ao extrativismo, uma vez que os seringais asiáticos dominavam a produção desta matéria-prima e possuíam maiores vantagens sobre sua produção e comercialização. Fazia-se necessário desarticular o extrativismo e construir novas atividades econômicas. Nesse cenário, a agropecuária surge como a “bola da vez”. Em todo este processo, a Amazônia foi a mais visada, pois tinha aptidão natural para a atividade extrativista, mas a proposta era alcançar o “desenvolvimento regional” por meio da expansão capitalista em todas as regiões mediante a entrada de capitais estrangeiros. Para a Amazônia, a estratégia era expandir a fronteira agrícola.

Para Almeida (1998), durante os anos de 1960, o progresso era uma bandeira levantada por várias nações, e o Estado era visto como impulsionador da modernização, do desenvolvimento econômico e técnico. Durante o governo militar, as opções econômica e geopolítica foram os dois objetivos norteados pelo Estado para o processo de desenvolvimento e integração amazônica, além de atender à dinâmica do capital na região. Para isso, foi adotada uma série de medidas que ficaram conhecidas como “Operação Amazônia”. Este plano governamental buscava estabelecer na região Polos de desenvolvimento com populações estáveis (auto-suficientes); estimular a imigração; fornecer incentivos ao capital privado; desenvolver a infraestrutura e pesquisar o potencial dos recursos naturais (COSTA FILHO, 1995; FADELL, 1997; BATISTA, 2004). Tais acontecimentos nos levam a considerar que as políticas governamentais implementadas para a região amazônica, naquele período exerceram um papel decisivo no que se refere à mudança das atividades extrativas para novas atividades.

Segundo Rêgo (2002), para gerir estas políticas desenvolvimentistas foram criados vários órgãos e programas para facilitar a entrada de empresas estrangeiras,

garantir a aumento na captação de divisas estrangeiras e estabelecer a ocupação da Amazônia. Dentre estes órgãos, cabe citar alguns dos que tiveram maior notoriedade: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), criada pela Lei nº. 5.173, de 27 de outubro de 1966, que tinha o objetivo de analisar, aprovar e financiar projetos econômicos a serem desenvolvidos na Amazônia sob coordenação do governo militar, em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Nesta mesma Lei, criou-se o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (Fidam) cujas fontes de recursos provinham de 1% da receita tributária da União (em consonância com o artigo 199 da Constituição Federal vigente na época). Também, por meio da Sucam, foram elaborados os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (I e II PDA) que objetivavam alcançar o progresso mediante ocupação de novas áreas de terras e implantação de atividades agropecuárias.

No campo financeiro, foi criado pela Lei nº 5.122, de 28 de outubro de 1966, o Basa, Banco da Amazônia SA, para se tornar o financiador das políticas de ocupação do espaço amazônico, em substituição ao Banco de Crédito da Borracha (BCB) e Banco de Crédito da Amazônia (BCA), que outrora financiavam atividades ligadas ao extrativismo. Para atrair empresários, foi criada, pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema), com objetivo de atrair empresas mediante incentivos fiscais do governo federal no Estado do Amazonas.

Objetivando sistematizar os dados a respeito da Amazônia brasileira, por meio de radares, com a finalidade de orientar a ocupação dos espaços e exploração dos recursos naturais, foi criado na década de 1970, o Projeto Radar da Amazônia (Radam). Paralelamente, o Plano de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, visava a integrar a Amazônia ao nordeste brasileiro. Dentre as metas do PIN, pretendiam-se irrigar o nordeste e construir de modo imediato as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Durante a construção destas novas rodovias, previa-se reservar uma faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita para fins de colonização e reforma agrária. A fonte de recursos para tais ações eram 30% da captação de incentivos fiscais.

No campo da reforma agrária, foi criado, pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que atuava como o programa de colonização oficial, concentrando as funções do Instituto

Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (Inda) e Grupo Executivo de Reforma Agrária (Gera).

Para dinamizar as atividades produtivas, foi criado, pelo Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústrias do Norte e do Nordeste (Proterra), que tinha como objetivo viabilizar o acesso a terra aos trabalhadores rurais e minifundiários, melhorando as condições de emprego e incentivo às agroindústrias das regiões norte e nordeste do Brasil. Sua fonte de recursos provinha da captação de 20% da arrecadação de incentivos fiscais. Também foram criados os Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), pelo Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974, que visava a ocupar áreas consideradas devolutas para aproveitar as potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia e dar as condições produtivas à região.

No período de 1972 a 1981, foram instaladas no Acre três versões do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (Probor I, II e III), cujo objetivo principal era a recuperação de seringais nativos e o cultivo sistemático de novos seringais. Os recursos para o plantio de novos seringais eram autorizados pela Superintendência da Borracha (Sudhevea) e repassado pelo Basa. Entretanto, estes programas não atenderam satisfatoriamente aos objetivos propostos de incentivo à produção de borracha. A maior decepção ficou por conta do Probor I, cuja maior parte de seus recursos foi destinada ao setor privado, servindo para compra de gado, formação de pastagem e construção de currais, o que levou à suspensão de muitos empréstimos (SOUZA, 1995).

Segundo Loureiro e Pinto (2005), na visão do governo militar, os principais obstáculos ao desenvolvimento de regiões “atrasadas economicamente” como a Amazônia, eram por conta de problemas como a insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas capazes de pôr em marcha novos investimentos. Isso só seria possível, no norte do Brasil, com a desarticulação do extrativismo mediante o uso de inúmeras ações que variaram desde cortes de empréstimos aos seringalistas produtores de borracha sem nenhum tipo de aviso, a consideráveis incentivos fiscais aos empresários ligados às frentes agropecuárias. Foi nesse sentido que Cardoso e Muller (1977 apud SOUZA, 2002), enfatizaram que na Amazônia, em particular no Acre, a extração vegetal se enfraqueceu, e o extrativismo vegetal da borracha foi aos poucos cedendo lugar a outras atividades econômicas.

Para expandir cada vez mais o capitalismo desenvolvimentista para o espaço amazônico, o governo federal brasileiro utilizou os mais diversos expedientes para atender aos interesses estrangeiros e atrair capital para a região. Na região acreana, o governo local também aderiu a esta política para captar maior volume de investimentos, divulgando sua política dentro e fora das fronteiras do Estado nos mais variados veículos de comunicação (SOUZA, 2002). O processo de divulgação e abertura das portas do Acre aos diversos compradores vindos do centro-sul do País e a venda indiscriminada de imensas áreas de terras a preços baixos foram extremamente nocivos às comunidades que viviam na floresta.

“No Acre, os grandes empresários, os grileiros e especuladores chegaram antes (dos pequenos produtores que procuravam terras para trabalhar) e se lançaram vorazmente à compra de terras em todo o Estado. (...) Os casos que ainda hoje são contados no Acre descrevem vendas desde 30 centavos até dois cruzeiros por hectare, o que era inteiramente defasado em relação ao então preço médio da terra no Brasil.” (OLIVEIRA, 1985, p. 51)

Em seus estudos sobre o caráter especulativo da compra e venda de terras do Acre, Silva (1990), *apud* Souza (2002), assinala que a especulação fundiária era composta de algumas facetas, tais como, reserva de valor, desvio de recursos públicos obtidos por programas especiais, inclusive falsificação de documentos. Características estas, apontadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra (CPI), ao citar um exemplo de grilagem de terras no Acre, usando o teor da página 55, que diz:

“Sem dúvida, o caso Coloama é o mais escandaloso dos que se conhece no Acre, como grilagem de terras. A empresa foi a primeira a chegar no começo de 1972, portanto, teve chance de adquirir boas áreas pelos menores preços. Somente nas margens da BR-364, a poucos quilômetros de Sena Madureira, comprou 500.000 hectares, onde procurou desenvolver cinco projetos com recursos do Probor., Proterra, Sudam e Basa. [...] No cartório de Sena Madureira, entre as transações espúrias realizadas pela Coloama, consta a compra do seringal Sobral, de Luzanira e Jaime Meireles, em que uma pessoa falecida um ano antes ‘aparece’ assinando a escritura de compra e venda, na presença do Escrivão. [...] Em apenas quatro anos, essas terras repassadas por grileiros no Acre atingiram uma valorização de 2000 por cento.” (SILVA, 1990, p. 47)

Observa-se que com este conjunto de políticas e as diversas faces da especulação, as terras que outrora pertenciam aos povos tradicionais da floresta (colonos, ribeirinhos, índios e comunidade extrativa), passaram a fazer parte do patrimônio dos compradores “paulistas^{16/}”, assumindo uma nova dimensão, usadas

^{16/} Denominação comumente atribuída aos compradores de terras vindos do centro sul e sudeste do Brasil.

essencialmente como reserva de valor. Os “paulistas” expulsam duramente os povos tradicionais dos espaços recém-adquiridos e introduzem na região a pecuária extensiva, transformando parte da estrutura da floresta em pastagens, mostrando sua total falta de compromisso com a preservação da estrutura da floresta e com os aspectos socioculturais daqueles que há muito ali residiam.

Segundo Oliveira (1985), a desestruturação dos seringais, mediante mercantilização de terras para os grandes grupos econômicos do País, conforme evidencia a Tabela 6, provocou um considerável processo de expulsão de diversas famílias, que sem opção de moradia, migraram para as cidades acreanas ao longo das décadas seguintes, formando nelas as periferias^{17/} e todos os problemas decorrentes dessa constituição. As cidades do Acre, não estavam providas de nenhuma infraestrutura para receber as famílias que foram expulsas de suas moradias e, por assim ser, estas famílias não tiveram nenhuma perspectiva de emprego, segurança, saúde, educação e outros amparos legais.

Tabela 6 – População urbana e rural do Estado do Acre nas décadas de 1960 a 1991

Ano	População Urbana		População Rural		Total
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	
1960	33.534	21,11	125.318	78,89	158.852
1970	59.307	27,55	155.992	72,45	215.299
1980	132.174	43,82	169.431	56,18	301.605
1991	258.520	61,88	159.198	38,12	417.718

Fonte: IBGE. Censos demográficos – 1960, 1970, 1980, *apud* Duarte (1987, p. 66); IBGE – Censo demográfico – 1991, *apud* Costa Filho (1995, p. 12).

Após perderem seus espaços no meio rural e seguirem para as cidades, as famílias tinham as seguintes opções de sobrevivência: para os homens, desempenho de pequenos serviços como o comércio ambulante, limpezas de carros e terrenos, além de pequenos serviços braçais; já para as mulheres, restava-lhes a opção de se tornarem domésticas em casas de família. Em muitos casos, por não disporem de oportunidades como trabalho e moradia, homens e mulheres enveredavam para as práticas de infrações como tráfico de drogas, roubos e furtos, além de alcoolismo e prostituição (HENRIQUE, 2001).

^{17/} As características gerais destas periferias são: a falta de oportunidades de trabalho, a miséria, a prostituição e péssimas condições de domicílio.

As políticas de “desenvolvimento” para o espaço amazônico não consideravam interesses tradicionais e nem garantiam o fortalecimento socioeconômico, ecológico e cultural na região. Destarte, as insatisfações, por parte dos povos tradicionais da floresta (índios, seringueiros e posseiros), que estavam sendo expulsos e marginalizados nas periferias das cidades, eram constantes. No caso específico do Estado do Acre, o campo político e social presencia um dos mais marcantes episódios de sua História, que se caracterizou como a “luta pela posse da terra”, em que as populações banidas de suas terras montavam resistência contra os movimentos especulativos de terras nesta região.

“A luta pela terra continua. A concentração fundiária, que é uma característica histórica da região, aumenta, assim como a violência contra os trabalhadores rurais. A luta pela reforma agrária, pela resolução dos problemas fundiários passa então a ser a bandeira dos seringueiros e dos trabalhadores rurais em geral no Estado” (COSTA FILHO, 1995, p. 19).

Conforme Costa Filho (1995), as famílias que ainda permaneciam na terra suportando as investidas de grileiros e fazendeiros, passaram a contar com uma significativa ajuda para amenizar a gananciosa e desmedida corrida pelas terras do Acre. Este amparo veio na forma de três forças: o Estado regional, a Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esses apoios conseguiram diminuir os fluxos de transações com as terras acreanas. A ação destas entidades foi vital para frear o processo de expulsão dos seringueiros de suas terras e desenvolver propostas que visavam não só ao esclarecimento dos trabalhadores, mas também os incentivavam a permanecer nas terras que eram suas.

A partir de 1975, o governo do Acre tentou também conter o êxodo rural implantando um conjunto de políticas que, segundo sua concepção, beneficiaria o homem do campo. Neste ensejo, foram criados os projetos de colonização agrícola tradicionais como os Núcleos de Apoio Rural Integrados (Naris) e os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) no Estado. A criação destes projetos de colonização ao entorno das cidades e as respectivas alocações das famílias outrora banidas de suas terras amenizaram, em parte, a intensidade das reivindicações dos movimentos sociais que defendiam uma solução para os problemas daqueles que foram duramente escorraçados dos locais onde moravam (SOUZA, 2002).

Estas propostas de assentamento tradicionais como Naris e, posteriormente, os PADs, foram implementados dentro de uma perspectiva que pretendia propiciar àquelas

famílias o acesso à terra, renda, educação, dentre outros amparos legais e, portanto, longe da marginalização urbana. Neles, a base produtiva era composta basicamente pela agricultura de subsistência (arroz, feijão, milho e mandioca) e criação de pequenos animais. Os estudos desenvolvidos por Aranha (2006) mostram que os maiores entraves a estas modalidades de assentamento eram a distância dos centros urbanos, falta de infraestrutura, dificuldades de transporte e escoamento da produção, além da falta de incentivos como acompanhamento na assistência técnica ou acesso a créditos. Paralelamente a isso, a forma de uso da terra neste modelo de colonização era a prática da agricultura migratória ou itinerante^{18/}, na qual o plantio das culturas é efetuado após a derrubada e a queima da floresta primária ou capoeira, o que ano após ano aumentava as áreas desmatadas (BATISTA, 2004).

No capítulo seguinte, faremos uma discussão sobre as ações do Estado como agente redutor da pobreza, analisando uma proposta de política pública denominada Polos Agroflorestais, supostamente diferenciada em relação às anteriores.

^{18/} Prática ancestralmente realizada por populações tradicionais, ela pode consistir numa das principais formas de devastação de áreas florestais, pois o local aberto com fins agrícolas é utilizado no máximo por três anos. Após esse período, verifica-se queda na fertilidade do solo e necessidade de abertura de novas áreas para plantio.

3. AS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

“O bem-estar de todos os homens é que deve determinar a política social, e as economias de mercado devem se comprometer a garantir o direito de cada cidadão ao emprego.” (SACHS, 2007, p. 260)

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre as concepções de desenvolvimento, sustentabilidade, condições de vida e o papel das políticas públicas na promoção do bem-estar. A partir desta contextualização, fez-se uma discussão sobre a implementação da política de Polos Agroflorestais em Rio Branco no Acre, como alternativa de desenvolvimento sustentável para segmentos sociais tidos como “menos favorecidos”.

3.1. Os parâmetros tradicionais de desenvolvimento e a crise ambiental

O termo desenvolvimento pode ter aplicabilidade para distinguir estágios em diferentes áreas do conhecimento humano, e podemos resumidamente destacar: desenvolvimento físico, educacional, motor, humano etc. Segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1993), no sentido etimológico, as expressões “des + envolver”, significam tirar o que envolve ou oculta, ou seja, analisando sua etimologia, entende-se que o desenvolvimento representaria uma passagem gradual de um estágio tido como “incipiente, incompleto e inferior,” para um estágio mais “aperfeiçoado, completo ou desejado”.

No sentido econômico clássico, autores como Souza (1999) afirmam que este termo expressa o conjunto de transformações que determinados grupos sociais, cidades, nações e até continentes teriam que percorrer para superar seus entraves e sair da situação que muitos tacham de “subdesenvolvimento”, para assim alcançar patamares “superiores”, socialmente reconhecidos como sociedades “desenvolvidas”. Com base nestas considerações, analisaremos como o pensamento econômico influenciou as concepções em torno da temática “desenvolvimento” e como essas teorias embasaram as plataformas políticas, discursos oficiais, planos e ações de governos e indivíduos no cenário local e internacional.

A ideia de desenvolvimento ganhou grande força nas leis de livre mercado apregoadas pelas teorias econômicas clássicas e neoclássicas^{19/} que visavam ao aumento da produtividade, especialização do trabalho, diminuição de custos e aumento dos lucros. Em linhas gerais, as características destas vertentes teóricas foram sintetizadas por Azcurra (2007, p. 30-31), da seguinte forma:

“[...] no podía haber ‘desocupación involuntaria’, no podían aparecer ‘crisis’, no había lugar para ‘monopolios’ [...] hacia el ‘ajuste automático’ en condiciones de libre concurrencia, en fin, que la ‘economía moderna’ mostraba ser un sistema equilibrado y equitativo en razón de distribuir a cada ‘factor de producción’ (Tierra, trabajo y capital) una justa remuneración de acuerdo con su participación en el proceso productivo, y que además, el Estado nada tenía que hacer en esta economía privada [...]”.

Para Alves da Silva (2006), estas vertentes teóricas seguiam a lei de Say, que no aforismo recebe a síntese de que “a oferta cria a sua própria procura”, o que, por sua vez, garantiria um harmônico equilíbrio entre produção e absorção de bens e serviços. Portanto, não haveria desemprego, e sim pessoas que voluntariamente não estavam dispostas a trabalhar a dadas taxas de salários e por isso optavam por tempo livre para a prática de lazer. Neste contexto, o liberalismo econômico por meio das forças de oferta e demanda estimularia os indivíduos a agir de modo egoísta para atender a seus interesses mediante o uso de escolhas racionais para desenvolver atividades que lhes trouxessem maiores retornos (seja no trabalho ou lazer) e o melhor que o Estado tinha a fazer era não intervir na atividade econômica, mas deixar vigorar as leis do mercado liberal que visava cada vez mais a aumentar o acúmulo de riqueza com base no lema do

^{19/} Na opinião de Souza (1999), os principais expoentes das doutrinas clássicas eram Adam Smith, David Ricardo e Jean B. Say, dentre outros. Na doutrina neoclássica, os maiores nomes eram Alfred Marshall, Leon Walras, William Jevons, dentre outros.

“Laissez faire, laissez passer^{20/}”. Cabia ao Estado ter orçamentos parcimoniosos para cuidar de alguns serviços essenciais básicos como a construção de pontes, estradas, educação, além de exercer sua função disciplinadora da vida em sociedade como segurança nacional, justiça, dentre outros (ALVES DA SILVA, 2006).

Com base nestes aspectos, Sandroni (1999, p. 169) aponta uma definição conceitual do “desenvolvimento” que serve como pilar para algumas vertentes teóricas, as quais eram vinculadas à ideia de “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto - PNB) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”. Estes parâmetros de desenvolvimento, embasados no crescimento econômico, cujos principais indicadores eram o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, nível de modernização, aumento de renda per capita, mecanização do trabalho, foram adotados com afinco pelo modo de produção capitalista, ao verificar uma série de transformações econômicas ocorridas na Inglaterra do século XVIII, com a Primeira Revolução Industrial, a principal responsável por propiciar relativas “melhorias” nas condições de produção e de vida para algumas pessoas, quando comparadas aos períodos históricos anteriores. Residem aí os motivos políticos e ideológicos para que estes parâmetros de “desenvolvimento” tivessem vigor no pensamento dos formuladores de políticas, governos e sociedade durante vários anos.

A ideia de equilíbrio do sistema econômico que na economia clássica era garantido pela chamada “mão invisível”, foi abalada pela Grande Depressão ocorrida em escala mundial em 1929, que apontou um elevado índice de desemprego e incompatibilidade entre absorção e “superprodução”. Tais fatos colocaram em xeque a proposta de crescimento e desenvolvimento contínuo da economia com base no liberalismo econômico.

Foi com a revolução keynesiana que os pressupostos clássicos passaram a ser questionados. Para Souza (1999), estes ideais revolucionários foram vitais para a formulação de políticas de combate às crises econômicas verificados em alguns ciclos e, para isso, fazia-se necessário a intervenção do Estado para regular a economia e atuar sobre os níveis de desenvolvimento por meio de investimentos diretos, formulação de políticas anticíclicas com vistas a reduzir o desemprego e suas repercussões sociais. Nesse sentido, as propostas de desenvolvimento passaram por algumas mudanças

^{20/} Termo francês muito usado como lema do liberalismo econômico, cuja tradução é: “deixe fazer, deixe passar”.

estruturais em diversas partes do mundo, pois as nações que apresentassem crescimento econômico instável, predominância da agricultura como atividade principal e baixa produtividade eram consideradas “subdesenvolvidas”.

Souza (1999) destaca que ideais semelhantes aos de Keynes foram trabalhados no âmbito da América Latina, onde, a partir de 1940, as questões de “desenvolvimento” eram tratadas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Defendia-se a possibilidade de ruptura com o “modelo de desenvolvimento” historicamente destinado às nações “latinas” no qual se concebia estes países como meros fornecedores de alimentos e matérias-primas, além de ser importadores de produtos industrializados. Para a Cepal, o desenvolvimento latino-americano viria por meio do fortalecimento interno do parque industrial e pela adoção de um modelo que investia na substituição de importações, pois isso geraria na região os mesmos “benefícios” de acumulação e empregabilidade, tal como nos países “avançados economicamente” (SOUZA, 1999). A visão da Cepal sobre o desenvolvimento latino-americano postulava mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas. Para que isso ocorresse, era necessário adotar a seguinte estratégia: restringir as importações, atrair capitais para investir em infraestrutura básica, realizar a reforma agrária para potencializar a produção de alimentos e matérias-primas para expandir o mercado interno e instituir maior participação do Estado na implantação de serviços de transportes, comunicação, energia. De um modo geral, a proposta de desenvolvimento no modelo estruturalista podia ser resumida da seguinte maneira:

“Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade.” (SOUZA, 1999, p. 22)

Para Azcurra (2007), estas vertentes teóricas agiam em defesa do modo de produção capitalista que concebe o desenvolvimento por meio da industrialização, acumulação de capital, progresso técnico e inovação tecnológica, como elementos capazes de dinamizar a economia. Para este autor, o que realmente importa é considerar neste sistema as formas históricas e sociais de funcionamento do sistema capitalista, considerar os conflitos sociais entre classes e a distribuição da riqueza gerada para promover o bem-estar comum das sociedades. Numa perspectiva ainda mais ampla,

Amarthia Sen (2000) aponta que o verdadeiro desenvolvimento deve estar intimamente relacionado com a possibilidade de melhora de vida e expansão das liberdades, isso fará com que o indivíduo possa desempenhar seu papel de ser social de um modo mais completo, praticando suas vontades, interagindo e influenciando o meio em que vive. Mas quais os reflexos que os estilos de desenvolvimento pautados em parâmetros economicistas de crescimento trouxeram sobre os aspectos ambientais e sociais?

Segundo Batista (2004, p. 40-41), a proposta de desenvolvimento utilizada no período do pós-guerra trouxe pelo menos duas consequências nocivas para as sociedades: “a disseminação dos ideais da sociedade de consumo pelo mundo e a propagação da política de uso indiscriminado dos recursos naturais”. Desde sua concepção até o período fordista^{21/}, os parâmetros tradicionais de desenvolvimento traduziam a classificação dos países e povos quanto à sua capacidade e/ou possibilidade de crescimento, e opondo-se ao subdesenvolvimento, não consideravam a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, opinião claramente defendida por Maluf (2000, p. 37).

“A necessidade de repensar o desenvolvimento justifica-se, no mínimo, como contraposição à convencional prescrição de ‘mais crescimento econômico’ acompanhado de instrumentos compensatórios das evidentes mazelas sociais e ambientais geradas pelos padrões de crescimento que vigoram até os dias atuais.”

Na prática, o que se verificou foi que esses padrões de crescimento não configuraram bons indicadores de desenvolvimento, pois desconsideraram muitos fatores, dentre eles, as diferenças locais, problemas de distribuição de renda, isolamento e exclusão regional e o desrespeito ao meio ambiente. No caso brasileiro, os indicadores de desenvolvimento já citados, juntamente com as políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado serviram para acelerar o processo de industrialização e urbanização, ocasionando rápida concentração populacional e má distribuição de renda, o que sobrecarregou a estrutura das cidades, elevando os índices de pobreza e agravando ainda mais os problemas sociais e ambientais. Concluindo, o estilo desenvolvimentista pautado no crescimento econômico sem precedentes não conseguiu propiciar uma situação de prosperidade a todo o conjunto populacional. Paralelamente a isso, trouxe, no seu bojo, graves problemas ambientais que colocaram em xeque os parâmetros

^{21/} Segundo Sandroni (1999, p. 249-250), o fordismo representa um método de produção que visa alcançar uma produção em massa, com baixos custos e especialização do trabalho. Para uma discussão aprofundada sobre desenvolvimento fordista, ver Buarque (2002).

tradicionais em voga até então. É nesse contexto que, dentre outras, a noção de sustentabilidade passa a ser associada às discussões de desenvolvimento.

3.2. A sustentabilidade como alternativa de desenvolvimento

Ao final da década de 1960 e início da década de 1970, o mundo conheceu a crise do petróleo, que anunciou o esgotamento deste recurso e ameaçou com o fim de uma das principais fontes energéticas do planeta. Daí cresceram em todo o planeta as preocupações sobre os limites e reflexos do crescimento econômico sobre a qualidade do meio ambiente e de vida das pessoas. A este respeito, Buarque (2002, p. 16) destaca:

“Até aquele momento, predominava a convicção generalizada de que os recursos naturais eram um bem abundante e inesgotável (infinitos). Os economistas descobrem que os estoques de recursos naturais são finitos, ao mesmo tempo que começam uma fase de estancamento do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho, em grande parte como consequência da rigidez dos sistemas de regulação, e a deterioração financeira do Estado de Bem-Estar Social.”

Os sérios abalos ocorridos com a crise do petróleo chamaram a atenção para as primeiras iniciativas voltadas para a promoção de uma nova alternativa de desenvolvimento, que primasse por uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza e estabelecesse uma crítica aos formatos de modernização industrial como método de desenvolvimento das regiões periféricas. Foi neste contexto de consumismo, alta produtividade e desperdício do meio urbano que surgiu a proposta ecologicamente orientada: o ecodesenvolvimento. A proposta do “Ecodesenvolvimento” foi inicialmente formulada para comunidades rurais ligadas às regiões rurais da África, Ásia e América Latina, ganhando dimensões de crítica às relações globais entre países “subdesenvolvidos” versus “desenvolvidos”, buscando romper com as propostas anteriores, a burocracia do Estado e valorizar o conhecimento local (SACHS, 2007).

“O conceito de ecodesenvolvimento surgiu a partir de uma polêmica dupla contra os partidários do crescimento selvagem, que defendem uma fuga para frente no mau desenvolvimento – como meio de corrigir os seus males – e contra os “zeristas”, vítimas do absolutismo do critério ecológico a ponto de perderem a visão antropocêntrica do mundo, que é a de todas as filosofias humanistas” (SACHS, 1986, p. 113)

“O ecodesenvolvimento designava ao mesmo tempo um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteado por um conjunto interdependente de postulados éticos, a saber: atendimento de necessidades humanas fundamentais (materiais e intangíveis), promoção da auto-confiança (*self-reliance*) das populações envolvidas e cultivo da prudência ecológica” (Sachs, 2007:12).

O ecodesenvolvimento antecedeu o conceito de desenvolvimento sustentável servindo de base para muitos de seus principais pressupostos. Segundo Sachs (2007), não existe, em caráter universal, um conjunto de técnicas apropriadas que privilegiem de modo harmônico os aspectos sociais, econômicos e ecológicos. Entretanto, este autor segue apontamentos de Dickinson (1972) e apresenta cinco dimensões tecnológicas que possuem preferências sociais e que incidem sobre os valores de estilos de desenvolvimento, são elas: dimensão econômica, dimensão ecológica, dimensão sociocultural, dimensão política e dimensão técnica.

Estas dimensões e preceitos de ecodesenvolvimento serviram para a construção discursiva que apontavam questionamentos sobre a relação entre o desenvolvimento econômico tradicional pautado em critérios economicistas e suas consequências ao meio ambiente. Verificava-se uma relação antagônica entre fatores econômicos de um lado e os sociais e ambientais de outro, pois a riqueza gerada não era compartilhada igualmente entre as pessoas. Os recursos naturais utilizados para promover o desenvolvimento eram limitados e muitos deles não renováveis. E, por fim, verificava-se que as propostas de desenvolvimento vigentes até então eram incompatíveis com as realidades locais, onde geralmente inexistiam autonomia, conhecimento científico e técnico. Por conta desses fatores, o ecodesenvolvimento buscou apontar maiores cuidados aos aspectos relacionados a estas cinco dimensões, com maior enfoque para a preservação dos recursos naturais, ao contrário dos preceitos de desenvolvimento tradicionais, que privilegiavam acumulação e crescimento a qualquer custo.

Em função destes questionamentos, foram realizados alguns eventos e publicações que polarizaram as divergências políticas, éticas e ideológicas em torno da temática do desenvolvimento econômico versus preservação ambiental. Era necessário despertar, em nível mundial, os governos, comunidade acadêmica e sociedade civil para a tomada de consciência de que a crise ambiental representava uma realidade iminente e que outros modelos de desenvolvimento precisavam ser concebidos. Para Sachs (1986), era preciso pensar numa alternativa de desenvolvimento que vislumbrasse a relação harmoniosa da ação humana quanto ao uso do meio ambiente. Este processo deveria ser

dinâmico, em que todos os mecanismos necessários para sua implantação, como as políticas públicas, o uso das tecnologias e ações da comunidade, deviam agir de modo coeso para garantir o equilíbrio entre várias dimensões ou aspectos.

Os eventos descritos na Tabela 7 se encarregaram de executar esta missão, desencadeando uma intensa mobilização entre ativistas, meio acadêmico, organizações governamentais e não governamentais, solicitando modificação nos modelos de desenvolvimento vigentes até então, chamando a atenção para a necessidade de diminuição das escalas de produção e crescimento econômico, manifestando intensa preocupação com a conservação dos recursos ambientais. Cada um destes eventos contribuiu de alguma forma e a seu modo para a construção teórica de um conceito alternativo de desenvolvimento, cuja base devia ser apoiada na eficiência econômica, na prudência ecológica e na justiça social.

Tabela 7 – Acumulação teórica do desenvolvimento sustentável dos organismos internacionais

Evento	Descoberta	Natureza
Conferência de Estocolmo (1972)	As sociedades avançadas descobrem a existência de um só mundo (É o Inca Garcilaso?). Século 16	Um primeiro aviso da deterioração ambiental
Trabalhos do Clube de Roma (1972-1974)	É impossível o crescimento infinito com recursos finitos (Metodologia de inter-relações sinérgicas e antissinérgicas)	Primeiros estudos oficiais sobre a deterioração ambiental. Relatórios (1º e 2º). Fundamentação empírica.
Relatório Global Ano 2000 (1980) a cargo do presidente Carter	Ameaça de sobrevivência da vida humana sobre o planeta (não é extensiva a todo o mundo o estilo de vida do Norte)	Primeiro diagnóstico sobre a deterioração ambiental da Biosfera
Relatório Brundtland (1987) Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento	Definição Oficial do conceito de Desenvolvimento Sustentável	Primeira discussão do método para encarar a crise ecológica.
Conferência do Rio (1992)	Carta da Terra (Agenda 21: 27 pontos) Carta Climática (Convênio Climático)	Código de comportamento a ser seguido no século 21. Encarar alterações do Meio como consequência da mudança climática.
Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	Convênio da Biodiversidade.....	Atuar em relação à ocupação crescente pela espécie humana dos habitats de outras espécies.

Fonte: Guzmán e Mielgo (1994); Mielgo e Guzmán (1995), *apud* ALMEIDA e NAVARRO (1997, p. 23).

Em 1987, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento (CMMAD) trabalhou para encarar a crise ecológica tentando encontrar um meio compatível para equacionar nível de consumo com as necessidades da humanidade dentro dos limites ecologicamente possíveis. Foi neste contexto que o mundo conheceu o Relatório Brundtland, que dava a definição oficial ao termo Desenvolvimento Sustentável, como “a satisfação das necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas necessidades” (CMMAD, 1988, p. 9). Estas satisfações podem estar inseridas nas mais diversificadas dimensões da vida, dentre elas, a econômica, social, ambiental e política. É devido à multidisciplinariedade deste conceito que pode existir um paradoxo entre estas dimensões.

O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta uma série de dificuldades operacionais que abrangem um complexo campo de disputa política e ideológicas em torno do que viria a ser a sustentabilidade. Para Guzmán (1998), existe uma complexidade de abordagem sobre a origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável, seja pela falta de consenso quanto a uma definição universalmente aceita sobre o que seria o desenvolvimento sustentável, seja por ser esta uma abordagem que gira em torno de muitos aspectos com caráter multidisciplinar que requer o engajamento de variadas áreas do conhecimento para a construção de indicadores que possam ser aplicados à realidade ou até por questões políticas e ideológicas. São muitas as disparidades regionais, são gritantes as diferenças dos sistemas econômicos, socioculturais e ambientais de cada região. O que nos permite asseverar que não existe um modelo engessado de desenvolvimento sustentável, não existe um único esquema analítico ou indicadores pré-estabelecidos, e que o grande desafio é identificar as particularidades de cada região e buscar as melhores alternativas quanto às práticas sustentáveis.

Em se tratando de Amazônia, durante várias décadas, o capital internacional direcionou, ao seu “bel prazer”, enormes contingentes populacionais para trabalhar nas mais variadas formas de exploração dos recursos naturais. Muitas foram as famílias excluídas das “benesses do desenvolvimento” ali gerado e o que sobrou para aquelas famílias foi a expulsão de suas casas, a migração para as cidades, a exclusão social e uma vida em precárias condições, ou seja, um modelo nada sustentável.

Para Silveira e Bocayuva (2007), a sustentabilidade deve ser compreendida por meio de uma rigorosa análise que seja capaz de envolver e integrar os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais. Para estes autores, há que propor

críticas aos padrões de desenvolvimento que privilegiam somente os critérios econômicos. Assim, necessita-se realizar a construção de ações que envolvam práticas de atores sociais, instituições para que consigam privilegiar o bem-estar econômico e social e o manejo de ecossistemas. Nesse sentido, Maciel (2003) defende que, para a região amazônica, o grande desafio é implementar políticas públicas no sentido de maior justiça social, de contenção do desflorestamento e de utilização racional do meio ambiente com ações voltadas à sua conservação. Nesses termos, tentaremos estudar o processo de sustentabilidade de um modo holístico, como um percurso do crescimento econômico integrado por mecanismos de redistribuição da riqueza, vinculada a uma realidade local, onde os grupos familiares que ali residem poderiam receber as oportunidades para melhoria de suas condições de vida mediante um equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais, ambientais e político-institucionais.

3.3. A influência da pobreza sobre as condições de vida

A busca de uma alternativa que expresse um desenvolvimento sustentável exige uma revisão nos padrões de consumo e estilos de vida adotados por determinadas sociedades. Para Hirsch (1976), *apud* SACHS (1986), os parâmetros de desenvolvimento e bem-estar pautados no consumismo e na busca de acumulação montaram um “enredo” cultural que há muito tempo vem aprisionando as concepções sobre o que seria o modelo ideal das condições de vida nos diferentes meios sociais. No caso do Brasil, onde a maioria das pessoas não tem em plenitude o suprimento das suas necessidades econômicas e sociais como é o caso da falta de emprego, renda, escolaridade, moradia, educação, saúde etc. Torna-se difícil abordar com profundidade a discussão acerca do que seriam, em sua essência, as condições de vida. Sabe-se que a ideia de condição de vida está intimamente ligada à garantia de bem-estar, portanto, é na busca desta condição que muitas decisões individuais, coletivas e políticas devem ser tomadas. Neste contexto, vale destacar que tanto a temática em torno da sustentabilidade como a de condições de vida devem ser observadas de uma forma holística devido ao caráter multidimensionado que as envolve. O modo de vida que um segmento populacional usufrui, expressa uma realidade que permite diagnosticar claramente a situação social e econômica na qual este grupo está inserido. Segundo Oliveira e Valla (2001), as condições de vida dos grupos sociais apresentam como estão sendo supridas as diversificadas necessidades humanas em suas mais variadas dimensões de vida, como

no caso de acesso a trabalho, renda, moradia, saúde, saneamento, educação, transporte, dentre outros. O estudo aprofundado sobre as condições de vida de uma dada localidade demonstra claramente onde estão instalados os problemas sociais e pode ser um instrumento fundamental para a formulação de políticas públicas com vistas a propor um conjunto sistematizado de soluções para estes problemas sociais. Estas duas temáticas detêm tanta importância a ponto de se transformarem em metas da humanidade e se situam no centro das atenções de instituições multinacionais e na pauta de políticas públicas da maioria dos governos em diferentes esferas - ao menos na retórica.

As concepções sobre as condições de vida estão culturalmente inseridas tanto no seio das comunidades urbanas como nas rurais. Na opinião de Silva (2002), nos dias atuais há uma forte integração entre os espaços urbano e rural e não há como estabelecermos fronteiras evidentes entre estes espaços, pois haveria uma espécie de gradiente (um continuum) unindo estes dois “mundos”. Apesar de ser pouco operacional, esta é uma abordagem interessante para romper com as dicotomias dominantes entre espaços rurais e urbanos. Segundo Gerhardt *et al.* (1997), a diferença entre estes dois tipos de sociedade consiste fundamentalmente nas variações entre as posturas de dinâmicas sociais por ela adotadas, as quais variam por meio de lógicas sociais e culturais, de reprodução humana e demográfica e lógica materiais. Para Morais (2007), o tipo de vida das populações rurais apresenta uma série de dificuldades que não são percebidas pelas populações urbanas, e isso pode gerar uma diferença entre estas sociedades. As formações destas lógicas coletivas expressam elementos da realidade social que podem ser advindos de normas e valores que geram uma gama de necessidades humanas capazes de influenciar o comportamento dos indivíduos (RAYNAUT, 1992). Desse modo, aqueles que têm o potencial para satisfazer estas necessidades podem apresentar uma melhor condição de vida quando comparadas com aqueles que não dispõem de tal capacidade.

Alguns estudos nas mais variadas áreas do conhecimento apontam que o homem possui uma série de necessidades que precisam ser satisfeitas. No caso das Ciências Econômicas, Passos e Nogami (2003) afirmam que as necessidades humanas são ilimitadas, podem ser econômicas e não econômicas, e para satisfazê-las, é preciso alocar da melhor forma os recursos que em geral possuem a característica de serem limitados ou escassos. A satisfação deste conjunto de necessidades tão necessárias à sobrevivência constitui o que Sen (2000) chamou de satisfação das capacidades básicas

de um indivíduo, as quais são vitais para propiciar as liberdades substantivas dos indivíduos. Estas capacidades seriam as possibilidades de “ser e fazer” de um indivíduo num dado meio social. Seu funcionamento poderia ser definido como ser saudável, bem nutrido, ter conhecimento, participar da vida da comunidade, poder remover os obstáculos responsáveis pela privação como analfabetismo, falta de saúde, impossibilidade de acesso a recursos, ou ausência de liberdades civis e políticas, dentre outras. A garantia destas capacidades básicas propicia as liberdades substantivas, que, segundo Sen (2000, p. 39), podem ser:

“[...] a perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a ‘qualidade de vida’, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.”

Entretanto, existe um fenômeno social que é caracterizado por privar o homem do acesso ou condições de satisfação de suas necessidades, trata-se da pobreza. Para Sen (2000), a pobreza deve ser encarada como um elemento de privação destas capacidades e pode repercutir sobre as condições de vida das pessoas, deixando-as em patamares localmente definidos como não desejados. Neste sentido, quanto mais inclusivos forem os serviços básicos de educação e saúde, maiores as possibilidades de uma pessoa sair da situação de pobreza e auferir melhores níveis de vida. A esse respeito, Sen (2000) declara que:

“Um número imenso de pessoas em todo mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. [...] muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos, é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social.” (Sen, 2000: 29)

Em relação à pobreza, Costa (2003) declara que inexistem um conceito universalmente aceito, pois cada sociedade possui suas características e diferentes modos de vida, mas destaca que as pesquisas que versam sobre esta temática têm o hábito de utilizar definições normativas que se apoiam em referências relacionadas ao padrão de vida desejável em dadas sociedades. Segundo Schwartzman (2004), para compreender as situações de pobreza, propor políticas de redução ou até mesmo avaliar estas políticas, é necessário examinar profundamente os grupos sociais e situações específicas num dado período de tempo.

Mesmo diante desta falta de consenso teórico sobre pobreza, Monteiro (1995, p. 195) é taxativo ao dizer que “são pobres as pessoas que não suprem permanentemente as necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde etc.”. Hoffmann e Kageyama (2007) asseveram que qualquer que seja a definição de pobreza, ela tem que ser inserida numa destas três categorias: ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta); ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa); e sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Sobre as formas de mensuração, Barros et al. (2006) nos afirmam que a pobreza é um fenômeno multidimensional que possui variadas formatações e significados. Sendo assim, chamam a atenção para o fato de que ampliar o número de indicadores e dimensões analíticas pode não representar dificuldade teórica, porém, a grande questão que fica posta é saber como fazer para a obtenção de uma análise fidedigna da realidade social com estes instrumentos. Segundo Lopes (2003), para mensurar e analisar eficientemente a pobreza de uma dada região é necessário recorrer a uma série de indicadores^{22/}, e os mais utilizados para este ofício são as linhas de pobreza, indigência e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tais indicadores seguem o hábito frequente, sobretudo em pesquisas domiciliares, de inserir diversificadas variáveis socioeconômicas com relativa capacidade de refletir sobre as dimensões das várias facetas que condicionam a vida das pessoas em sociedade (ROCHA, 2001).

Para atender aos objetivos de analisar as condições de vida das famílias antes e após o assentamento nos PAs, utilizaremos um conjunto de indicadores e variáveis que nos permitem avaliar o grau de satisfação das necessidades básicas das famílias pesquisadas, e estaremos seguindo em parte algumas dimensões analíticas apresentadas por Sachs (1986). Desse modo, a presente pesquisa propõe um estudo que permite refletir sobre as condições de vida como elementos chave que integram o conceito de desenvolvimento sustentável. Para isso, faremos a análise considerando os seguintes aspectos: Econômico, Social, Ambiental e Político-Institucional.

Alguns estudos sobre desenvolvimento, pobreza e condições de vida destacam a importância dos aspectos econômicos como preponderantes para obter bons

^{22/} Segundo Lopes (2003), a linha de indigência é aquela que toma como base o consumo calórico mínimo recomendado pela organização Mundial de Saúde (OMS), elege uma cesta de alimentos necessária para atender a este fim e calcula o custo monetário desta cesta. A linha de pobreza representa a linha de indigência acrescida da quantia capaz de arcar com despesas básicas como vestuário, transporte, moradia. O IDH mede o desenvolvimento humano e as oportunidades de inserção social. É obtido pela média aritmética simples de três variáveis: saúde/longevidade; nível educacional e renda.

desempenhos sociais, pois é daquele que se obtém o acesso a muitos dos demais aspectos. Observando o desenvolvimento no aspecto econômico, autores como Silveira e Bocayuca (2007) e Favaretto (2007) apontam que a economia das cidades se afeiçoa à economia de regiões rurais, e uma medida para garantir o desenvolvimento econômico nestas sociedades é proporcionar a elas oportunidades igualitárias de realizar atividades e empreendimentos econômicos que lhes permitam auferir alguma renda. Tal afirmação é corroborada por Troyano *et al.* (1990), ao afirmarem que, numa economia capitalista, as possibilidades de satisfação das necessidades básicas das pessoas dependem de alguns fatores como: exercício de alguma atividade econômica que gera certa renda, posse de determinados bens que podem propiciar certo nível de conforto e acesso aos benefícios oferecidos por instituições públicas e privadas. Desse modo, a carência de renda pode influenciar no nível de pobreza, que, por sua vez, influi nas condições de consumo de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, condições de moradia, maiores cuidados com a saúde, “status” e outras dimensões sociais. Reconhece-se que a renda é um indicador bastante significativo para análise das situações de pobreza e condições de vida, contudo, não é o único. Em função disso, Sen (2000) argumenta que as condições de vida de uma pessoa não se limitam a ser enfocadas somente sob a ótica da renda, mas num contexto mais amplo que envolve a superação da privação e ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Dentre as muitas escolhas e opções que as pessoas podem fazer na vida, quatro são apontadas como imprescindíveis: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade.

Para Silveira e Bocayuva (2007), a sustentabilidade, no aspecto social, pode ser garantida por meio da inclusão, inserção social e participação nos recursos e serviços. É no aspecto social que se percebe a existência de uma forte relação entre a pobreza e as condições de vida das pessoas, pois é neste aspecto que se definem claramente as estratificações sociais entre grupos. Quanto mais pobres, maiores serão as carências de acesso aos serviços de necessidades básicas, sobretudo no meio rural, onde historicamente a oferta destes serviços é precária ou inexistente. Estas interpretações nos dão a noção de que há necessidades humanas que precisam ser supridas para promover a sensação de bem-estar, e algumas dessas condições são ligadas à infraestrutura do lugar, como condições de moradia, saneamento básico, acesso a serviços básicos de educação, segurança, comunicação, saúde, lazer e esporte, entre outros. Exemplificando a

importância deste aspecto, Barros *et al.* (2003) afirmam que as condições de moradia têm uma grande importância para a família, pois representam a segurança do grupo familiar, sendo o “locus” de conforto e detentor de uma forte correlação com as condições de saúde e bem-estar, podendo ser analisada por alguns componentes como a propriedade do imóvel, déficit habitacional e abrigabilidade, acesso adequado a água e esgotamento sanitário, acesso à coleta de lixo, acesso à eletricidade e bens duráveis, dentre outros.

Em relação ao aspecto ambiental, Campos (2001) chama a atenção de autoridades públicas e famílias rurais sobre a importância de cuidados, planejamento e preservação das unidades agrícolas de modo a usufruir racionalmente os recursos disponíveis para que não se tenha nenhuma necessidade, pois quanto mais alta a carência de suprimentos de necessidades básicas no meio rural, maiores serão as possibilidades de destruição^{23/} dos recursos ambientais visando a alcançar a sobrevivência. Para garantir a sustentabilidade e combater as privações, faz-se necessário que o homem desenvolva uma relação harmoniosa com o meio ambiente, sob pena de transferir às gerações futuras os prejuízos de ações executadas no presente. Desse modo, é preciso que o poder público e a comunidade estejam observando, no âmbito das aptidões locais, quais as práticas e capacidades mais adequadas às questões ambientais no meio rural.

O desenvolvimento no aspecto político-institucional deve dar a garantia de participação a todos os agentes envolvidos. Diante disso, Favaretto (2007) defende a ideia de que o planejamento político é fundamental para corrigir distorções regionais e no meio rural. Este desenvolvimento pode ser alavancado pela execução participativa nestes projetos. Para Sen (2000), estes aspectos giram em torno da discussão sobre as liberdades instrumentais propostas que enaltecem a importância dos direitos de participação política e de ações democráticas que definem a liberdade para a defesa dos interesses sociais. No meio rural, esta liberdade instrumental e representação podem ocorrer por meio de ações desenvolvidas por entidades filantrópicas, religiosas e, no caso de espaços políticos, pode ser adquirida por meio da atuação de algumas instituições, mais especificamente, por meio das associações.

^{23/} Dentre as práticas nocivas que podem minar os recursos naturais de unidades rurais, sobretudo na Amazônia, convém citar: derrubada e queima de florestas para ampliação de áreas destinadas às pastagens ou ao plantio de alguma cultura de alta demanda no mercado, deterioração do solo e poluição dos mananciais para extrair minérios, comércio ilegal, como tráfico de animais e biopirataria.

Para Pinheiro (2001), o associativismo é um movimento que tem obtido um significativo crescimento em assentamentos rurais desde 1980. Tal fato se justifica por ter a preocupação de representar suas comunidades junto às outras instituições do poder público e setor privado, manifestando a preocupação com a obtenção de créditos agrícolas, melhorias das condições de produção, acesso a mercados e políticas de comercialização, dentre outros. Entretanto, a participação em associações diminui quando os associados ficam insatisfeitos com a má administração da instituição ou excessiva concentração de poder nas mãos da diretoria ou liderança (PINHEIRO, 2001).

Em se tratando do meio rural, quando estes aspectos não estão sendo preenchidos, podem ser abertos precedentes para a ocorrência de fluxos migratórios em busca de espaços que propiciem melhores condições de vida. Para Renner e Patarra (s/d, *apud* SANTOS, 1980, p. 237), a migração pode ser definida “como uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”. Diante dessa situação, Hauser e Duncan (s/d, *apud* SANTOS *et al.*, 1980, p. 10) afirmam que as condições de vida no meio rural influenciam a mobilidade social, que envolve mudança desde o estado civil, procura de novos trabalhos ou simples migração para arriscar uma vida nova, especialmente em se tratando de população jovem, que ainda está buscando seu espaço na sociedade.

Segundo Juchem *et al.* (2008), o fenômeno da migração pode interferir no processo sucessório em espaços rurais, pois, desde a revolução industrial, os espaços urbanos figuram como um “lócus de modernidade”, ao passo que o meio rural assume para alguns a condição de “ultrapassado, arcaico”, o que tem provocado êxodo e rupturas no meio rural. Esta constatação nos remete ao entendimento de que “êxodo” muitas vezes pode ser encarado como uma saída de pessoas das zonas rurais com destino aos centros urbanos devido aos mais variados motivos, tais como: a insatisfação com a renda ali gerada; más condições estruturais do ambiente; exclusão social e busca de novas oportunidades como melhores serviços saúde, educação; constituição de novas famílias; ou até mesmo, insatisfação com o espaço em que se encontram. Diante destas precárias condições, ser herdeiro no meio rural pode não ser mais objeto de grande satisfação para as populações jovens do meio rural, pois as redefinições nas formas de vida e relações sociais modificaram as formas de trabalho no campo e o rural, atualmente, não necessariamente é sinônimo de agrícola (TEDESCO, 2002, *apud* JUCHEM *et al.*, 2008).

Em seus estudos sobre a realidade amazônica, Rêgo (1996) aponta que os motivos de desânimo na atividade agrícola sob a forma de produção familiar consistem no fato de a produção agrícola ser marcada por um grande dispêndio de força de trabalho humano, uso irrisório de insumos modernos e baixa eficiência econômica. Pode estar aí razão de muitos filhos de agricultores familiares na Amazônia não manifestarem interesse em continuar como agricultores ou não quererem esta condição para seus filhos, o que pode se constituir num risco para a reprodução social econômica e cultural da agricultura familiar naquela região.

Uma possível saída para este quadro insatisfatório em relação ao ambiente rural seria a formulação de políticas públicas que privilegiassem igualmente os aspectos econômicos, sociais, ambientais e político-institucionais, aproximando-se do tipo ideal de desenvolvimento, tanto na vida privada como coletiva.

3.4. As políticas públicas como estratégias redutoras da pobreza

Para Souza (2004), os estilos de desenvolvimento pautados em critérios economicistas trouxeram “benefícios materiais” a uma pequena parte da população, o que aponta para a existência de um paradoxo embutido nestes moldes analíticos, onde existem graves problemas não na geração de riqueza, mas na má distribuição desta riqueza e nos problemas sociais e ambientais gerados pela “corrida” capitalista rumo a estes estilos de desenvolvimento. Muitos são os excluídos das “benesses” que o capitalismo pode proporcionar por intermédio do crescimento econômico, sobretudo as populações rurais.

Em seus estudos sobre os processos sociais de exclusão, Goffman (1988) aponta a existência de uma manipulação imposta pelas culturas dominantes em relação às menos privilegiadas, em que se busca criar um estigma que responsabiliza os grupos sociais excluídos por seus eventuais “insucessos” quanto à inserção no mundo do trabalho, acesso à renda precárias condições de sobrevivência. Na realidade, tal argumento é um sofisma muitas vezes utilizado para “vedar os olhos” daqueles que insistem em não querer ver as mazelas causadas pelas práticas excludentes impostas pelo capitalismo. Ao final das contas, toda responsabilidade de amparo aos excluídos recai sobre o Estado.

Segundo Lima (1987), o termo Estado significa “status”, representa um posicionamento de ordem, mas na realidade trata-se de um organismo que possui

funções particulares que expressam socialmente a estrutura organizacional de dada sociedade e é uma das formas de realização do poder. Com base nisso, destacamos que o Estado desempenha um papel bastante expressivo para a formulação e execução das políticas públicas com vistas a dar respostas pontuais, mais notadamente no âmbito social e econômico, visando a intervir sobre determinados problemas como é o caso de combater a pobreza e propiciar melhores condições de vida à população.

Historicamente o Estado foi reconhecido como o principal promotor do desenvolvimento^{24/}. Em princípio, as propostas de desenvolvimento eram fortemente guiadas por um viés que seguia aos ditames do liberalismo econômico, caracterizado pela pouca intervenção estatal nas questões econômicas e sociais. No ano de 1929, a grande crise da bolsa de Nova York desestruturou as ideias sobre o equilíbrio econômico, que pregavam que a economia capitalista era autorregulável e que não precisava da intervenção do Estado, fazia-se necessária a intervenção do Estado nos programas e ações de desenvolvimento como um desdobramento necessário para assegurar aos cidadãos o acesso a melhores condições de vida (ARRETCHE, 1995; BORGES, 2003). Estes autores apontam que, após a Segunda Guerra Mundial, o papel do Estado tendeu a uma maior intervenção, configurando-se mediador das questões sociais e econômicas. Ao final do século XX, surgem novas visões sobre o papel do Estado, ampliam-se os debates em torno das propostas de desenvolvimento, as quais vislumbram combate à exclusão social, pobreza, maiores atenções nas áreas de saúde, educação básica e assistência social, prudência ecológica, caracterizado pela transferência de algumas responsabilidades do Estado para o setor privado e sociedade como um todo (FERREIRA, 2004).

Segundo Castiglioni (2006), é papel do Estado interagir com a sociedade, amparar aqueles que foram alijados das devidas oportunidades de “desenvolvimento” e propor a formulação de políticas públicas que garantam a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e suas famílias. As políticas públicas devem representar a preocupação do Estado em executar as ações que contemplem os direitos sociais do homem e expressar a dimensão coletiva da vida social (BUCCI, 2002). Com base nesta preocupação, a maioria das políticas públicas brasileiras é formulada com vistas a garantir os direitos sociais do cidadão, tal como prediz a Constituição Federal brasileira em seu Artigo 6º, que diz:

^{24/} Maiores detalhamentos sobre as políticas estatais de desenvolvimento para a Amazônia e Acre estão contidas no capítulo anterior.

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Brasil, 2007: 7)

Para Sposati (1988), as condições de vida de uma dada população não podem ser avaliadas somente pelo grau de “pauperização”, mas também da qualidade e quantidade dos serviços sociais básicos postos à disposição pelo poder público e assevera: “os serviços públicos não resolvem o problema da pobreza, mas sua ausência é agravante das condições de miserabilidade da população” (SPOSATI, 1988, p. 23). Estes pressupostos corroboram as premissas de Sen (2000), em que o desenvolvimento é definido como um processo de expansão das escolhas dos indivíduos, em outras palavras, funcionamentos e capacidades para funcionar, tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na sua vida. Esta teoria é um ponto inicial para a análise da sustentabilidade, pois sua ideia de que o objetivo do desenvolvimento é melhorar as vidas humanas e que isso significa expandir as possibilidades de ser e de fazer do indivíduo (funcionamentos e capacidades de funcionar, tais como ser saudável e bem nutrido, ter conhecimento, participar da vida da comunidade).

Segundo Monteiro (1983), as políticas públicas expressam os rumos das ações que o poder público julga ser a via mais racional para alcançar determinados objetivos e metas, sobretudo na garantia dos direitos sociais. O Estado deve oferecer estes direitos sociais por meio de políticas públicas, tanto para as sociedades urbanas como para as rurais, mas tal oferta não é algo simples de efetivar, pois a disputa entre classes políticas e os respectivos interesses quanto à linha de atuação podem influir sobre a implantação de uma dada política pública. No campo da sociologia, estas políticas públicas, especialmente as sociais, caracterizam-se como palco de barganhas, disputas de interesses de variados grupos e segmentos sociais. Comungando com essa ideia, Castro (1989, p. 4) destaca:

“O conteúdo das políticas sociais – como fator de mudança ou conservação da ordem social – depende principalmente da natureza do Estado, ou seja, dos arranjos políticos que lhe dão sustentação e definem as prioridades na alocação dos recursos públicos extraídos da população. Depende, portanto, das condições em que se dá o conflito político mais ou menos aberto a instituições democráticas garantidoras do maior grau de transparências do processo decisório e do acesso de organizações populares à arena onde são decididos os objetivos das políticas e programas sociais, assim como as prioridades na destinação de recursos.”

É comum ver que alternâncias de governos modificam as finalidades de algumas políticas públicas de governos anteriores ou até as extinguem. Sobre estas questões,

Gehlen (2004) afirma que os movimentos sociais ou instituições como sindicatos e associações, dentre outras, exercem um papel bastante significativo para ser uma representação interlocutória, de modo a batalhar pela inclusão econômica e social de grupos menos favorecidos para garantir-lhes melhorias nas condições de vida. De acordo com Sen (2000), as políticas públicas devem ser formuladas de forma a possibilitar a garantia das liberdades substantivas das pessoas, as quais podem garantir as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, segurança protetora, transparência e liberdade política.

No âmbito das questões discutidas até aqui, faz-se oportuno destacar que muitas destas oportunidades, liberdades e amparos não faziam parte da vida dos povos que viviam na floresta amazônica, pois a substituição da atividade extrativa pela pecuária extensiva trouxe para elas repentinas transformações produtivas, econômicas, ambientais e sociais. Como resultado deste conjunto de modificações, foram presenciadas uma forte migração no sentido campo-cidade, promoção do “inchaço” urbano, proliferação das periferias, más condições de moradia e empregabilidade, precário acesso aos serviços sociais básicos e, como resultado, um cenário de marginalidade, aumento da prostituição, inclusive de menores e uma onda de violência urbana. Nesse sentido, compartilhamos a visão de Maciel (2003), ao apontar que o desafio principal para a Amazônia é a implementação de políticas públicas efetivamente capazes de apontar um desenvolvimento que utilize racionalmente os recursos ambientais de modo a oferecer maior justiça social às comunidades tradicionais.

No capítulo seguinte, apresentamos os resultados de nossa pesquisa de campo, analisando as condições de vida das famílias assentadas nos Polos Agroflorestais Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming, tentando compreender os avanços e entraves que nos permitem inferir se esta política representa de fato uma efetiva ação para propiciar melhoria das condições de vida de seus beneficiários e uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a região.

4. CONDIÇÕES DE VIDA E SUSTENTABILIDADE NOS POLOS GERALDO MESQUITA E GERALDO FLEMING

“O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.” (SEN, 2000, p. 29)

Neste capítulo, expomos os resultados da pesquisa, com enfoque nas condições de vida das famílias assentadas, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional e as influências destes aspectos sobre as futuras gerações das famílias que residem nestes Polos.

4.1. Condições de vida das famílias antes e após o assentamento

Os dados da Tabela 8 mostraram que, em ambos os Polos, a grande maioria das famílias pesquisadas é formada por pessoas originárias de municípios do Estado do Acre. O restante das famílias é procedente de outras regiões do país: Amazonas, Rondônia, Ceará, Paraná, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em geral, trata-se de descendentes daqueles que chegaram ao Acre atraídos por políticas de incentivo para trabalhar com extrativismo vegetal da borracha ou pela “expansão da fronteira agrícola”.

Os dados do perfil socioeconômico revelaram que a maioria das famílias beneficiadas por esta política pública atende aos critérios de seleção exigidos pelo programa, ou seja: famílias provenientes de zona rural, vivendo em zonas de risco social (periferias), com experiência com atividades rurais (plantio ou criações de pequenos

Tabela 8 – Perfil socioeconômico dos moradores dos Polos

Componentes	Polo Geraldo Mesquita	Polo Geraldo Fleming
Estado de Origem	%	%
Acre	76,60	67,44
Outros estados	23,40	32,56
Última Moradia	%	%
Zona urbana	80,85	55,81
Zona rural	19,15	44,19
Distribuição por Sexo	%	%
Masculino	52,02	56,02
Feminino	47,98	43,98
Atividades Anteriores	%	%
Aposentado	2,13	4,65
Desempregado	2,13	6,98
Dona de casa	17,02	11,63
Empregada doméstica	-	6,98
Funcionário no setor privado	6,38	11,63
Funcionário no setor público	17,02	6,98
Serviços autônomos	14,89	11,63
Serviços rurais	23,40	20,93
Serviços gerais	17,02	18,60
Faixa Etária	%	%
Até 5 anos	7,17	11,52
6 a 10 anos	12,56	14,66
11 a 15 anos	14,80	13,61
16 a 25 anos	24,66	15,18
26 a 35 anos	7,62	12,04
36 a 45 anos	13,00	10,99
46 a 55 anos	8,97	10,99
56 a 65 anos	7,62	9,42
Acima de 65 anos	3,59	1,57

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: informação não mencionada na entrevista.

animais), desempregadas ou subempregadas, casadas e com famílias numerosas. Assim, em relação à proveniência (Tabela 8), verificou-se que, anteriormente, a maior parte das famílias de ambos os Polos residia em zonas urbanas, totalizando 80,85% dos entrevistados do PA Geraldo Mesquita e 55,81% do PA Geraldo Fleming. Em geral, estas famílias residiam em bairros considerados “zona de risco social”, como os bairros que são formados por invasão de pessoas oriundas de zonas rurais de Rio Branco ou de cidades vizinhas, são eles: Baixada da Sobral, Montanhês, Esperança I, II e III, João Eduardo I e II, Calafate, Tancredo Neves, Santa Inês, dentre outros. Não é fortuito afirmar também que foram verificadas na pesquisa pessoas que procederam de bairros que não eram considerados “zona de risco social”, como foi o caso de pessoas que

declararam residir anteriormente em bairros como o conjunto Universitário, Estação Experimental e Rui Lino. Estes bairros, que outrora recebiam pessoas vindas do meio rural, com o passar do tempo, foram se estruturando e atraindo o interesse das camadas de classe média e alta da população. Os antigos moradores, muitas vezes, passaram a vender suas propriedades para novos proprietários e com a falta de opção migravam para áreas periféricas.

A maioria da população pesquisada em ambos os Polos é do sexo masculino. Dentre os entrevistados que se declararam procedentes do meio rural, contabilizaram-se 19,15% das famílias entrevistadas no PA Geraldo Mesquita e 44,19% no PA Fleming. As origens variam de seringais localizados nas cidades dos Vales do Acre e Purus, margens de vias federais e estaduais como a BR-364 sentido Rio Branco-Sena Madureira, de Boca do Acre, Transacreana e Bonal, além de outros Polos, Assentamentos e fazendas. Por estar relativamente mais próximos das localidades tidas como “periféricas” ao entorno da cidade de Rio Branco, o PA Geraldo Mesquita absorveu maiores contingentes advindos do meio urbano quando comparado ao Geraldo Fleming.

Em sua formatação original, a política de PAs visou a atender às famílias do tipo nucleares (composta por pai, mãe e filhos) de tradição rural, que outrora foram excluídas do campo e viviam à margem social. A pesquisa evidenciou que o modelo familiar nuclear é predominante nos Polos, uma vez que este era um dos critérios de seleção para os beneficiários de tal política.

Perguntados sobre as atividades desempenhadas antes de vir morar nos Polos, verificou-se que 23,40% das famílias residentes no PA Geraldo Mesquita e 20,93% no PA Geraldo Fleming desenvolviam atividades rurais como atividade principal, cultivo ou criações. Um percentual de 2,13% dos mantenedores entrevistados no Polo Geraldo Mesquita e 6,98% do Polo Geraldo Fleming responderam que viviam no desemprego involuntário. Percentuais significativos declararam viver em condições de “subemprego”: 31,91% das famílias do Polo Geraldo Mesquita e 30,23% do Polo Geraldo Fleming. Essas famílias desempenhavam atividades econômicas que lhes resultavam em baixos rendimentos, geralmente atuavam em serviços gerais e pequenos serviços autônomos, como “roçador de quintais”, lavadeira de roupas ou pequenos serviços autônomos como pedreiro, carpinteiro, cabeleireiro. Verificou-se ainda que 6,38% das famílias do Polo Geraldo Mesquita e 11,63% Polo Geraldo Fleming desempenhavam atividades remuneradas na iniciativa privada, atuando como balconista

em lojas e, no caso das mulheres, algumas trabalhavam em residências como empregadas domésticas (Tabela 8).

Apenas 22,13% dos moradores do Polo Geraldo Mesquita e 4,65% do Polo Geraldo Fleming se declararam estar aposentados ao ir para os assentamentos. E 17,02% dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 6,98% do Polo Geraldo Fleming disseram que antes de virem para o Polo, trabalhavam no setor público, uma parte recebendo proventos de um salário mínimo exercendo funções de gari, vigilantes, serventes em escolas. A pesquisa evidenciou também que o Polo vem sendo objeto de especulação imobiliária. Conforme se apurou durante a pesquisa, uma parte dos moradores teve acesso aos lotes mediante sua compra junto a antigos assentados. Em relação a esse grupo, que teve acesso à política sendo possuidores de maiores rendas, observa-se uma não adequação aos critérios de admissão nos Polos. Esse grupo declarou não desempenhar nenhuma atividade rural, seus componentes não estavam “subempregados” e nem viviam em áreas de risco social (Tabela 8).

Os dados referentes à faixa etária mostram que 11,21% das pessoas que compõem as famílias do Polo Geraldo Mesquita e 10,99% das que formam o Polo Geraldo Fleming estão numa faixa populacional igual ou superior a 65 anos. Esse grupo representa um segmento que requer maiores cuidados e atenção no que diz respeito à sua proteção financeira (aposentadoria), cuidados com a saúde e o desenvolvimento de atividades mais leves, além da necessidade de ter opções de lazer como forma de passar o tempo. Ambos os Polos possuem percentuais significativos de população de jovens: 59,19% dos componentes das famílias do Polo Geraldo Mesquita e 69,87% do Polo Geraldo Fleming têm residentes em idade de até 25 anos. Estes dados revelam que essa fração representa um importante segmento objeto das políticas educacionais, de renda, esporte e lazer. Além disto, os indivíduos desta faixa etária se constituem nas gerações que podem ser os sucessores dos pais quanto à futura propriedade nos Polos. Quando observamos os moradores com idade dos 26 aos 55 anos, constatamos que 29,59% das famílias do Polo Geraldo Mesquita e 34,02% do Polo Geraldo Fleming estão numa faixa considerada ideal para inserção no mercado de trabalho e desenvolvimento de atividades produtivas.

4.2. Considerações sobre a dimensão econômica

Geralmente, as informações sobre dados econômicos, como trabalho, renda, volume de produção, comercialização etc., têm maior destaque nas avaliações sobre condições de vida e perfis socioeconômicos de determinadas comunidades, pois estes indicadores podem evidenciar em qual nível da “pirâmide” ou estratificação social certas comunidades se encontram. Este estudo será embasado nos pressupostos de Sen (2000), ao tratar a utilidade dos aspectos econômicos como fomentadores das liberdades substantivas, considerando o estado de encadeamento entre renda e privações de capacidades.

Para autores como Schneider (1999) e Silva (2002), o meio rural vem passando por mudanças, e o grupo familiar é seu maior sustentáculo. Com isso, o trabalho familiar na agricultura tem um importante papel no empoderamento desses grupos familiares. Conforme Sandroni (1999, p. 39), estes grupos sociais se dedicam a atividades agrícolas, baseando-se no trabalho da família e têm sob sua propriedade os instrumentos de trabalho e autonomia total ou parcial na gestão da propriedade.

Segundo Cardim (2003), as formas de trabalho desempenhadas por pequenos estabelecimentos rurais podem representar maiores benefícios e vantagens para a renda de grupos familiares de uma dada região do que para a economia em termos macroeconômicos. É neste contexto que a agricultura de base familiar surge como importante estratégia para reduzir o desemprego e propiciar possibilidades de geração de renda, autoconsumo e subsistência. Para Wanderley (2001), a agricultura familiar é aquela em que a família é simultaneamente a proprietária dos meios de produção e assume o trabalho nas unidades de produtivas. Esta é a realidade produtiva vivenciada nos Polos, pois as famílias ali assentadas obedecem a essa lógica da agricultura familiar, tal como mostram as fotos a seguir. A Foto 2 mostra o trabalho familiar praticado nos PAs de Rio Branco no Acre.

Os dados da Tabela 9 apresentam a relação dos produtos com maior participação na renda bruta total dos dois Polos Agroflorestais^{25/} pesquisados, no ano agrícola 2005/2006, mostrando que os Polos mantêm condições de geração de renda para um

^{25/} Para relacionar os produtos com maior participação na RB total de cada Polo Agroflorestal foi utilizado como parâmetro de comparação o valor do salário mínimo de R\$ 350,00/mês, vigente no período de 01/04/2006 a 31/03/2007, extrapolando-o para o período de um ano (R\$ 4.200,00/ano). O valor anual do salário mínimo foi considerado balizador para especificar os produtos com renda bruta significativa na participação da renda bruta total.



Fonte: foto do autor, 2007.

Foto 2 – Trabalho familiar praticado nos Polos.

grupo de pessoas que outrora sofriam de várias privações, especialmente as de cunho econômico. Para Sen (2000), as rendas proporcionam facilidades econômicas que dão aos indivíduos a oportunidade de utilizar estes recursos do modo que lhes convém: consumo, produção ou troca.

Os dados apresentados na Tabela 9 mostram a participação das criações e do trabalho agrícola na geração de renda das famílias residentes nos Polos pesquisados. Ficou evidenciado que em ambos os Polos, a produção agrícola foi a que mais contribuiu para a renda das famílias. No caso do Polo Geraldo Mesquita, os produtos agrícolas foram responsáveis por 75,5% da renda bruta total, dos quais 47,02% se referiram à renda oriunda da comercialização de frutas, 20,17% corresponderam às hortaliças e apenas 8,32% à renda gerada pela lavoura branca. A ínfima participação da lavoura branca na renda das famílias explica-se pela baixa qualidade do solo, degradado pelas atividades agropecuárias quando esta região ainda consistia em áreas de fazenda, motivo que levou a implantação do Polo com base no modelo de sistemas agroflorestais como meio de promoção da sustentabilidade ambiental.

Nestas condições, a insistência no cultivo de lavoura branca revela-se muito penosa ao produtor rural, exigindo um maior dispêndio em insumos, materiais e energia humana para aumentar a produção e produtividade das culturas^{26/}, o que aumenta os custos de produção, que se tornam insustentáveis frente à concorrência com os produtos industrializados, que em geral possuem custo inferior e melhor qualidade, refletindo assim em uma reduzida renda bruta obtida ao final do processo produtivo, se comparada

^{26/} Vale destacar que para este tipo de despesas nem todos os produtores estão dispostos e/ou preparados para realizar.

Tabela 9 – Participação dos produtos na renda bruta total dos Polos

Descrição	Geraldo Mesquita		Geraldo Fleming	
	Valores de Renda em (R\$)	Valor Relativo (%)	Valores de Renda em (R\$)	Valor Relativo (%)
Criações	66.109,80	24,50	91.233,02	15,92
Criação de aves (ovos)	48.497,00	17,97	78.193,00	13,64
Criação de peixes	9.000,00	3,34	*	*
Criação de bois (leite e queijo)	6.112,80	2,27	10.640,00	1,86
Outros	2.500,00	0,93	2.400,02	0,42
Agricultura	203.744,46	75,50	482.007,22	84,08
- <i>Frutas</i>	<i>126.873,76</i>	<i>47,02</i>	<i>147.753,20</i>	<i>25,78</i>
Banana	40.607,00	15,05	101.460,00	17,70
Laranja	17.543,50	6,50	*	*
Graviola	13.062,00	4,84	-	-
Tangerina	17.045,40	6,32	*	*
Acerola	9.923,60	3,68	*	*
Goiaba	9.774,80	3,62	-	-
Pupunha Fruto	5.575,00	2,07	-	-
Limão	4.379,60	1,62		
Mamão	*	*	20.067,75	3,50
Abacaxi	-	-	15.464,00	2,70
Outros	8.962,86	3,32	10.761,45	1,88
- <i>Hortaliças</i>	<i>54.432,30</i>	<i>20,17</i>	<i>190.731,50</i>	<i>33,27</i>
Cebolinha	12.295,40	4,56	23.775,00	4,15
Alface	11.930,00	4,42	87.000,00	15,18
Coentro	7.185,00	2,66	20.179,00	3,52
Pimenta de Cheiro	6.280,00	2,33	14.902,00	2,60
Couve	5.385,90	2,00	19.750,00	3,45
Maxixe	*	*	6.645,00	1,16
Inhame	-	-	4.800,00	0,84
Outros	11.356,00	4,21	13.680,50	2,39
- <i>Lavoura branca</i>	<i>22.438,40</i>	<i>8,32</i>	<i>143.522,52</i>	<i>25,04</i>
Macaxeira	12.596,60	4,67	105.875,20	18,47
Cana	5.265,00	1,95	*	*
Milho	4.576,80	1,70	33.669,00	5,87
Outros	-	-	3.978,32	0,69
Total	269.854,26	100,00	573.240,24	100,00

Fonte: Projeto ASPF (Departamento de Economia da Ufac)/Zeas/PMRB (2007).

Nota: sinais convencionais utilizados: * produtos que contribuíram com menos de um salário mínimo (R\$ 4.200,00/ano) na RB total do Polo Agroflorestal específico; - produtos que não foram vendidos no Polo Agroflorestal específico.

com os demais produtos trabalhados nos lotes. Dessa maneira, a produção e comercialização de frutas e hortaliças revelam-se uma fonte alternativa de renda, tendo em vista sua melhor adaptação ao tipo de solo disponível no Polo, o baixo custo de produção e a proximidade do Polo com as áreas comerciais de Rio Branco. Quanto a esse último aspecto, apresenta-se como um paradoxo, pois, se por um lado ele favorece a comercialização, por outro, pode levar ao aumento na redução de mão-de-obra disponível para a produção agrícola, que busca na cidade oportunidades de trabalho e

emprego, tal como pode ser visualizado nos dados sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias (Tabela 11).

Por outro lado, as criações de pequenos animais e seus derivados tiveram um caráter complementar na renda dos moradores do Polo Geraldo Mesquita, representando 24,5% da renda bruta total, da qual 17,97% corresponderam especificamente à renda obtida pela criação de aves, 3,34% referentes à criação de peixes e 2,27% à criação de bois. Esses resultados corroboram a forma como tradicionalmente são praticadas as atividades de criações nas pequenas propriedades rurais do Acre, ou seja, com o papel de atender à subsistência das famílias, complementar a renda ou servir como uma espécie de garantia (poupança) diante de alguma eventualidade. Um aspecto interessante desses resultados refere-se à reduzida participação da criação de bois no conjunto das criações, considerando que esse produto normalmente faz parte do “desejo de consumo” dos produtores rurais. No entanto, esse decréscimo quanto à criação de bovinos não ocorre por acaso, deve-se em primeiro lugar à característica agroflorestal do Polo, visando à recuperação de áreas degradadas e, em segundo lugar, aos limites físicos dos lotes que têm uma área de 3,5 a 5 hectares disponíveis para a realização de todas as atividades produtivas.

No que se refere ao Polo Geraldo Fleming, a participação da produção agrícola na renda bruta total é ainda mais representativa, ou seja, com um índice de 84,04%. No entanto, vale mencionar que os produtos que compõem a produção agrícola têm participação quase equivalente na renda bruta total: lavoura branca (25,04%), frutas (25,78%) e hortaliças (33,27%). Outro aspecto a ser observado é que no Polo Geraldo Fleming a renda originária do cultivo da lavoura branca se revela mais representativa do que no Polo Geraldo Mesquita. Isso pode ser explicado pelo menos por três razões: solo mais propício para a agricultura, maior disponibilidade de mão-de-obra para o desempenho de atividades agrícolas, representado por 46,12% das atividades desenvolvidas pelos membros da família (Tabela 11) e, tendo em vista a maior distância deste Polo para a cidade, verificou-se uma forte dedicação ao cultivo de macaxeira, visando à produção de farinha^{27/} (Tabela 9). As criações e seus derivados tiveram uma participação de 15,92% no Polo Geraldo Fleming, dos quais 13,64% foram especificamente da criação de aves e 1,86% da criação de bois.

^{27/} Produto em plena expansão de produção e comercialização no Estado do Acre.

Comparando-se os dois Polos, percebe-se que em ambos os produtos com maior participação na renda total foram aqueles de origem agrícola, dentre os quais se destacaram as frutas e hortaliças. Quanto à participação das criações, esta ocorreu como uma forma de complementar a renda das famílias, com maior destaque para a criação de aves. É importante compreender que a relevância desses produtos na renda bruta total se deve à execução de duas das metas iniciais dos Polos: implantação da hortifruticultura e implantação de criação de aves.

Na Tabela 10 são apresentados os valores medianos de alguns indicadores de resultados e eficiência econômica, com base na metodologia desenvolvida pelo Projeto de Pesquisa ASPF^{28/} do Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre, que serviu de referencial para a pesquisa de coleta de dados socioeconômicos, realizada pela equipe do eixo da socioeconomia do Zeas, contemplando a população total de ambos os assentamentos.

Tabela 10 – Índices de resultados e eficiência econômica

Indicadores de Resultado e Eficiência	Unidade	Geraldo Mesquita*	Geraldo Fleming*
Renda bruta da produção	R\$/mês	118,25	468,33
Renda de assalariamento fora	R\$/mês	350,00	245,00
Renda de transferências	R\$/mês	100,00	350,00
Renda bruta total ^{1/}	R\$/mês	721,98	732,75
Renda líquida	R\$/mês	16,36	225,24
Lucro da exploração	R\$/mês	-159,01	-37,53
Margem bruta familiar	R\$/mês	64,64	418,47
Autoconsumo	R\$/mês	32,59	44,87
Bens de consumo comprados	R\$/mês	618,70	569,21
Índice de eficiência econômica	Und.	0,38	0,86
MBF/Qh/d	R\$/(H/D)	20,34	35,72
Termo de intercâmbio	Und.	0,76	0,58
Custos de Produção			
Custo total	R\$/mês	375,14	463,71
Custo variável	R\$/mês	71,76	118,08
Custo fixo	R\$/mês	282,54	308,98

Fonte: Projeto ASPF/Departamento de Economia-Ufac (2007).

Nota: sinal convencional utilizado: * valor mediano que corresponde ao obtido na maioria dos lotes.

^{1/} Neste indicador estão somadas outras rendas advindas de Aposentadoria, Programas Sociais, Pensões e Atividades Não Agrícolas.

^{28/} Maiores detalhamentos sobre o Projeto ASPF, assim como a sua metodologia, encontram-se disponíveis em: < http://www.ufac.br/projetos/aspf/publicacoes/metodologia_aspf.pdf>.

Verificou-se que os valores medianos da renda bruta de produção das famílias do Polo Geraldo Mesquita, no período 2005/2006, apresentaram um baixo nível em relação ao PA Geraldo Fleming (R\$ 118,25/mês). Este valor expressa a renda obtida pela unidade produtiva após a venda da produção no mercado. Ao comparar o valor da renda bruta com o salário mínimo de R\$ 350,00 (vigente no final do ano agrícola estudado), constata-se que o mesmo representa apenas 33,79% deste último. Essa situação se agrava ainda mais se considerarmos que no cômputo da renda bruta não são deduzidos os custos com a produção.

O baixo nível de renda originária da produção agroflorestal pode ser explicado pelo fato de grande parte das famílias ter como motivação principal para a sua permanência no Polo o acesso à moradia e não à produção. Dessa forma, a maioria das famílias visualiza o Polo como uma possibilidade de acesso à moradia, e a proximidade à cidade, muitas vezes, traz para alguns residentes o acesso a um emprego ou trabalho em atividades externas à propriedade rural, onde, na maioria dos casos, estas famílias obtêm melhores rendimentos. Conforme dados da pesquisa, 74,58% das famílias têm membros que se assalariam fora do Polo, recebendo uma renda mediana de R\$ 350,00/mês (um salário mínimo). Contudo, isso não significa que as famílias não tenham desenvolvido alguma atividade produtiva no Polo, pois nos dados da pesquisa também se constatou que 84,75% das famílias comercializaram sua produção. Todavia, conforme já mencionado, as atividades mais desenvolvidas foram aquelas que demandaram menor quantidade de mão-de-obra, tais como hortifruticultura e pequenas criações. Além disso, a baixa qualidade do solo, a dificuldade de obter preços compensadores para os produtos e a concorrência com produtos industrializados também foram fatores inibidores para a produção, tal como verificado nas percepções das famílias em algumas de suas falas.

Tendo em vista a ocorrência e magnitude de outras rendas nas propriedades rurais, consideramos pertinente analisar a medida de resultado denominada “renda bruta total” que se constitui no somatório da renda bruta da produção com a renda de assalariamento fora da propriedade rural, ambos já mencionados e a renda das transferências monetárias (municipal, estadual e federal). Essa última categoria é composta basicamente da renda proveniente de programas sociais, pensões e aposentadorias. No Polo Geraldo Mesquita, 62,71% das famílias foram beneficiadas por algumas dessas fontes de renda, auferindo um valor mediano de R\$ 100,00/mês. Analisando o indicador renda bruta total por unidade produtiva, verifica-se que as

famílias desse Polo obtiveram um valor mediano de R\$ 721,98/mês. Observando esse indicador pelo somatório da renda bruta total de todos os lotes, no montante de R\$ 585.896,53/ano, é possível visualizar os valores parciais que compõem essa renda e perceber que 46,06% da mesma se referia à renda da produção, 32,93% à renda de assalariamento fora da unidade produtiva e 21,01% corresponderam às transferências monetárias. Com isso, percebe-se que a maior parte da renda das famílias neste Polo, no período pesquisado, foi proveniente de recursos externos à produção agrícola, tais como: serviços remunerados na cidade e programas sociais.

Os valores medianos de outros indicadores revelaram que as Unidades de Produção Familiar (UPFs) do Polo Geraldo Mesquita, no período 2005/2006, tiveram um desempenho econômico insatisfatório, verificado no resultado negativo do lucro da exploração, indicando que a renda líquida (excedente) obtida pelas famílias foi insuficiente para remunerar os capitais próprios, inclusive a terra e ainda destinar uma parte restante para acumulação. Este resultado se confirma no índice de eficiência econômica, que revela que para cada unidade monetária gasta no processo produtivo, foi obtido um retorno inferior (R\$ 0,38), constituindo uma situação de prejuízo para as famílias.

A análise dessas medidas é reforçada pela Margem Bruta Familiar, que consiste na medida de resultado econômico mais adequada para analisar o desempenho econômico das UPFs, uma vez que ela mostra o valor monetário apropriado pela família, que estará disponível para a aquisição de bens e serviços no mercado e reposição de capitais fixos. A MBF obtida pelo produtor do Polo Geraldo Mesquita (2005/2006) correspondeu a R\$ 64,64/mês. Contudo, esse valor só foi suficiente para adquirir 10% dos bens e serviços no mercado, não sendo possível cumprir com as demais funções dessa medida de resultado. Para que isso ocorresse, seria necessário que a família se apropriasse de uma MBF de R\$ 901,24/mês, sendo R\$ 618,70 destinados para a compra de mercadorias e R\$ 282,54 para a reposição de capitais fixos. É importante mencionar que 89,47% das famílias não conseguiram obter esse valor. Estes resultados revelam que aqueles grupos familiares que tiveram necessidade de obter esse valor certamente perderam patrimônio no processo de reprodução do capital.

O indicador bens de consumo comprados expressa o valor monetário despendido pelas famílias para aquisição no mercado dos produtos de que não dispõem na propriedade rural, tais como: vestuários, calçados, gêneros de higiene e alimentícios. Conforme já observado, no Polo Geraldo Mesquita, esse valor foi consideravelmente

elevado (R\$ 618,70/mês), demonstrando uma forte dependência dos grupos familiares com relação aos mercados urbanos. Essa situação pode ser confirmada pelo termo de intercâmbio, que indica que, de cada unidade de renda bruta obtida pelas famílias por mês, foram gastos R\$ 0,76 na compra de alimentos, vestuários, serviços etc. Além disso, comparando esses valores com o autoconsumo, no valor de R\$ 32,59/mês, percebe-se que as famílias do Polo Geraldo Mesquita consumiram pouco da própria produção, mantendo maior dependência do mercado externo. Alguns aspectos devem ser observados quanto a essa dependência: a proximidade do Polo da zona urbana possibilita a obtenção de trabalho ou emprego fora da propriedade rural, contribuindo para a redução da mão-de-obra disponível para a agricultura, ao mesmo tempo para o aumento da compra de produtos industrializados.

Outro fator importante a ser analisado refere-se à MBF/Q/h/d que representa o índice de remuneração da força de trabalho familiar, ou seja, a quantia de margem bruta familiar gerada por unidade de trabalho familiar, constituindo-se em um componente importante de análise econômica. Para sua melhor compreensão, deve ser comparada ao valor da diária paga por serviços rurais na região, que representa o custo de oportunidade da mão-de-obra do produtor rural. No Polo Geraldo Mesquita, a MBF/Q/h/d foi de R\$ 20,34, que comparada à diária da região de R\$ 20,00 demonstra que seria praticamente indiferente empregar a força de trabalho no lote ou fora dele. No entanto, devido à proximidade do Polo com a cidade, o índice de remuneração da força de trabalho familiar tem mais sentido se comparado com o salário mínimo pago em outras modalidades de trabalho ou emprego. Portanto, quando se confronta o valor da MBF/Q/h/d auferido com atividades agrofloretais com o valor diário de R\$ 11,67 (calculado com base no rateio diário do salário mínimo vigente na época da pesquisa), verifica-se que seria mais vantajoso para as famílias trabalhar na produção do que se assalariar fora, mas, 44,44% dos mantenedores destas famílias não optam pela agricultura devido à dificuldade do trabalho e dificuldade do solo em produzir grãos para o mercado (Tabela 29).

Ao observar os mesmos indicadores de desempenho econômico para as Unidades de Produção Familiar (UPFs) do Polo Geraldo Fleming, no período 2005/2006, percebe-se uma significativa vantagem sobre a situação econômica do Polo Geraldo Mesquita. No entanto, isso não significa dizer que a produção rural desenvolvida no Polo Geraldo Fleming tenha alcançado eficiência econômica.

No Polo Geraldo Fleming, percebe-se um nível mais elevado de renda bruta originária da produção, com um valor mediano de R\$ 468,33/mês por família, quase quatro vezes mais que a renda bruta das famílias do Polo Geraldo Mesquita. O nível mais elevado dessa renda em comparação com o outro Polo pode ser justificado por alguns fatores tais como: melhor qualidade do solo e distanciamento maior da cidade, em torno de 19 quilômetros. Este último acaba inibindo a realização de atividades externas à propriedade rural. De acordo com os dados da pesquisa, 39,29% das famílias têm membros que se assalariam fora do Polo Geraldo Fleming, recebendo uma renda mediana de R\$ 245,00/mês (70% de um salário mínimo, valor recebido pelas famílias do Polo Geraldo Mesquita). Neste Polo, tanto o percentual de famílias que trabalham na cidade, quanto a renda recebida mensalmente por elas é bem menor quando comparada às atividades rurais. Dessa forma, um número maior de pessoas ficou disponível para o trabalho na produção rural. Os dados da pesquisa mostram que no Polo Geraldo Fleming a quantidade de força de trabalho familiar disponível por mês foi em torno de 5,08 homens/dia (h/d), enquanto o Polo Geraldo Mesquita dispunha de menos da metade de mão-de-obra, ou seja, 2,47 h/d, refletindo, entre outros fatores, na diferença de dedicação às atividades agrícolas existentes entre os dois Polos.

No que tange às transferências monetárias provenientes de programas sociais, pensões ou aposentadorias, o Polo Geraldo Fleming teve 37,5% das famílias beneficiadas por essas rendas, $\frac{1}{4}$ a menos das famílias atendidas no Polo Geraldo Mesquita. Contudo, apesar do número menor de famílias atendidas, estas tiveram uma renda mensal maior, em torno de R\$ 350,00, representando 3,5 vezes mais que o valor obtido pelas famílias do Polo Geraldo Mesquita.

Conferindo o indicador renda bruta total, percebe-se que as famílias do Polo Geraldo Fleming que obtiveram R\$ 732,75/mês, pouco se diferenciaram do valor auferido pelas famílias do Polo Geraldo Mesquita. Todavia, se examinarmos pormenorizadamente esse indicador, veremos que, da soma de R\$ 738.480,20 obtidos de renda bruta total de todos os lotes, no Polo Geraldo Fleming, no ano agrícola 2005/2006, a maior parte (77,62%) foi de origem da produção agrícola, sendo 13,44% de assalariamento fora do Polo e 8,94% concernente a transferências monetárias de ordem municipal, estadual e/ou federal. Verifica-se assim que o Polo Geraldo Fleming, ao contrário do Polo Geraldo Mesquita, manteve menor dependência de recursos externos em relação à produção agrícola.

Entretanto, quando considerados os outros indicadores, foi constatado que as Unidades de Produção Familiar (UPFs) do Polo Geraldo Fleming também obtiveram um desempenho econômico insatisfatório (Tabela 10), percebido no resultado negativo do lucro da exploração, demonstrando que, apesar de as famílias terem obtido uma renda líquida positiva (R\$ 225,24/mês), esta não foi suficiente para remunerar os próprios capitais e ainda reservar uma parte para acumulação. Este resultado se confirma no índice de eficiência econômica (0,86), expressando uma situação de prejuízo para as famílias do Polo Geraldo Fleming, apesar de estarem numa situação mais próxima do equilíbrio do que no Polo Geraldo Mesquita.

Quanto à margem bruta familiar disponível para as famílias, observa-se que R\$ 418,47/mês são suficientes para cobrir 74% das despesas com produtos e bens comprados no mercado, sendo necessário dispor de algum outro recurso para pagar os outros 26% de bens de consumo e efetuar o pagamento de 100% dos capitais fixos. Para as famílias conseguirem realizar todas essas remunerações, seria necessário que se apropriassem de uma MBF de R\$ 878,20/mês: R\$ 569,21 para a compra de mercadorias e R\$ 308,98 para a reposição de capitais fixos. Todavia, 74,55% das famílias não conseguiram alcançar esse valor. Estes resultados revelam que, apesar de aparentemente a MBF ter se mostrado elevada, ela não foi suficiente para garantir a reprodução da maior parte das famílias.

No que diz respeito à aquisição de bens de consumo no mercado, as famílias do Polo Geraldo Fleming tiveram uma despesa de R\$ 569,21/mês, denotando pouca diferença em relação ao grau de dependência do mercado pelos moradores do Polo Geraldo Mesquita. Essa situação também se confirma no termo de intercâmbio de 0,58, revelando que, de cada unidade de real gerada pela venda da produção, R\$ 0,58 foram gastos com a compra de mercadorias fora do Polo. Avaliando o valor monetário da produção destinada ao consumo das famílias, ou seja, o autoconsumo, percebe-se nitidamente a dependência destas famílias em relação aos produtos externos para garantir sua sobrevivência. Apesar do autoconsumo mensal, no valor de R\$ 44,87, no Polo Geraldo Fleming ter sido 38% maior do que no Geraldo Mesquita, ainda assim esse montante se constitui numa soma incapaz de garantir a subsistência das famílias. Se compararmos o valor do autoconsumo com a média da cesta básica da região Norte/Nordeste, calculada pelo Dieese, em março de 2007, ela esteve no valor de R\$ 153,70. E nos dois Polos o valor do autoconsumo está aquém da média regional.

Finalmente, ao comparar o índice de remuneração da força de trabalho familiar (MBF/Q/h/d) dos moradores do Polo Geraldo Fleming, em torno de R\$ 37,52, com o valor da diária paga à mão-de-obra na região (R\$ 20,00), percebe-se que seria muito mais vantajoso utilizar a força de trabalho no lote do que utilizá-la em atividades remuneradas fora do lote. Essa constatação se torna mais evidente quando a MBF/Q/h/d é confrontada com a remuneração diária de R\$ 11,67, obtida com base no salário mínimo. Esses resultados demonstram que a remuneração da força de trabalho familiar no Polo Geraldo Fleming foi mais significativa do que aquela obtida no Polo Geraldo Mesquita.

Porém, como já estudado com maior detalhe, a margem bruta familiar disponível não foi suficiente para promover uma eventual elevação no nível de vida das famílias. Esta última poderia ocorrer caso fosse reduzida a dependência das famílias com relação aos bens de consumo externos e fortalecida a produção para o autoconsumo, criando a possibilidade de estas famílias disporem de uma parcela maior de renda para investir em suas atividades produtivas.

Os dados sobre as condições produtivas e a situação econômica (Tabela 11) mostram que a maioria dos moradores de ambos os Polos respondeu que não é influenciada por nenhuma instituição do poder público quanto aos itens a serem produzidos, também revelou estar satisfeita com as atividades desenvolvidas no assentamento. A prática de atividades rurais foi a que mais se efetivou em ambos os Polos. Essa é a atividade principal dos homens, mas também ocupa parte do tempo das mulheres que, em geral, são donas de casa ou empregadas doméstica, enquanto os filhos, na sua maioria, são estudantes. Mesmo satisfeitas com as atividades econômicas que estão desenvolvendo, a maioria das famílias de ambos os Polos deixou evidente que tem interesse em atividades adicionais àquelas que já realizavam. As prioridades nomeadas por eles foram: criações de peixes, culinária (bolos, doces caseiros, bombons com recheio de frutas tropicais) ou plantação de novas culturas, atividades essas que vêm relacionadas por autores como Graziano da Silva ao “novo rural brasileiro”. Essas atividades foram secularmente praticadas por várias famílias do Brasil, quer por hobbies ou atividades de “fundo de quintal”, mas até recentemente não havia sido dada a elas a importância econômica para a reprodução das famílias, pois elas fazem parte da caracterização de um novo rural (SILVA, 2002).

Tabela 11 – Análise das condições de produção e situação econômica nos Polos

Componentes Analíticos da Situação Econômica	Polo Geraldo Mesquita	Polo Geraldo Fleming
Há Influência Institucional sobre a Produção	%	%
Sim	36,17	18,60
Não	63,83	81,40
Atividades Atuais da Família*	%	%
Aposentado	1,26	0,43
Dona de casa	18,83	25,43
Estudante	31,38	26,29
Empregados formais	11,30	1,72
Serviços rurais	32,64	46,12
Serviços gerais	4,60	-
Satisfação com a Atividade	%	%
Sim	72,34	74,42
Não	27,66	25,58
Destino da Produção*	%	%
Atravessador	29,79	46,51
Clientes fixos	25,53	9,30
Feira livre/mercados	27,66	37,21
Não está produzindo	10,64	6,98
Prefeitura/Governo/Fome Zero	17,02	2,33
Autoconsumo	8,51	4,65
Deseja Atividades Adicionais?	%	%
Sim	68,09	76,74
Não	31,91	23,26
Recebe Benefícios Monetários	%	%
Sim	17,02	23,26
Não	82,98	76,74
Tipo de Benefício	%	%
Aposentadoria	62,5	50
Pensão	12,5	10
Programas sociais	25	40
Sua Situação Econômica está	%	%
Pior	4,26	11,63
Igual	23,40	11,63
Melhor	72,34	76,74

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: - Informação não mencionada na entrevista; e *componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

O desenvolvimento das famílias no desempenho dessas atividades possibilita a complementação de renda, o que fortifica a sustentabilidade no aspecto econômico. Nesse sentido, para garantir a sustentabilidade econômica das famílias que residem nos PAs, o poder público municipal declarou estar desenvolvendo ações que garantam o

incremento do acesso ao mercado. Segundo o prefeito Raimundo Angelim e o Chefe da Divisão Técnica James Oliveira, estas ações podem se traduzir em:

“Nossos agrônomos e técnicos estão num diálogo permanente buscando conciliar o saber técnico e o saber popular para que tenham uma melhoria no resultado da produção do parceiro. Temos trabalhado no sentido de oportunizar a comercialização dos produtos dos Polos, dando todo apoio no transporte dos produtos, espaços em feiras livres nos bairros e em mercados municipais que já foram recuperados (reformados). Porque recuperando os mercados, passamos boxes, espaços de comercialização exclusivos para os parceiros dos Polos. Isso deu condições de comercialização para estes produtores, porque antes eles não tinham isso.” (Raimundo Angelim – Prefeito)

“o transporte de produção para a cidade é realizado semanalmente, e os produtores arcam com o custo de combustível (R\$ 5,00/produtor), e para participar de espaços nos mercados os critérios tacitamente acertados foram: estar produzindo, fazer parte da Associação. Nos mercados e feiras livres, foram destinados os seguintes espaços: 01 (uma) bancas para a Associação e 04 (quatro) no cadastro individual. Para garantir a participação de todos os produtores nestes espaços de mercado, existe um rodízio semanal nas bancas. Para os produtores que estão fora de rodízio, mas que têm seus produtos encomendados por clientes fixos, temos o transporte garantido” (Francis James-Técnico Safra)

Apesar destas ações desenvolvidas pelo poder público, os dados da Tabela 11 mostram que, em ambos os Polos pesquisados, a maior parte da produção é apropriada pelos “atravessadores”, ou seja, pessoas que compram a produção a preços baixos dos grupos familiares e revendem a preços mais elevados, auferindo para si os lucros dos produtos dos PAs. Ao longo dos anos, os atravessadores vêm se inserindo nos Polos, comprando a produção *in loco*, eliminando o trabalho do produtor de transportar a produção para as feiras e as incertezas quanto à comercialização dos produtos, mas essa prática não justifica os baixos rendimentos da atividade agrícola e interfere na eficiência econômica das famílias em ambos os Polos. Na sequência de destinação da produção, destacam-se as feiras livres, mercados^{29/} e clientes fixos como restaurantes e agroindústrias da cidade e até órgãos governamentais por meio do Programa Fome Zero. Nestes casos, existe relação direta entre as famílias e os consumidores finais. À época da pesquisa, cinco entrevistados do Polo Geraldo Mesquita (10,64%) e três do Polo Geraldo Fleming (6,98%) declararam não estar produzindo por motivos da idade avançada ou de residir há pouco tempo no assentamento. Afirmaram produzir somente para a subsistência das famílias (autoconsumo), quatro famílias do Polo Geraldo Mesquita (8,51%) e duas do Polo Geraldo Fleming (4,65%).

^{29/} Esta comercialização é estimulada pelo poder público que disponibiliza transporte todo sábado, onde os produtores.

Perguntados sobre o recebimento de benefícios monetários, a grande maioria dos entrevistados afirmou não receber nenhum complemento que não seja de atividades rurais. Entretanto, 17,02% dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 23,26% do Polo Geraldo Fleming afirmaram serem beneficiários de aposentadorias e recebimento de Programas Sociais como o “Bolsa Família”. De um modo geral, a maioria das famílias entrevistadas afirmou que a situação econômica vivenciada nos Polos está melhor que antes, justificando suas respostas na possibilidade de exercício de uma atividade que permita geração de renda e subsistência da família.

Os dados sobre a avaliação dos grupos familiares quanto à situação econômica (Tabela 12) mostraram a existência de dois segmentos nos Polos: assentados que manifestaram ter na agricultura sua atividade principal (72,73% dos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 80,39% no Polo Geraldo Fleming) e assentados que declararam desenvolver prioritariamente atividades não agrícolas (27,27 dos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 19,61% no Polo Geraldo Fleming), apesar de dedicarem certa parte do tempo a estas atividades.

Tabela 12 – Percepções sobre os aspectos econômicos nos Polos

Percepção da Condição Econômica pelas famílias que:	Polo Geraldo Mesquita	Polo Geraldo Fleming
	Valor Relativo (%)	Valor Relativo (%)
<i>Desenvolvem atividades agrícolas</i>	72,73	80,39
A partir do Polo têm acesso aos mercados, à renda, autonomia no trabalho e aumentaram o poder de compra	25,76	27,45
Valorização do lote para desenvolver atividades agrícolas (subsistência das famílias)	24,24	35,29
Dificuldades de escoamento e comercialização, baixos preços estimulando a ação dos atravessadores	22,73	17,65
<i>Não desenvolvem atividades agrícolas</i>	27,27	19,61
Necessidade de revitalização e drenagem do solo, acesso às linhas de crédito e assistência técnica rural	12,12	11,76
Possibilidade de acesso à renda advinda do desenvolvimento de atividades não-agrícolas	15,15	7,84

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Entre os que desenvolvem atividades agroflorestais, grande parte vê o Polo como um campo de possibilidades para o desenvolvimento dessas atividades. De acordo

com 25,76% dos residentes do Polo Geraldo Mesquita e 27,45% dos residentes no Polo Geraldo Fleming, o assentamento nos Polos é uma vantagem, pois, segundo estes residentes, há como se trabalhar na produção, e o fato de residir próximo à malha urbana possibilitou para eles um maior acesso aos mercados, à renda, maior autonomia sobre o trabalho e melhoria do poder de compra, conforme evidenciam os depoimentos abaixo:

“Hoje tenho mais condição de comprar uma coisinha aqui, outra ali. Antes num tinha essa condição.” (Entrevistado 34, PA Geraldo Mesquita)

“Agora eu tenho uma fonte de renda. Eu planto, posso vender tranquilo que o dinheiro vai ser meu; quando eu morava e trabalhava na fazenda dos outros, nada ficava pra mim, tudo ia pro patrão.” (Entrevistado 31, PA Geraldo Fleming)

Apesar de apresentar forte dependência do mercado urbano, especialmente bens de primeira necessidade como vestuário, calçados e gêneros alimentícios, 24,24% dos residentes do Polo Geraldo Mesquita e 35,29% dos residentes no Polo Geraldo Fleming veem o assentamento como um campo de possibilidades não somente para o desenvolvimento de atividades agrícolas visando ao mercado, mas também como um espaço de possibilidade vital para o autoconsumo, garantindo a subsistência das famílias.

“Porque aqui a gente cria galinha pra comer, né? A gente planta a roça e pode ter macaxeira, milho... Tudo que a gente comprava. Tem ovos e tudo o que não vendemos, a gente come.” (Entrevistado 3. PA Geraldo Mesquita)

“Eu quero comer alguma coisa, eu pego, tenho galinha, pato, ovos... A gente faz pouco dinheiro, mas dá de levar a vida. Coisas que antes eu comprava, eu não preciso mais comprar, porque tem aqui, daí eu não gasto.” (Entrevistado 5. PA Geraldo Fleming)

Em 22,73% das falas dos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 17,65% dos residentes no Polo Geraldo Fleming, evidenciou-se um sentimento de impotência e desânimo relacionado ao trabalho agrícola no Polo, justificado nas dificuldades de escoamento e comercialização, nos baixos preços para os produtos agrícolas o que, por sua vez, estimulava a venda da produção para os “atravessadores” que frequentemente adentravam os Polos para comprar a produção disponível a preços baixos.

“Porque aqui tem muita coisa na base da agricultura que, quando você vai vender, não vende no preço que é pra ser. No inverno produz, mas não tem como tirar daqui, no verão todo mundo produz a mesma coisa e o preço é barato.” (Entrevistado 28. PA Geraldo Mesquita)

“Tenho uma boa produção, mas não consigo vender no preço justo. O jeito é vender para os atravessadores que vivem por aí comprando produto das pessoas que produzem aqui no Polo. Eu acho mais vantajoso vender pra ele, mesmo com toda perca que tenho.” (Entrevistado 25. PA Geraldo Fleming)

Muitos dos que não tinham à época da pesquisa sua principal atividade produtiva no trabalho agrícola, afirmaram que gostariam de fazê-lo. Para eles, questões de ordem técnica (“cansaço da terra”), econômica (falta de recursos próprios) e de políticas públicas (não acesso às linhas de crédito do governo) justificaram o fato de não estarem trabalhando nessas atividades. Isto ficou notório em 12,12% das falas dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 11,76% do Polo Geraldo Fleming. Nesse sentido, os moradores relacionaram a necessidade de revitalização e drenagem do solo, fornecimento de linhas de crédito destinadas à produção, assistência técnica e outros incentivos para a população agrícola, conforme mostram as falas:

“A terra está cansada, está dando praga nas verduras. Não consigo vender as verduras na feira porque elas são ruins, devido a terra ser fraca.”
(Entrevistado 43, PA Geraldo Mesquita)

“Falta uma assistência pra dar orientação pra plantar. Falta uma pessoa que venha aqui e saiba arar a terra.” (Entrevistado 4, PA Geraldo Fleming)

Percebeu-se que 15,15% dos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 7,84% no Polo Geraldo Fleming não tinham sua principal atividade geradora de renda ligada ao rural-agrícola. Para esses, o campo representava o desenvolvimento de outras atividades não-agrícolas como indústria caseira, serviços autônomos de cabeleireira, açougueiro, serralheiro, dentre outras atividades.

“No momento não estou tendo produção. Eu faço doces e os ingredientes que eu uso para fazer esses doces estão caros, por isso dei uma parada.”
(Entrevistado 16, PA Geraldo Fleming)

De um modo geral, a pesquisa mostrou que no aspecto econômico, os Polos se firmaram como uma alternativa que possibilitou subsistência e resgate da autoestima de seus beneficiários. A análise das avaliações dos moradores dos Polos sobre sua situação econômica (Gráficos 1 e 2) aponta que uma significativa parcela das famílias assentadas está satisfeita com sua situação econômica atual, pois considera que no Polo há possibilidade de produzir para o comércio, o que garante renda e também se produz para o autoconsumo. Inserem-se neste grupo aqueles que desempenham atividades não-agrícolas e adquirem rendas na cidade. Para estes grupos, as condições de vida no Polo, em se tratando de situação econômico-financeira, são melhores que as de outrora. Em função disso, estes grupos avaliaram a situação econômica como “ótima”, “boa” e “média”. Os entrevistados, que não estão produzindo ou que tiveram problemas para comercializar classificaram a situação econômica como ruim, afirmam ser preciso melhorar as condições de produtividade do solo como fertilização, irrigação e contínua

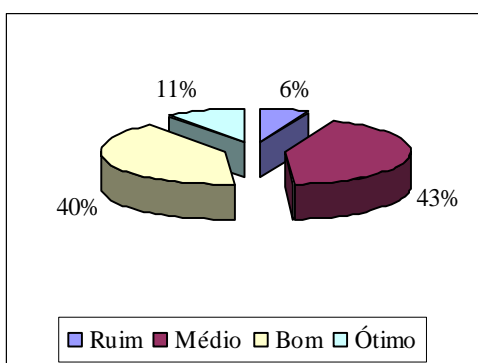


Gráfico 1 – Avaliação das condições econômicas no Polo Geraldo Mesquita.

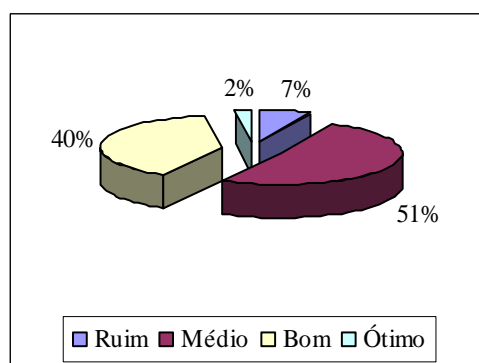


Gráfico 2 – Avaliação das condições econômicas no Polo Geraldo Fleming.

assistência técnica, além de implantar uma política de preços para os produtos agrícolas para dar mais garantias às práticas produtivas.

4.2.1. Considerações sobre a dimensão social

Segundo Sen (2000), os aspectos sociais representam uma condição essencial para que os indivíduos desfrutem de um efetivo uso dos direitos civis tão necessários às satisfações das necessidades básicas. Acredita-se que os fatores sociais são vitais para analisar a sustentabilidade e as condições de vida das famílias que vivem nos Polos Agroflorestais. Neste estudo, analisaremos a dimensão social destas famílias com base nas condições de acesso à moradia, aos serviços de infraestrutura, saúde, educação e lazer.

4.2.1.1. Condições de moradia

A moradia se constitui numa necessidade básica do ser humano e figura como elemento essencial para a qualidade de vida das pessoas. Como parte integrante da análise sobre condições de vida, fez-se uma descrição das condições de moradia das famílias pesquisadas no período imediatamente anterior ao assentamento, assim como as situações verificadas atualmente nestes Polos. Utilizamos como componentes analíticos a motivação para residir nos Polos, a forma de acesso à moradia, fonte de recursos para construção e indicadores de habitabilidade (materiais utilizados na construção da moradia, presença de banheiros na habitação, local destinado ao banho e necessidades fisiológicas).

A realidade apresentada pelas famílias revela que o assentamento nos Polos se coloca como uma alternativa às duras condições vivenciadas na cidade, pois as 90 famílias entrevistadas afirmaram que outrora a realidade delas estava associada ao desemprego, falta de moradia e dificuldades de reprodução do grupo. Assim, quando foram perguntados sobre a motivação principal para eles aceitarem esta política, as respostas se expressaram da seguinte forma: 42,86% dos assentados do Polo Geraldo Mesquita e 47,46% do Polo Geraldo Fleming afirmaram estar desempregados ou viver no “subemprego” e sua motivação para ir aos Polos foi o interesse por trabalhar com cultivo e criações; 31,75% dos moradores do Polo Geraldo Mesquita e 27,12 % do Polo Geraldo Fleming afirmaram viver em precárias condições habitacionais e sua motivação para residir no assentamento foi a possibilidade de acesso à moradia; para 15,87% dos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 16,95% do Polo Geraldo Fleming, estes assentamentos representavam a chance de arriscar uma nova vida, no que diz respeito à moradia, trabalho e localização geográfica; já para 9,52% dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 8,46% do Polo Geraldo Fleming, estes assentamentos representavam espaços de moradia tranquila e locais próximos à cidade (Tabela 13). Estes resultados sobre a motivação por morar em assentamentos rurais confirmam os estudos de D’Aquino (1997), que asseverou que, em muitos casos, a opção por morar em assentamentos rurais expressa o modo de ser e de viver de determinados grupos familiares e, geralmente, está vinculada a experiências passadas destes grupos, caso de lembranças de moradias e atividades vivenciadas no passado.

As condições de moradia anteriores ao assentamento evidenciaram duas situações distintas: pessoas com baixo poder aquisitivo, cujas alternativas anteriores eram morar de favor ou em casas cedidas temporariamente por parentes e amigos. Para esse grupo, o assentamento nos Polos significou a possibilidade de realizar o sonho da casa própria. O acesso, portanto, à moradia deu-se por meio da concessão de direito real de uso concedido pela Prefeitura. Outras situações encontradas evidenciaram situações que não estavam contempladas nos objetivos dos Polos, tais como troca de moradias, compra e posse. Ou seja, depois de assentadas, muitas famílias acabaram fazendo negociações com suas moradias em função da pressão imobiliária sofrida. De acordo com a pesquisa, 40,43% dos moradores do Polo Geraldo Mesquita e 53,49% do Geraldo Fleming são de segundo morador. Com a venda das casas, muitas famílias voltam a viver nas antigas áreas de moradia. Essa tendência é confirmada na fala do Secretário Municipal de Agricultura e Floresta (Safrá) Mário Fadell, ao relacionar os motivos que

Tabela 13 – Descrição das condições habitacionais nos Polos

Componentes Analíticos	Polo Geraldo Mesquita		Polo Geraldo Fleming	
	Situação Anterior	Situação no Polo	Situação Anterior	Situação no Polo
Motivação para Morar no Polo*	-	%	-	%
Trabalhar com cultivo e criações	-	42,86	-	47,46
Acesso à moradia	-	31,75	-	27,12
Arriscar uma vida nova	-	15,87	-	16,95
Proximidade da cidade	-	4,76	-	1,69
Busca de tranquilidade	-	4,76	-	6,77
Forma de Acesso	%	%	%	%
Licença/concessão de uso	2,13	78,72	2,33	53,49
Cedido/moradia de favor	27,66	-	23,26	-
Compra (sem escritura pública)	17,02	8,51	25,58	13,95
Compra (com escritura pública)	17,02	-	37,21	13,95
Aluguel	8,51	-	-	-
Troca de moradias	4,26	12,77	2,33	16,28
Invasão	6,38	-	2,33	-
Posse	10,64	-	4,65	2,33
Outros Assentamentos	6,38	-	2,33	-
Havia Casa Construída	%	%	%	%
Sim	-	40,43	-	53,49
Não	-	59,57	-	46,51
Recursos para a Construção*	%	%	%	%
Recursos próprios	-	50,00	-	30,00
Apoio financeiro da Prefeitura	-	67,86	-	40,00
Apoio financeiro do INCRA	-	10,71	-	45,00
Material doado por terceiros	-	-	-	10,00
Edificação da Moradia	%	%	%	%
Alvenaria	23,40	63,83	20,93	2,33
Madeira bruta	12,77	-	6,98	6,98
Madeira cerrada	59,57	14,89	62,79	72,09
Piso em alvenaria e paredes de madeira	2,13	21,28	9,30	18,60
Lona	2,13	-	-	-
Tipo de Banheiro	%	%	%	%
Banheiro externo	65,96	38,30	51,16	65,12
Banheiro interno	25,53	57,45	30,23	23,26
Sem banheiro	8,51	4,26	18,60	11,63
Necessidades Fisiológicas	%	%	%	%
Mato	8,51	10,64	18,60	16,28
Igarapé	2,13	-	-	-
Banheiro com vaso sanitário	25,53	51,06	30,23	23,26
Privada	63,83	38,30	51,16	60,47
Onde tomava Banho	%	%	%	%
Açude	-	4,26	13,95	18,60
Vertente/poço	2,13	4,26	9,30	4,65
Caixa d'água/tanque/camburão	63,83	38,30	41,86	51,16
Igarapé	8,51	-	4,65	-
Usa do vizinho	-	-	-	2,33
Chuveiro	25,53	53,19	30,23	23,26

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: - informação não mencionada na entrevista; e * componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

levavam as famílias a abandonar seus lotes nos Polos. Para ele, estas ocorrências se deram como fruto de pressões imobiliárias, uma vez que os Polos correspondem a um privilegiado espaço territorial próximo ao centro urbano. A esse respeito, o Secretário destaca:

“A limitação principal descoberta após 13 anos da implantação do primeiro Polo é exatamente a Pressão Imobiliária. Os Polos estão numa região dotada de infraestrutura, onde o metro quadrado já é muito caro. Portanto, quem tem 3,5 ha até 5 ha, dentro da cidade, não deixa de ter uma área superprivilegiada motivando a especulação imobiliária, o que nos faz pensar num novo desafio: valorizar o máximo os espaços em termo de produção, porque se não a pressão imobiliária forçará os donos a vender os seus lotes e migrar para outra região mais afastada.” (Grifo nosso)

Entre os primeiros moradores, que construíram suas casas, 78,57% das famílias no Polo Geraldo Mesquita e 95% no Polo Geraldo Fleming receberam algum apoio financeiro de entidades governamentais como a Prefeitura e o Incra para viabilizar melhorias e até iniciar edificações de moradias. Com o acesso a estas linhas de crédito, as famílias que, outrora nem dispunham de moradia, puderam melhorar, em parte, suas condições habitacionais por meio da edificação de residências de madeira serrada, mista (piso em alvenaria e paredes de madeira) e alvenaria. De acordo com James Oliveira, Chefe da Divisão Técnica da Safra, para ajudar nas construções das primeiras casas nos Polos, a Prefeitura forneceu a cada produtor um kit de materiais de construções^{30/}.

Além disso, havia um orçamento para adquirir, junto ao Governo Federal (Projeto Casulo), acesso a linhas de crédito para os assentados que não dispunham de recursos, mas que tinham interesse em edificar suas casas de alvenaria. Esses valores foram, à época, de cerca de R\$ 2.500,00 para construção das casas, além de quantias destinadas para insumos e alimentação. Segundo informações do entrevistado, as famílias só pagariam 50% do custo da moradia, e a maior exigência seria a prestação de contas dos recursos aplicados. Muitas das famílias que não utilizaram as linhas de crédito do Incra disseram que não utilizaram tal crédito por temerem endividamento.

Quando analisamos as condições sanitárias tanto antes do assentamento, como na situação atual (Tabela 13), verificamos que os banheiros para banho e para as necessidades fisiológicas apresentaram forte correlação com as condições de edificação destas moradias. Ou seja, geralmente as casas de alvenaria dispunham de banheiro interno com vaso sanitário e em alguns casos chuveiros; as casas de madeira dispunham

^{30/} De acordo com o Chefe da Divisão Técnica da SAFRA, no ato do assentamento das famílias, foram disponibilizados para cada residente os seguintes materiais: 24 peças perna manca de 4 m, 25 dúzias de tábuas de 2^a, 36 m² de régua, 44 telhas de amianto e 24 kg de pregos.

de banheiro externo (privadas) e para o banho; e os residentes utilizavam tanques, camburões, vertentes e açudes. Nos casos em que a residência não dispunha de banheiros, geralmente as alternativas para banho eram a casa de vizinhos, igarapés e açudes; já para as necessidades fisiológicas, a alternativa era o mato.

Em relação à moradia em assentamentos rurais, os estudos de D’Aquino (1997) revelam que, para as famílias rurais, o lar faz parte do projeto de vida familiar repleto de simbolizações e lembranças das práticas grupais e individuais e o lote passa a ser o âmbito social de produção e reprodução do indivíduo. Na análise das percepções dos entrevistados em relação à moradia (Tabela 14), em ambos os Polos pesquisados, houve uma forte valorização do Polo como um lócus de tranquilidade, conforto e de boas relações com a vizinhança. Tais sentimentos representaram 50,63 % das percepções dos moradores do Polo Geraldo Mesquita e 38,98% do Polo Geraldo Fleming.

“Gosto muito de morar aqui, é muito tranquilo.” (Entrevistado 41, PA Geraldo Fleming)

“Aqui tenho mais conforto, na outra casa eu num tinha quase nada e ainda morava de favor.” (Entrevistado 31, PA Geraldo Fleming)

“A vista de onde eu tava, aqui é melhor. Aqui tenho amigo, tô perto do povo, converso mais. Me sinto bem aqui.” (Entrevistado 33, PA Geraldo Mesquita)

Tabela 14 – Percepções sobre as condições de moradia nos Polos

Percepções Relativas à Avaliação de Moradia	Incidência da Categoria Geraldo Mesquita	Incidência da Categoria Geraldo Fleming
	Valor Relativo (%)	Valor Relativo (%)
Valorização da casa como: morada, lócus de tranquilidade e conforto e relação com a vizinhança	50,63	38,98
Associação com o trabalho, manutenção do grupo familiar.	8,86	20,34
Valorização do sentimento de propriedade.	12,66	25,42
Associação com vantagens ligadas à cidade.	11,39	13,55
Sentimento de insegurança e desconforto.	15,19	1,69
Não mudou nada.	1,27	-

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

A análise destas percepções também apresentou a interpretação da moradia como um espaço que se confunde com as atividades produtivas que são fundamentais para a manutenção do grupo familiar. A área de terra ligada a casa permite que as famílias plantem alimentos que lhes garantam o acesso aos cultivos utilizados na

alimentação do grupo. Estas percepções estiveram mais presentes no Polo Geraldo Fleming (20,34%) onde se observou uma grande presença de famílias que têm suas atividades produtivas associadas ao lote. Como agricultores familiares, grande parte dessas famílias deste Polo tem como principal fonte de renda o trabalho em atividades agrícolas (46,12 %, conforme a Tabela 11). Já para os moradores do Polo Geraldo Mesquita, estas percepções atingiram 8,86%. Nesse Polo, a presença de agricultores familiares se colocou em menor proporção (32,64 %, conforme a Tabela 11). A maior proximidade da malha urbana desse Polo leva a que grande parte dos residentes desenvolva suas atividades produtivas ligadas a outras atividades não-agrícolas, especialmente, o trabalho assalariado.

“A moradia é boa, é sadia, é pertim da cidade, eu saio numa hora e volto na outra. É ruim morar no que é dos outros, lá nem um pé de nada posso plantar. Como eu moro no que é meu, é bom. Aqui posso plantar o que quiser, criar o que quiser e se não vendo, posso comer. Pra quê melhor que isso?” (Entrevistado 11, PA Geraldo Fleming)

“Pelo menos essa casa aí, Ave Maria! Num existe lugar melhor ou igual aqui. Dá pra mim criar um peixe aí, fazer umas granja, aqui é uma maravilha. Quem é acostumado na zona rural ‘num se apruma’ na cidade mais não...Aqui você tira um cacho de banana, você tem banana pra dar pros outro aí. Na cidade não, tudo é comprado, né? Se num tiver um dinheiro, você num come nem uma palma de banana. E aqui, eu acho bom. Deus me livre! (Entrevistado 5, PA Geraldo Mesquita)

Os dados contidos na Tabela 13 revelaram que, antes de serem assentados, 70,21% dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 55,82% do Polo Geraldo Fleming não tinham nenhuma segurança legal quanto à propriedade de sua moradia, pois muitos moravam de favor em residências cedidas por parentes ou amigos, de aluguel, invasão de terrenos baldios, eram posseiros e até compravam de casas sem escritura públicas. Acredita-se que estas situações anteriores influenciaram a valorização da moradia no Polo, acompanhada por um sentimento de propriedade, revelado nas falas de 12,66% dos residentes do Polo Geraldo Mesquita e 25,48% dos residentes do Polo Geraldo Fleming, tal como foi evidenciado na Tabela 14. Neste sentido, os Polos suprem a privação de uma necessidade básica de moradia, caracterizada por Sen (2000) como uma das fundamentais. As falas abaixo são evidências dessa constatação:

“Antes eu morava de favor, aos ‘emboléu’^{31/} pelas casa dos outros, aqui tenho lugar pra criar os filho. A casa é simples mais é minha.” (Entrevistado 15, PA Geraldo Mesquita)

^{31/} Expressão que na região acreana representa viver de qualquer maneira, sem destino certo, à toa.

“Rapaz, o bom é o da gente, né? Mesmo que seja debaixo de 4 palha, sendo da gente é bom...Porque quando você mora alugado, quando sai, só leva o que ta dentro (móveis e objetos pessoais), aqui tô no que é meu.” (Entrevistado 6, PA Geraldo Fleming)

Considerando que em geral os assentamentos tradicionais da região são distantes das cidades, o Secretário Mário Fadell destacou que o principal diferencial dos PAs em relação aos assentamentos tradicionais está na estratégia de localização:

“Do ponto de vista da estratégia de assentamento, os Polos têm muito diferença (em relação aos assentamentos tradicionais), as famílias estão no entorno da cidade, com a possibilidade transporte e assistência técnica bem próximos.”

Estas características dos Polos se manifestaram na fala dos entrevistados sobre algumas percepções que denotaram uma associação da moradia como uma opção vantajosa devido à proximidade da cidade (11,39% PA Geraldo Mesquita e 13,55 do PA Geraldo Fleming). Estas percepções foram mais representativas no Polo Geraldo Fleming, em que as famílias afirmaram que outrora moravam em localidades distantes do meio urbano e hoje, devido a esta proximidade, têm maiores possibilidades de acesso a alguns serviços sociais que, em geral, não eram oferecidos nas localidades onde residiam anteriormente. Dentre eles, o acesso a eventuais espaços em feiras livre e mercados, escolas, postos de saúde, espaços de lazer.

“Aqui é próximo da cidade, é bom e fácil para comercializar a produção.” (Entrevistado 24, PA Geraldo Mesquita)

“Aqui é bem calmo e é perto da cidade.” (Entrevistado 32, PA Geraldo Fleming)

“Porque é perto da cidade e se tiver um cara que vive feliz aqui, sou eu mesmo.” (Entrevistado 8, PA Geraldo Mesquita)

Apesar de manifestações positivas de alguns residentes em relação aos Polos, sentimentos de insegurança e desconforto com relação à moradia também foram percepções verificadas em algumas falas. Este dado foi mais expressivo no Polo Geraldo Mesquita (15,19%), que tem maior proximidade com bairro “periféricos” da cidade, cujas justificativas para esta percepção estiveram associadas à violência dentro do Polo, exemplificado nos casos de assaltos ocorridos^{32/}. Já no Polo Geraldo Fleming, relativamente mais afastado do perímetro urbano, a insegurança em relação à moradia foi manifestada por um percentual pouco expressivo dentre os residentes (1,69%).

^{32/} A ocorrência de assaltos no Polo Geraldo Mesquita levou alguns entrevistados a chamar a atenção para a necessidade de serviços de segurança pública na localidade.

“O único problema daqui são os ladrões que já me roubaram várias vezes. Deveria ter um posto de polícia aqui dentro.” (Entrevistado 17, PA Geraldo Mesquita)

“Precisa de um posto de polícia aqui pra dar uma segurança maior pra nós.” (Entrevistado 35, PA Geraldo Fleming)

Convém ainda destacar que houve apenas numa fala de um residente do Polo Geraldo Mesquita em que o depoente declarou não ter havido mudança nas suas condições de moradia depois do assentamento. Para esta pessoa, a renda e o tipo de atividade econômica ainda são as mesmas de antes, a estrutura da residência, bem como a quantidade de cômodos da casa existente no Polo são exatamente iguais às condições vivenciadas em períodos anteriores. Em função disso, o entrevistado declara:

“Não mudou muita coisa da moradia que eu tinha quando morava na cidade.” (Entrevistado 45, PA Geraldo Mesquita)

Sintetizando as percepções dos entrevistados, os Gráficos 3 e 4 relacionam as avaliações dos entrevistados sobre as condições de moradia existentes nos Polos pesquisados. Considerando que, antes de residir nos assentamentos, a maioria das famílias residentes em ambos os Polos pesquisados não era proprietária de suas moradias, essas famílias avaliaram as condições das residências atuais como ‘boas e ótimas’, relacionando, nas suas justificativas, a moradia como um lugar totalmente “seu” ou um “espaço de onde a família retira seu sustento” ou ainda, valorizando a casa pela proximidade da cidade. Houve famílias que classificaram as condições de moradia como médias, ressaltando o fato de que, para elas, ainda há que se fazer alguma melhoria na estrutura residencial para promover maior conforto. Para 2,13% dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 6,98% do Polo Geraldo Fleming, a avaliação de suas moradias são ruins porque “essas edificações ainda não são capazes de suprir as necessidades de conforto e segurança do grupo familiar”.

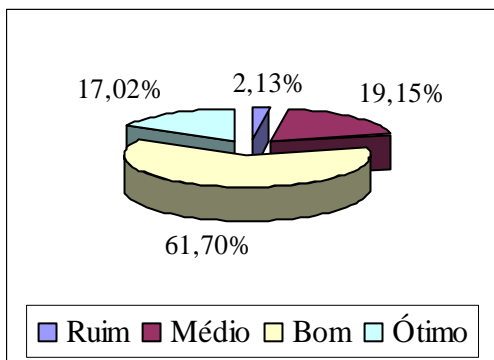


Gráfico 3 – Avaliação de moradia no Polo Geraldo Mesquita.

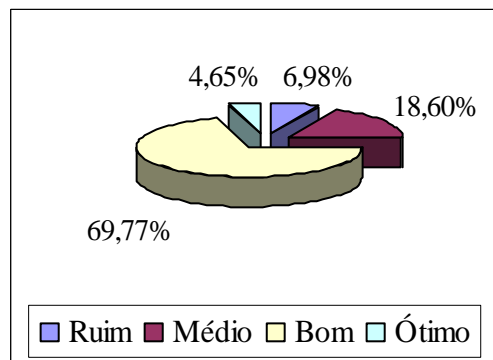


Gráfico 4 – Avaliação de moradia no Polo Geraldo Fleming.



Fonte: foto do autor, 2007.

Foto 3 – Tipos de residências edificadas nos Polos.

4.2.1.2. Condições dos serviços e da infraestrutura

As condições dos serviços e da infraestrutura são essenciais para garantir um nível de vida minimamente digno e saudável às famílias. Neste contexto, Lopes (2003) destaca a importância de alguns aspectos estruturais no entorno da residência como fundamentais para que um indivíduo possa ter uma vida saudável e, por consequência, mais chances de bem-estar na sociedade. Neste estudo, nossa análise sobre as condições dos serviços e da infraestrutura da casa considerará o acesso das famílias assentadas aos serviços de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e esgoto, pavimentação de vias, coleta de lixo e comunicação por meio de telefonia.

Os dados da pesquisa (Tabela 15) mostraram que, antes de residir nos Polos pesquisados, uma considerável parcela das famílias tinha a disponibilidade dos serviços de energia elétrica, abastecimento de água, rede de esgoto, telefonia, coleta de lixo e vias pavimentadas. Tais disponibilidades estiveram associadas ao fato de que, antes de residir nos Polos, um percentual considerável destas famílias residia na cidade (Tabela 8), onde estes serviços eram ofertados com maior frequência.

Em ambos os Polos, as maiores disponibilidades de serviços estiveram associadas ao acesso à energia elétrica. Os serviços de abastecimento de água e telefonia móvel foram timidamente verificados no Polo Geraldo Mesquita. Já em relação à pavimentação, somente poucas famílias do Polo Geraldo Fleming foram contempladas^{33/}. Antes de assentadas, grande parte das famílias tinha acesso aos serviços de iluminação pública, especialmente aquelas residentes nas áreas urbanas (72,34% PA Geraldo Mesquita e 48,84% PA Geraldo Fleming). Nas antigas moradias em bairros periféricos das cidades do Acre, o acesso à energia residencial para a grande maioria das famílias pesquisadas se dava pelos meios legais (padrões). Mas um percentual de 6,38% de famílias do Polo Geraldo Mesquita e 2,33% do Polo Geraldo Fleming tinha acesso ao serviço por meios ilegais. Para os que viviam em localidades rurais, não havia o fornecimento público de energia elétrica, com exceção para os casos de algumas famílias que utilizavam gerador de energia. Depois de assentados nos Polos, a grande maioria dos entrevistados afirmou ter acesso regular aos serviços; porém, foram detectadas na pesquisa famílias que disseram não possuir esses serviços públicos de energia elétrica e, para acessá-los, recorreram às práticas ilegais, o “gato”. Em relação à iluminação pública, todos os

^{33/} Foram beneficiadas com pavimentação as famílias que residem às margens da rodovia estadual que liga os municípios de Rio Branco e Porto Acre.

Tabela 15 – Composição de infraestrutura nos Polos

Componentes Analíticos	Polo Geraldo Mesquita		Polo Geraldo Fleming	
	Situação Anterior	Situação no Polo	Situação Anterior	Situação no Polo
Serviços Disponíveis*	%	%	%	%
Energia elétrica	80,85	59,57	83,72	95,35
Abastecimento de água	76,60	89,36	86,05	48,84
Rede de esgoto	27,66	-	34,88	-
Telefonia	38,30	12,77	9,30	-
Coleta de lixo	53,19	-	48,84	-
Pavimentação de vias	40,43	-	48,84	23,26
Serviços de Energia	%	%	%	%
Gambiarra ^{34/}	6,38	10,64	2,33	4,65
Padrão	74,47	89,36	79,07	95,35
Gerador	2,13	-	2,33	-
Sem fornecimento	17,02	-	16,28	-
Iluminação Pública	%	%	%	%
Sim	72,34	17,50	48,84	53,49
Não	27,66	82,50	51,16	46,51
Abastecimento de Água*	%	%	%	%
Saerb/Deas/Sanacre	47,37	21,82	31,48	-
Busca no vizinho	5,26	5,45	1,85	22,22
Compra	7,02	10,91	1,85	6,67
Igarapé	8,77	-	3,70	-
Vertente/poço	31,58	40,00	44,44	22,22
Açude	-	21,82	16,67	48,89
Consumo de Água*	%	%	%	%
Clorada	28,57	59,32	34,62	56,14
Coadá	8,93	5,08	7,69	12,28
Compra água mineral	1,79	11,86	5,77	5,26
Decantada	1,79	3,39	1,92	-
Fervida	3,57	-	1,92	5,26
Filtrada	28,57	13,56	17,31	12,28
Sem tratamento	26,79	6,78	30,77	8,77
Vias de Acesso	%	%	%	%
Asfaltada em boas condições	19,15	-	30,23	13,95
Asfaltada, mas com buracos	10,64	-	4,65	2,33
Tijolos	4,26	-	4,65	-
Piçarra	6,38	-	4,65	6,98
Barro	59,57	100	51,16	76,74
Via fluvial	-	-	4,65	-

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinal convencional utilizados: - informação não mencionada na entrevista.

moradores afirmaram pagar a taxa de iluminação, porém, uma parte significativa dos entrevistados afirmou não usufruir destes serviços (82,50% PA Geraldo Mesquita e 46,51% PA Geraldo Fleming).

Quando analisamos os dados das condições de abastecimento de água (Tabela 15), observamos que, antes de habitar os Polos, as famílias que residiam na cidade,

^{34/} Nomenclatura regionalmente utilizada para designar que as instalações elétricas de uma residência são clandestinas.

tinham como formas de abastecimento os serviços oferecidos pela rede pública^{35/}. Em alguns casos, verificou-se a ocorrência de compra de água para o consumo ou preparo de alimentos; para outros usos (lavar utensílios domésticos), recorriam aos vizinhos. Depois de assentadas, uma parte das famílias do Polo Geraldo Mesquita disse raramente utilizar os serviços públicos de abastecimento. De um modo geral, as famílias residentes nos Polos declararam haver problemas para o abastecimento de água e que a água de que dispunham não era adequada ao consumo humano. Para o abastecimento das suas residências, as alternativas mais usuais em ambos os Polos foram o uso de vertentes (ou poços) e açudes. Em muitos casos, as famílias recorriam aos vizinhos para poder ter acesso à água. Tal evento se dava desde o uso do banheiro para higiene pessoal, como doação de água, que era transportada em baldes e vasilhas para usar no preparo de alimentos, tal como foi verificado no Polo Geraldo Fleming.

Em relação às formas de utilização da água para o consumo humano, os dados apontaram que nos dois PAs pesquisados, após a instalação das famílias, houve um significativo aumento quanto aos cuidados de tratamento com a água (Tabela 15). Isso porque, atualmente, as fontes principais de abastecimento eram açudes, os quais requerem dos moradores um contínuo e adequado tratamento para possibilitar as devidas condições para o consumo humano. Esse comportamento era diferente quando estas famílias residiam na cidade e não tratavam a água por acreditar que ela já havia passado por este processo de tratamento ao ser fornecida pela rede pública de abastecimento. Atualmente, 6,78% das famílias residentes no Polo Geraldo Mesquita e 8,77% do Polo Geraldo Fleming admitiram não tratar a água consumida, pois, segundo elas, ‘confiam na procedência da água que é comprada ou oriunda de alguns poços existentes em seus lotes’. As fotos (Foto 4) abaixo ilustram os açudes e poços que abastecem de água as famílias residentes nos PAs pesquisados.

Quando analisamos as condições estruturais das vias de acesso, a maioria dos moradores respondeu que os antigos locais de residência não possuíam pavimentação. No entanto, disseram que as vias de acesso para as antigas moradias eram, para a maioria, mais bem estruturadas. Já após o assentamento, a totalidade dos moradores entrevistados no Polo Geraldo Mesquita reclamou das vias de acesso que eram estradas de chão, como ilustra as fotos seguintes (Foto 5), e em época de chuva se tornavam

^{35/} Os serviços públicos de abastecimento oferecidos eram: Companhia de Saneamento do Estado do Acre (SANACRE) que posteriormente, a nível estadual passou a se chamar Departamento de Água e Saneamento do Acre (DEAS) e posteriormente, foi municipalizada, chamando-se Sistema de Água e Esgoto de Rio Branco (SAERB).



Fonte: foto do autor, 2007.

Foto 4 – Açudes e poços utilizados pelas pessoas dos Polos para uso da água para o consumo e banho.



Fonte: foto do autor, 2007.

Foto 5 – Ramais que interligam os Polos às estradas principais

intransitáveis devido ao barro que se formava. No Polo Geraldo Fleming, a maioria das famílias assentadas também afirmou que as vias internas do Polo estão nestas mesmas condições, com exceção de dez famílias (23,26%), que se mostraram satisfeitas com as condições das vias de acesso, devido ao fato de terem sido contempladas com lotes às margens da estrada pavimentada que liga a cidade de Rio Branco a Porto Acre.

Para Sen (2000), a privação de liberdade pode se dar pela ausência de oportunidades que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam, dentre elas, viver num local com a disponibilidade mínima de serviços sociais básicos, como é o caso das condições estruturais. Os dados contidos na Tabela 15, bem como a observação empírica verificada no decorrer da pesquisa, apontaram para a realidade de que, ao longo dos anos, não houve, por parte do poder público, investimentos efetivos na infraestrutura dos Polos.

A ausência de alguns serviços e da infraestrutura foi um fator de grande influência na análise relativa às percepções dos moradores dos Polos (Tabela 16). Foi detectado que 38,38% das percepções dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 34,43% dos entrevistados do Polo Geraldo Fleming manifestaram como principais necessidades de atenção, aquelas concernentes aos serviços estruturais na residência que, segundo eles, encontravam-se em estado de precariedade. Na fala dos moradores, destacou-se grande preocupação com a ausência de iluminação pública (apesar de existir a cobrança das taxas) e com a energia ‘fraca’ disponível nas residências (o que impedia a utilização de equipamentos mais potentes) e com a precariedade nos atendimentos aos serviços de abastecimento de água encanada e inexistência de tratamento do esgoto.

“Num tem iluminação pública, a gente paga na conta, mas nos postes num tem a luz. É perigoso andar nesses ramal à noite, sem luz aí. Num tem segurança. Deus me defenda!” (Entrevistado 12, PA Geraldo Mesquita)

“A energia é muito fraca (nas casas), a gente quer ligar um motor, uma bomba, aí num dá. Tem que usar um aparelho (eletrodoméstico) e depois o outros, porque os dois de uma vez num dá. A água é muito difícil, nem todo mundo tem pra beber, tem que puxar na bomba de um poço aí. Aqui não tem água encanada.” (Entrevistado 7, PA Geraldo Fleming)

“O maior problema é água. A Prefeitura já veio aqui fazer açudagem, mas num deu jeito. Em vista do que era antes, aqui já melhorou muito.” (Entrevistado 47, PA Geraldo Mesquita)

A pesquisa revelou que um menor percentual de famílias, basicamente oriundas do meio rural e que outrora não dispunha de nenhum tipo de serviços estruturais (4,04% no Polo Geraldo Mesquita e 9,84% do Polo Geraldo Fleming) manifestou satisfação

Tabela 16 – Percepções sobre as condições de infraestrutura nos Polos

Percepções Relativas à Infraestrutura	Incidência da Categoria Geraldo Mesquita	Incidência da Categoria Geraldo Fleming
	Valor relativo (%)	Valor relativo (%)
Apresentaram preocupação com a precariedade nos serviços estruturais na residência	38,38	34,43
Apresentação do sentimento de satisfação com o acesso à energia elétrica e infraestrutura no Polo	4,04	9,84
Preocupam-se com a precariedade das vias de acesso ao Polo	44,41	44,26
Apresentaram preocupação com a necessidade de segurança no Polo	12,12	1,64
Necessidade de comunicação por meio de telefonia pública/residencial	1,01	9,84

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

com a infraestrutura disponível, sobretudo com o fato de haver oferta de serviços de energia elétrica no Polo, mesmo que pouco potente.

“É bom porque tem energia. Isso é o necessário, quando nós chegamos num tinha isso. Hoje tem e dá grande ajuda.” (Entrevistado 8, PA Geraldo Fleming)

“A vantagem é que ainda tem energia nas casas, fraca mais tem.” (Entrevistado 29, PA Geraldo Mesquita)

“Em vista do que era antes, aqui já melhorou muito. Não adianta só reclamar, tem que ver que já tamos perto da cidade, tem energia, né?” (Entrevistado 47, PA Geraldo Mesquita)

A preocupação com a precariedade estrutural das vias de acesso de ambos os Polos foi o sentimento mais presente nas falas dos entrevistados. Segundo os moradores, no período chuvoso, as condições precárias de tráfego geram o isolamento dos moradores e prejuízo no acesso aos serviços de transporte nos Polos o, que, por sua vez, afeta os serviços importantes como a coleta de lixo, segurança, emergência, escoamento da produção e na trafegabilidade interna. Na época de verão, o tráfego fica melhor, mas, segundo os moradores, a forte poeira nessa época causa transtornos na limpeza das casas e, sobretudo, problemas de saúde, como gripes e outros problemas respiratórios. Na opinião dos entrevistados (44,41% PA Geraldo Mesquita e 44,46% PA Geraldo Fleming), o asfaltamento das vias resolveria estes problemas, melhorando significativamente as condições de vida dos assentados em termos de transporte e de saúde dos assentados. Tais impressões puderam ser percebidas nas falas a seguir.

“Porque se tivesse o asfalto, né? Tinha ônibus aí, oh! Ficava melhor pra nós, a gente pegava ônibus aí. E os meninos que vão pro colégio? Tudo bem que vem de bicicleta, mas se tivesse um transporte, seria melhor.” (Entrevistado 3, PA Geraldo Mesquita)

“Por não ter um ramal que preste o ano todo, falta ônibus aqui. No inverno, a polícia não pode entrar. No verão, é muita poeira e os meninos ficam doentes com uma gripe doída.” (Entrevistado 25, PA Geraldo Mesquita)

“No verão é bom, tirando a poeira. No inverno é uma lama doída, já cheguei a tirar a produção nas carroças de boi, junto com os vizinhos.” (Entrevistado 21, PA Geraldo Fleming)

Outra percepção verificada nas falas dos entrevistados foi a preocupação com a necessidade de maior segurança nos PAs, para alguns moradores, poderia ser resolvido com a instalação de postos policiais e rondas contínuas na localidade. Estas preocupações estiveram mais evidentes no PA Geraldo Mesquita (12,12% das falas), devido ao fato de este assentamento estar mais próximo das malhas urbanas, áreas consideradas mais violentas (conforme atesta a ocorrência de alguns assaltos no Polo). Tais eventos apontaram para uma demanda maior para os cuidados com a segurança nesta localidade.

“Porque falta luz nos postes, é muito escuro, é muito perigoso porque é cheio de ‘marginal’ à noite. Quando chego à noite, meu marido vai me buscar na rua.” (Entrevistado 30, PA Geraldo Mesquita)

“O ramal deveria ser asfaltado e devia ter luz nos poste, porque sem luz fica aí tudo absoluto pros marginal atacar as casa e quem passa nas rua.” (Entrevistado 17, PA Geraldo Mesquita)

A necessidade de melhoria dos serviços de infraestrutura, por meio da implantação de telefonia pública ou residencial, também foi verificada nas falas dos entrevistados. Esta percepção teve baixa incidência no Polo Geraldo Mesquita, pois lá existe cobertura para telefonia móvel e telefones públicos distribuídos nos bairros adjacentes, bem como na Agroindústria que fica localizada no interior do Polo. Por causa da ausência destes serviços no Polo Geraldo Fleming, estas percepções tiveram maior incidência nas falas dos entrevistados. Nesse Polo não há cobertura para telefonia móvel e apesar de existirem postes e condições para implantar a telefonia fixa, tais serviços também inexistem. Diante disso, o desejo por comunicação alcançou o percentual de 9,84% das percepções dos entrevistados no Polo Geraldo Fleming.

“Ô menino, pra mim é ruim, oh? Num tem rede de telefone, a gente quer saber como tá a família da gente na rua e num tem como, nem celular aqui pega, olha o seu aí pra tu ver!” (Entrevistado 6, PA Geraldo Fleming)

“Se der uma chuvinha, nem sapo sai. Se passar mal à noite, morre aqui no Polo e num tem como ir pro Hospital, nem como chamar ajuda, porque não

tem linha de telefone e celular num pega.” (Entrevistado 17, PA Geraldo Fleming)

“Tem que colocar uma rede de telefone nas casas ou orelhão em alguns lugares. Às vezes pode ter alguém passando mal, uma queimada, um assalto e nem tem como chamar polícia, bombeiro ou ambulância.” (Entrevistado 33, PA Geraldo Fleming)

Finalizando, os assentados fizeram uma avaliação das suas condições de infraestrutura a partir de uma escala com níveis diferenciados de satisfação (Gráficos 5 e 6). Em ambos os Polos, a maior parte dos entrevistados foi taxativa em avaliar suas condições como “ruins” (66% dos residentes no PA Geraldo Mesquita e 63% do PA Geraldo Fleming). Segundo eles, a precariedade dos ramais (vias de acesso aos Polos) é o principal responsável pela situação de isolamento da comunidade, promovendo dificuldades que contribuem decisivamente para inviabilizar o escoamento da produção no período invernos, o uso de transporte público, a coleta de lixo, o transporte escolar e as rondas policiais ou emergenciais (ambulâncias). Paralelamente a isso, há falta de água tratada, esgoto, telefonia e iluminação pública. Dentre os que consideraram as condições de infra-estrutura do Polo como “médias” (28% dos entrevistados do PA Geraldo Mesquita e 23% do PA Geraldo Fleming), justificaram essa avaliação devido à existência dos serviços de energia elétrica nas residências (mesmo com potência baixa) e dos serviços de manutenção anuais que a Prefeitura executa nos ramais, tais como de terraplanagem que visam à compactação do solo e melhoria do tráfego. Na sequência, vem a avaliação da infra-estrutura como “boa e ótima”. Nesta avaliação, incluem-se todas as famílias que dispõem de água encanada ou vertente, as que residem às margens de vias asfaltadas ou as que usufruem de algum serviço de telefonia móvel.

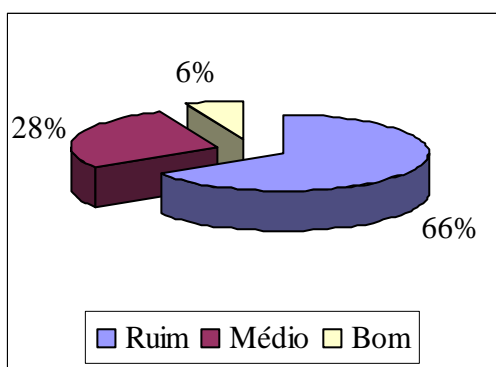


Gráfico 5 – Avaliação de infraestrutura no Polo Geraldo Mesquita.

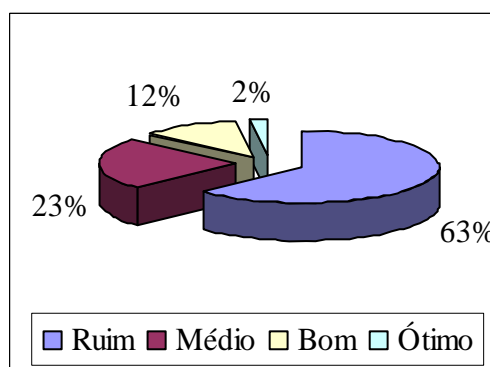


Gráfico 6 – Avaliação de infraestrutura no Polo Geraldo Fleming.

A exposição dos dados da pesquisa e das falas das famílias assentadas mostrou que alguns serviços de infraestrutura estão sendo disponibilizados nos Polos, como é o caso da açudagem, que ameniza a falta de água, e da terraplenagem, que melhora as condições dos ramais. Mas, segundo as famílias entrevistadas, a necessidade de implantação de serviços básicos de infraestrutura em ambos os Polos - saneamento básico, coleta de lixo e pavimentação - foi a que mais contribuiu para avaliação negativa em relação a estes serviços. No caso dos serviços já disponíveis (energia elétrica), requer-se melhoria em suas condições, especialmente no que tange à iluminação pública.

4.2.1.3. Condições de saúde

No senso comum, a saúde é o estado de bem-estar físico, mental e social, sendo um dos principais direitos sociais que o Estado deve disponibilizar para os cidadãos. No caso dos serviços de saúde pública, Leavel e Clark (1976), *apud* ROUQUAYROL (2008, p. 1) apontam o seguinte conceito:

“é a ciência e a arte de evitar doenças, prolongar a vida e desenvolver a saúde física e mental e a eficiência, por meio de esforços organizados da comunidade, para o saneamento do meio ambiente, o controle de infecções na comunidade, a organização de serviços médicos e paramédicos para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo de doenças e o aperfeiçoamento da máquina social que irá assegurar a cada indivíduo, dentro da comunidade, um padrão de vida adequado à manutenção da saúde”.

Para Sen (2000), a saúde é um dos serviços sociais vitais, pois entre outras coisas, dá a capacidade fundamental para que o indivíduo escape da morte prematura.

Analisando o comportamento dos moradores em relação às unidades de saúde procuradas e ao tipo de atendimento realizado nestas unidades, percebemos que não houve mudanças em ambos os períodos analisados, pois muitos dos hábitos e atitudes verificadas antes de ir morar no Polo se repetiam após a instalação das famílias no assentamento. Algumas destas informações podem ser constatadas na Tabela 17.

Nos Polos não existem unidades de saúde para atendimento dos moradores. Por causa disso, as famílias buscavam na cidade o atendimento realizado em postos de saúde, pronto socorro e, dependendo do caso, recorriam à automedicação. Grande parte das famílias pesquisadas declarou ter recebido algum atendimento de profissionais da área médica (médicos ou enfermeiros), declarando-se satisfeitas com esse atendimento.

Tabela 17 – Dimensões de saúde nos Polos

Componentes Analíticos das Condições de Saúde	Polo Geraldo Mesquita		Polo Geraldo Fleming	
	Situação Anterior	Situação no Polo	Situação Anterior	Situação no Polo
Unidades Procuradas*	%	%	%	%
Farmácia	2,13	2,13	6,98	2,33
Automedicação	6,38	14,89	9,30	18,60
Plano de saúde	4,26	6,38	2,33	2,33
Posto de saúde	51,06	51,06	65,12	51,16
Pronto socorro	44,68	46,81	41,86	58,14
Curandeiro	2,13	2,13	4,65	2,33
Forma de Atendimento*	%	%	%	%
Auxiliar de enfermagem	3,57	1,43	13,75	23,91
Enfermeiro	21,43	15,71	22,5	32,61
Médico	44,64	27,14	37,5	43,48
Agente de saúde	30,36	55,71	26,25	-
Enfermidades Comuns*	%	%	%	%
Dengue	10,64	4,26	32,56	18,60
Diarreia	10,64	17,02	41,86	18,60
Fraturas	4,26	8,51	25,58	6,98
Gripe	59,57	65,96	90,70	79,07
Hepatite	4,26	6,38	13,95	6,98
Malária	21,28	4,26	41,86	4,65
Pneumonia	4,26	8,51	16,28	6,98
Verminoses	10,64	6,38	25,58	13,95
Medicamentos Usados*	%	%	%	%
Farmacêutico	63,83	42,55	62,79	44,19
Fitoterápico	34,04	51,06	32,56	46,51
Ambos os tipos	2,13	6,38	4,65	9,30
Enfermidades Crônicas	%	%	%	%
Asma	2,13	4,26	4,65	4,65
Câncer	2,13	2,13	-	2,33
Diabetes	-	6,38	4,65	11,63
Hanseníase	2,13	2,13	2,33	4,65
Hipertensão	2,13	19,15	4,65	11,63
Osteoporose	-	4,26	-	2,33
Úlcera	4,26	-	4,65	4,65
Epilepsia	-	2,13	-	-
Necessidades Especiais	%	%	%	%
Física	2,13	-	4,65	2,33
Mental	4,26	4,26	4,65	2,33
Auditiva	2,13	2,13	-	2,33
Visual	2,13	4,26	2,33	4,65
Mutilação (Hanseníase)	-	-	-	2,33
Faz Tratamento Específico	%	%	%	%
Sim	80	80	40	16,67
Não	20	20	60	83,33

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: * componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado; e - informação não mencionada na entrevista.

Convém destacar que o Polo Geraldo Mesquita conta com o trabalho preventivo de saúde realizado por um agente, que realizou algum tipo de atendimento mensal para 55,71% dos entrevistados. Não houve citação de atendimento no Polo Geraldo Fleming, pois, segundo os moradores, ainda não há disponibilidade deste tipo de serviço no Polo. Perguntados sobre os medicamentos mais utilizados quando doentes, antes de residir no assentamento, a maioria dos moradores de ambos os Polos afirmou que recorria aos medicamentos farmacêuticos para automedicação. Já no assentamento, este comportamento se inverteu, e a maioria das famílias passou a fazer uso de fitoterapia, ou seja, tratamento de doenças por meio do uso de plantas, como é o caso de chás de cidreira, hortelã, “capim santo”, mastruz, folhas de laranjeira etc.

Quando analisamos os dados relativos às doenças comuns e crônicas, percebemos que, em relação às enfermidades comuns, a vida no Polo mostrou ser para estas famílias mais saudável, quando comparada ao período anterior ao assentamento, pois se percebeu uma redução em boa parte delas de situação que se inverte quando analisamos as enfermidades crônicas. Dentre as doenças comuns, ficou evidenciado que nos Polos existe uma significativa incidência de doenças respiratórias, viroses e dengue; já no caso das doenças crônicas, as mais verificadas foram a asma, o diabetes e a hipertensão. Essas doenças exigem uma série de acompanhamentos e cuidados públicos e pessoais para que os residentes dos Polos tenham uma vida mais saudável, acompanhamento que existe atualmente para os moradores do Polo Geraldo Mesquita por meio do trabalho preventivo realizado por um agente de saúde, mas não existe atualmente no Polo Geraldo Fleming.

Os dados da Tabela 17 apontam que 10,64% das famílias entrevistadas no Polo Geraldo Mesquita possuem membros portadores de algum tipo de necessidades especiais, percentual igual ao verificado antes de residir no Polo. No caso do Polo Geraldo Fleming, este percentual aumentou de 11,63% para 13,95%. Destacamos que 80% dos portadores de necessidades especiais dos Polos Geraldo Mesquita fazem algum tipo de tratamento específico, situação inalterada quando comparada ao período anterior ao assentamento. Segundo as famílias entrevistadas, a vinda para o Polo não interrompeu o tratamento, dada a sua proximidade da malha urbana, fato que facilitou o acesso aos postos de saúde. Tal situação não foi verificada no Polo Geraldo Fleming, cujas famílias tinham procedência do meio rural. Segundo elas, nas antigas localidades não era possível ter acesso aos serviços de saúde na cidade. Após se mudarem para o Polo, a principal dificuldade foi a falta de transporte adequado, pois a distância de 19

km da cidade de Rio Branco e a falta de transporte dificultam a sequência de tratamento e como não há postos e nem hospitais nas proximidades, o tratamento se torna inviabilizado, abrangendo 83,33% das famílias com portadores de necessidades especiais.

A análise do atendimento à saúde pelos residentes nos Polos evidenciou grande preocupação das famílias com a ausência de unidades de saúde e com o fato de as campanhas de saúde raramente acontecerem no Polo (Tabela 18). Esse fato levava as famílias a buscar atendimento noutras localidades e a reforçar, nas suas falas, a necessidade de implantação de unidades de saúde no Polo com prestação de serviços de boa qualidade. Esta percepção teve maior expressividade nas falas das famílias que residiam no Polo Geraldo Fleming.

“Pra mim, aqui tá ruim, pelo fato de não ter posto de saúde aqui no Polo, porque nós gastamos muito dinheiro com passagem de ônibus para se consultar no Posto Barral e Barral. Se tivesse um posto aqui dentro, num teria essa luta toda, né? Me diz o senhor, que é um rapaz estudado, porque nunca se interessaram de colocar um Posto aqui dentro, hein?” (Entrevistado 20, PA Geraldo Mesquita)

“Às vezes divulgam a vacina. Mas eu acho que ao invés de ir chamar a população para se vacinar, os médicos deveriam ir até as casas para ficar mais prático. Aí saberia o problema de saúde de cada um. Seria bom se tivesse um posto de saúde aqui.” (Entrevistado 20, PA Geraldo Fleming)

“O serviço de saúde não está bom em lugar nenhum. Construir um posto de saúde seria uma pretensão impossível, é querer demais! De nada adianta ter um Posto aqui se não houver médicos, remédios, enfermeiros e um bom atendimento. Ter, por ter, num adianta! Agora se for pra ter um negócio bom, aí sim, vale a pena.” (Entrevistado 24, PA Geraldo Mesquita)

Tabela 18 – Percepções sobre os serviços de saúde

Percepções relativas aos Serviços Saúde	Incidência da Categoria Geraldo Mesquita	Incidência da Categoria Geraldo Fleming
	Valor relativo (%)	Valor relativo (%)
Apontaram preocupação com a ausência de unidades de saúde, valorizando a necessidade de implantação de serviços de qualidade no Polo	55,41	91,11
Apresentaram preocupação com transtornos advindos da busca de serviços de saúde fora do Polo	18,92	4,44
Indiferença quanto aos serviços de saúde.	2,70	4,44
Reconhecem a qualidade dos serviços prestados pelo Agente de Saúde	22,97	-

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinal convencional utilizado: - informação não mencionada na entrevista.

Na preocupação manifestada com a falta de atendimento de saúde nos Polos, as famílias revelaram os transtornos advindos na busca de serviços de saúde fora do Polo, como o fato de ter que, em caso de necessidade, de sair de madrugada em busca de atendimento, a ocorrência de despesas com transporte e o mau atendimento desses serviços.

“Aqui precisava pelo menos de um Posto de Saúde, porque sou hipertensa. Tenho que ter acompanhamento pelo menos de 3 em 3 meses. Além disso, no posto do Calafate, tem que sair de madrugada pra pegar a ficha de manhã, e ser atendido só à tarde.” (Entrevistado 28, PA Geraldo Mesquita)

“Aqui dentro nem tem serviço de saúde, às vezes é que tem ali no outro Polo uma vacinação, um atendimento, aí que nós vamos pra lá. Precisava aqui é de um Posto, com remédio e pelo menos um médico. Pra você ter ideia, a gente vai num posto, o médico dá a receita, aí a gente fica andando pra cima e pra baixo, pra ver se pega remédio.” (Entrevistado 5, PA Geraldo Fleming)

“Às vezes passam remédio que não tem no posto e também não é sempre que tenho dinheiro pra ir na cidade.” (Entrevistado 11, PA Geraldo Fleming)

Uma parcela de 22,97% dos moradores do Polo Geraldo Mesquita demonstrou em suas falas um reconhecimento quanto à qualidade dos serviços prestados pelo Agente de Saúde, enaltecendo a importância do trabalho dele como fundamental para as prevenções de doenças, ressaltando o fato de ele ser da comunidade e conhecer a realidade ali vivenciada. No entanto, essa avaliação não esteve presente nas falas dos moradores do Polo Geraldo Fleming, porque, segundo eles, “não existe no Polo nenhum agente de saúde trabalhando”.

“Pelo menos da parte do agente que tá aí, é um rapaz muito competente. Ele entra aqui, agenda, faz um bocadinho de coisas. Mas falta médico, porque ele só tem capacidade pra agendar 10 fichas. Aí quando tem que ir, você tem que acordar 6 horas da manhã pra conseguir pegar uma ficha. Mais isso num é só aqui não, é em todo canto, né?” (Entrevistado 7, PA Geraldo Mesquita)

“Só um agente de saúde pra visitar todas as casas medindo pressão, pesando menino, dar cloro... muita coisa pra um homem só.” (Entrevistado 17, PA Geraldo Mesquita)

“Não aparece médico e nem agente de saúde aqui.” (Entrevistado 35, PA Geraldo Fleming)

A seguir, foi exposta uma avaliação das famílias pesquisadas quanto à qualidade dos serviços de saúde no Polo (Gráficos 7 e 8). Os gráficos mostram que, em ambos os Polos, a avaliação para os serviços de saúde seguia a mesma ordem de classificação. A ampla maioria dos moradores de ambos os Polos avaliou os serviços de saúde como “ruins” (62% dos entrevistados do PA Geraldo Mesquita e 69% do PA Geraldo Fleming), justificando sua avaliação na inexistência de unidades de saúde nos Polos,

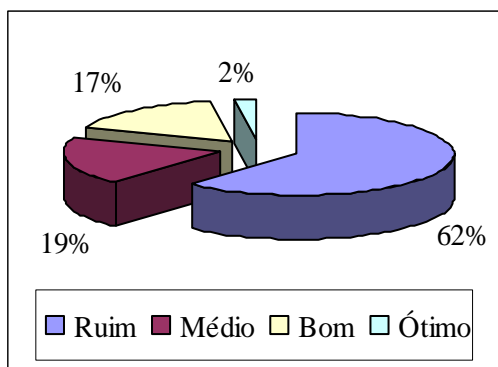


Gráfico 7 – Avaliação dos serviços de saúde no Polo Geraldo Mesquita.

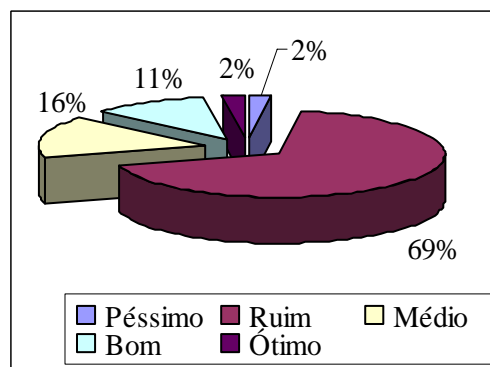


Gráfico 8 – Avaliação dos serviços de saúde no Polo Geraldo Fleming.

nos maus atendimentos e transtornos que, segundo eles, significa a busca de unidades de saúde na cidade. Avaliaram como “médio”, “bom” e “ótimo” aqueles entrevistados que, mesmo não usufruindo dos serviços de saúde no Polo, buscaram tal atendimento nas cidades, participavam de campanhas de saúde em localidades próximas a estes Polos e, no caso dos residentes do Polo Geraldo Mesquita, aqueles que recebiam acompanhamento de um agente de saúde.

4.2.1.4. Condições educacionais

Os direitos sociais básicos se complementam e podem propiciar melhorias substanciais no nível de vida das pessoas, sobretudo o acesso ao conhecimento por meio da educação. Segundo Barros *et al.* (2003), este acesso ao conhecimento se constitui num importante mecanismo para a satisfação das necessidades de um indivíduo e para a melhoria da sua qualificação profissional.

Para Sen (2000), a educação corresponde a uma disposição social capaz de expandir as liberdades que tornam os indivíduos seres sociais mais completos com capacidade de influir e interagir com o mundo em que vivem. A análise da composição educacional dos Polos nos permite observar que, à época desta pesquisa, a grande maioria dos habitantes de ambos os assentamentos estava inserida nos níveis de ensino fundamental e médio que, somados, representam 77,58% dos residentes pesquisados no Polo Geraldo Mesquita e 69,11% no Polo Geraldo Fleming. A pesquisa mostrou que, na situação atual, um percentual considerável das pessoas residentes nos Polos não estava estudando. Segundo eles, os principais motivos que justificavam o afastamento da

escola eram: o trabalho, a idade avançada para estudar na mesma sala com pessoas mais jovens, a inexistência de séries mais avançadas e o cuidado dos filhos pequenos (Tabela 19).

Tabela 19 – Distribuição educacional nos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming

Composição Educacional	Polo Geraldo Mesquita	Polo Geraldo Fleming
Escolaridade*	%	%
Fora da idade escolar	7,17	11,52
Analfabetos	10,76	16,75
Pré-escola	3,14	-
Ensino fundamental	51,12	51,83
Ensino médio	26,46	17,28
Ensino superior	1,35	2,62
Ainda Estuda?	%	%
Sim	39,46	41,36
Não	60,54	58,64
Motivos de Pausa nos Estudos*	%	%
Começou, mas desistiu	7,89	1,20
Não existe continuidade dos estudos	10,53	10,84
Considera-se fora da idade escolar	30,70	26,51
Motivos de trabalho	31,58	31,33
Dificuldade de acesso	8,77	7,23
Tem filhos pequenos	8,77	12,05
Problemas de saúde	1,75	10,84

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: - informação não mencionada na entrevista; e * componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

Em relação às condições de ensino anterior à chegada nos Polos, os estudantes tinham acesso a escolas de nível fundamental e médio na própria localidade em que residiam. A proximidade permitia que a maioria se deslocasse da casa para a escola, a pé. Aqueles que residiam mais afastados, utilizavam transportes coletivos ou alugavam transportes escolares. Morando no Polo Geraldo Fleming, as famílias não tinham acesso a nenhuma escola. Já no Polo Geraldo Mesquita, existia uma escola que oferecia ensino fundamental da 1^a à 4^a série do ensino primário, ficando ausentes as demais séries. Por causa dessa deficiência, a maioria dos estudantes dos Polos busca escolas noutras localidades, cujas demandas principais eram as pré-escolas e escolas que dessem continuidade ao ensino fundamental (5^a a 8^a séries) e ensino médio. Por causa da maior proximidade do Polo Geraldo Mesquita à área urbana, os estudantes podiam ir às aulas caminhando, de bicicleta carro ou moto. No entanto, segundo os moradores, as más

condições das vias, como também as condições climáticas, ofereciam dificuldades^{36/} diárias para a frequência dos alunos à escola. Já os estudantes do Polo Geraldo Fleming tinham à sua disposição um ônibus escolar para ir do Polo à escola. No entanto, o deslocamento de suas casas até o ponto de ônibus tinha que ser feito diariamente a pé, um trajeto cuja média varia de 2 a 2,5 km. De ônibus, os alunos seguem para a escola que fica a uma distância média de 10 km do Polo. A maioria (80%) dos estudantes utiliza esse transporte coletivo, mas há também os que vão de carro próprio, carona e, em raros casos, de bicicleta. As fotos seguintes comprovam esta realidade.



Fonte: fotos do autor, 2007.

Foto 6 – Jovens dos Polos indo à escola.

Em relação à participação dos entrevistados em cursos de capacitação, a maioria dos entrevistados de ambos os Polos respondeu que, antes de morar nos assentamentos, não havia participado de nenhum tipo de curso de capacitação. Entre aqueles que chegaram a participar, realizaram cursos em áreas não agrícolas, como técnico em informática e enfermagem, culinária, “biscuit”, dentre outros. Porém, após migrar para

^{36/} No inverno os alunos caminham na lama e sob chuva, na estação do verão as dificuldades são poeira e exposição ao sol forte e calor intenso.

os assentamentos, essa participação aumentou consideravelmente, sobretudo em cursos de capacitação técnica na área agrícola com destaque para os cursos de técnicas de plantio, cultivo e criação de pequenos animais e peixes. Em relação aos cursos realizados, o destaque a ser dado é para o fato de que, antes de morar nos assentamentos, a maioria dos entrevistados que estava interessada em realizar tais cursos, tinha que buscá-los em instituições privadas e arcar com as despesas com seus próprios recursos (Tabela 20). Por esta razão, a maioria daqueles que fizeram cursos e arcaram com as despesas, direcionaram os cursos para as áreas de suas preferências e afirmaram ter obtido um bom aproveitamento, posto que foram direcionados para áreas de utilização cotidiana. Já após morar no Polo, a maioria dos entrevistados participou de cursos proporcionados por organização do setor público, cuja fonte de pagamento advinha destas instituições. A maioria das famílias do Polo Geraldo Mesquita (73,53%) afirmou utilizar os conhecimentos aprendidos nas suas atividades cotidianas tanto em relação aos cursos na área agrícola como em relação aos cursos na área não agrícola. Tal situação, no entanto, não foi recorrente em relação a um percentual significativo de moradores do Polo Geraldo Fleming (55%). A grande maioria era formada por esposas ou filhos de agricultores que haviam feito cursos em áreas não agrícolas^{37/}, para os quais não haviam encontrado demanda de aplicabilidade na área dos Polos, pois são cursos de preparação para o desempenho de atividades econômicas de maior absorção no mercado de trabalho das áreas urbanas.

Durante as avaliações das condições educacionais, surgiram, nas falas dos entrevistados, algumas percepções que expressaram as prioridades das famílias sobre a educação (Tabela 21). A percepção mais observada em ambos os Polos foi a manifestação da necessidade de implantar na comunidade uma escola que oferecesse, de preferência, a pré-escola, o ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos, além de cursos de capacitação. Tal como descrevem as falas a seguir:

“Deveria ter até o 2º grau, para as crianças mais tarde não terem que sair daqui pegando sol e chuva.” (Entrevistado 28, PA Geraldo Mesquita)

“O problema é que não tem ensino de 5ª a 8ª e nem o 2º grau. Por isso, os meninos precisam estudar nas escolas do Calafate, muitos deles à noite. Se tivesse aqui, educação pra jovens e adultos, até eu estudava” (Entrevistado 29, PA Geraldo Mesquita)

“Deveria ter uma escola aqui para nossas crianças e num tem, né?” (Entrevistado 31, PA Geraldo Fleming)

^{37/} Dentre os cursos realizados em áreas não agrícola convém citar: empreendedorismo, relações humanas, telefonista, biscuit, costureiras, bijuterias, culinária, massoterapia, salão de beleza, plasticultura, operador de bomba d'água, balconista, técnico em informática, instrutor de futebol.

Tabela 20 – Composição educacional nos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming

Componentes Analíticos	Polo Geraldo Mesquita		Polo Geraldo Fleming	
	Situação Anterior	Situação no Polo	Situação Anterior	Situação no Polo
Procura Ensino Fora?	%	%	%	%
Sim	23,40	78,72	27,91	69,77
Não	76,60	21,28	72,09	30,23
Tipo de Ensino Procurado*	%	%	%	%
Pré-escola	-	14,89	-	-
Ensino fundamental	21,28	51,06	32,56	53,49
Ensino médio	10,64	42,55	13,95	23,26
Ensino superior	-	4,26	-	2,33
Curso técnico	-	2,13	-	2,33
Meio de Transporte Utilizado	%	%	%	%
Bicicleta	-	10,42	-	2,86
Carona com vizinho	-	2,08	-	5,71
Carro/próprio	-	2,08	-	11,43
Moto/própria	-	4,17	-	-
Ônibus	6,67	14,58	5	-
Ônibus escolar	13,33	-	5	80
Caminhando	80	66,67	90	-
Fez Cursos de Qualificação	%	%	%	%
Sim	17,02	72,34	30,23	46,51
Não	82,98	27,66	69,77	53,49
Área de atuação*	%	%	%	%
Agrícola	37,5	73,53	30,77	65
Não agrícola	62,5	52,94	76,92	60
Fonte de Pagamento	%	%	%	%
Recursos próprios	37,5	17,65	38,46	25
Recursos das instituições	62,5	108,82	69,23	100
Utiliza o aprendizado	%	%	%	%
Sim	62,5	73,53	92,31	45
Não	37,5	26,47	7,69	55

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: - informação não mencionada na entrevista; e * componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

Tabela 21 – Percepções sobre educação nos Polos

Percepções Relativas à Avaliação dos Serviços Educacionais	Incidência da Categoria Geraldo Mesquita	Incidência da Categoria Geraldo Fleming
	Valor Relativo (%)	Valor Relativo (%)
Priorizam a instalação de uma Escola no Polo que ofereça todos os níveis de ensino	44,16	36,23
Afirmaram que a estrutura da escola, os fatores climáticos e desgastes no percurso como principais dificuldades dos alunos	38,96	14,49
Relacionaram a qualidade do ensino ao comprometimento dos profissionais	7,79	1,45
Reconhecem o apoio público no transporte escolar	-	5,80

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinal convencional utilizado: - informação não mencionada na entrevista.

As falas revelaram existir preocupações por parte dos entrevistados com relação à qualidade educacional dos filhos que estão em idade escolar, bem como as condições atuais deste ensino. Dentre as principais dificuldades abstraídas das percepções dos entrevistados, foram destacadas as condições estruturais da escola utilizada pelas pessoas da comunidade do Polo Geraldo Mesquita e os elevados índices de desistências ou baixos rendimentos dos estudantes geralmente associados à precária infraestrutura de transporte.

“Falta melhorar a estrutura da escola. Aí é reformar ou fazer outra.”
(Entrevistado 15, PA Geraldo Mesquita)

“As crianças, quando saem da 4ª série, têm que ir pra escola Henrique Lima (Bairro Calafate), e é longe, num tem uma escola aqui dentro, eles vão no sol quente, volta no sol quente, na poeira. A minha menina só vivia com dor de cabeça, pegando sol todo dia.” (Entrevistado 47, PA Geraldo Mesquita)

“Já que num tem escola além da 4ª série, seria bom arrumar um transporte pros meninos estudar na cidade, sem precisar sair nesse sol quente ou na chuva.” (Entrevistado 41, PA Geraldo Mesquita)

“A escola fica no outro Polo, é longe daqui (em média 10 km). Minha filha tem 5 anos começou ir pra aula agora, pra ir se acostumando com escola. Só que é ruim pra ela ir, num tem transporte (até o ponto de ônibus), ela vai num carro de carroceria aí” (Entrevistado 32, PA Geraldo Fleming)

Alguns poucos classificaram o ensino no Polo como de qualidade dados a competência e o comprometimento dos profissionais que trabalham na comunidade. Segundo eles, essas qualidades dos profissionais repercutiram no desempenho dos estudantes, como descrevem as falas abaixo.

“Os professores são competentes não faltam à aula.” (Entrevistado 7. PA Geraldo Mesquita)

“Minhas filhas estudaram aqui no Polo quando eram pequenas, depois foram pra outra escola lá na cidade e nunca ficaram de ano.” (Entrevistado 18. PA Geraldo Mesquita)

Outro tipo de percepção verificada nas falas foi o reconhecimento da importância do apoio público no transporte escolar. Tal percepção só foi verificada no Polo Geraldo Fleming, que é o assentamento que utiliza desse meio de transporte disponibilizado pela Prefeitura. Vale ressaltar que o transporte coletivo não trafega pelos ramais do Polo, mas para em pontos específicos em horário fixo e previamente acertado com a comunidade.

“Mesmo meus filhos estudando fora do Polo, tem um transporte bom pra eles ir (para a escola). A Prefeitura botou um carro bom pra levar eles até a aula.” (Entrevistado 42. PA Geraldo Fleming)

“Só o fato de ter um carro levando esses meninos pra escola, já tá bom demais. Porque sair de pé ou de bicicleta nesse sol é ralado.” (Entrevistado 19. PA Geraldo Fleming)

Essas percepções das condições educacionais nos Polos pesquisados (Gráficos 9 e 10) levaram a grande maioria dos entrevistados a avaliar como “ruim” ou “péssimas”. Aqueles que as avaliaram como “média” ou “boa”, justificaram tal avaliação em função do fato de que, apesar das dificuldades atuais, eles podiam contar com o ensino primário no Polo Geraldo Mesquita e transporte para os estudantes do Polo Geraldo Fleming a custo zero. Alguns entrevistados não possuíam nenhum familiar estudando e, por julgar não precisar de estudo, apresentaram indiferença quanto à situação educacional nos Polos.

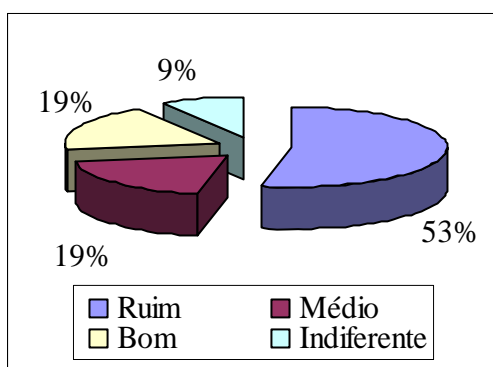


Gráfico 9 – Avaliação da educação no Polo Geraldo Mesquita.

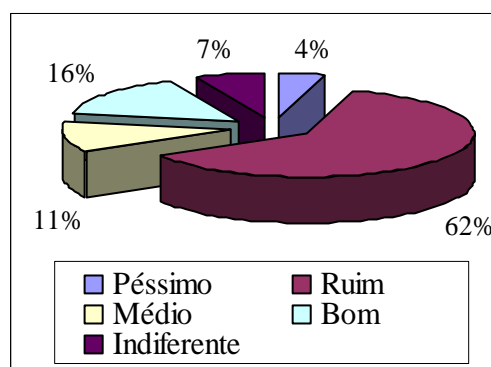


Gráfico 10 – Avaliação da educação no Polo Geraldo Fleming.

A análise dos dados e das falas sobre as condições educacionais das famílias pesquisadas revelou que há um significativo número de pessoas que se consideram fora da idade escolar, analfabetos e até grupos que interromperam seus estudos por diversos motivos. Também foram revelados grupos que estão concluindo o ensino fundamental e demandando pelo ensino médio. Notou-se ainda que existe, por parte dos residentes, um sentimento que denota valorização pela educação, pois estas famílias veem no ensino uma possibilidade efetiva para melhoria de suas condições de vida, o que as estimula a retomar os estudos, caso houvesse oferta em escolas no próprio Polo. Em função disso, elas elencaram como prioridade primordial a instalação dentro do Polo de uma escola de bom padrão e uma estrutura das que existem na cidade e que ofereça todos os níveis de ensino, além de realizar cursos de capacitação tanto em áreas agrícolas como em não-agrícolas. Considerando que os Polos ainda não dispunham destes espaços, a maioria das avaliações sobre as condições educacionais foi “ruim”.

4.2.1.5. Condições de lazer

Apesar de existir subjetividade conceitual de lazer, estaremos tratando esta variável como o uso que as pessoas faziam do tempo livre, ou seja, a realização de atividades que proporcionam bem-estar. Segundo Marcellino (2000, p. 44), os conteúdos culturais do lazer devem abranger “[...] as atividades que buscam o atendimento das necessidades do corpo – conferindo destaque especial às habilidades manuais, da mente, da sensibilidade e da sociabilidade”. Tal exposição nos leva a crer que, mesmo que ocorra predominância de uma área de interesse sobre a outra, os conteúdos não devem ser separados, pois se interligam proporcionando o que se chama de bem-estar.

Quando analisamos as condições de lazer das famílias pesquisadas, observamos que em ambos os Polos, tanto no período anterior aos assentamentos como depois de ser assentada, a maioria das famílias declarou não participar de nenhuma atividade lazer (Tabela 22). Entretanto, quando analisamos aqueles entrevistados que afirmaram participar de alguma atividade, notamos que antes de residir nos assentamentos estas pessoas possuíam algum tipo de espaço destinado ao lazer e desporto. A Tabela 7 evidencia que, antes de morar nos Polos, uma significativa parte destas famílias residia nas cidades onde havia maior disponibilidade destes espaços. Após se transferirem para os Polos, estas opções para uns se extinguíram. Entre os jovens, a alternativa foi utilizar campos de futebol improvisados em terrenos baldios ou casa de vizinhos e, para a maioria dos entrevistados, o lazer se restringiu às participações em eventos religiosos das igrejas evangélicas dentro dos Polos.

As atividades de lazer mais praticadas pelos entrevistados de ambos os Polos nos dois períodos foram as modalidades esportivas, praticadas essencialmente em quadras poliesportivas e campos de futebol; as festas de dança e regionais praticadas em clubes recreativos ou escolas; eventos religiosos praticados nas igrejas; e os passeios em praças e parques. Observa-se que, antes de residir nos Polos, estas famílias não precisavam buscar estes espaços de lazer em localidades distantes de suas residências. Após o assentamento, os integrantes das famílias que tivessem interesse em participar de modalidades esportivas, passeios, festas regionais, tinham que sair do Polo para ter acesso a espaços de lazer. Este comportamento foi bastante significativo no Polo Geraldo Mesquita de maior proximidade do centro urbano de Rio Branco, facilitando o acesso ao lazer fora da localidade. Uma parcela de entrevistados declarou que suas atividades de lazer eram os eventos religiosos disponíveis em igrejas instaladas nos

Tabela 22 – Condições de lazer e esporte nos Polos

Componentes Analíticos sobre Lazer	Polo Geraldo Mesquita		Polo Geraldo Fleming	
	Situação Anterior	Situação no Polo	Situação Anterior	Situação no Polo
Espaços Disponíveis para o Lazer*	%	%	%	%
Campo de futebol	12,77	18,60	17,02	4,65
Igreja	74,47	76,74	74,47	90,70
Nenhum	19,15	27,91	14,89	6,98
Passeio em parques	-	-	4,26	-
Praças	31,91	-	12,77	-
Quadra poliesportiva	40,43	-	23,40	-
Existe Participação em Lazer	%	%	%	%
Sim	29,79	27,66	37,21	18,60
Não	70,21	72,34	62,79	81,40
Atividades Praticadas*	%	%	%	%
Comemorações de datas festivas	-	2,13	4,65	6,98
Eventos religiosos	2,13	-	9,30	4,65
Festas	10,64	8,51	13,95	-
Festas regionais	6,38	2,13	20,93	18,60
Modalidades esportivas	36,17	23,40	30,23	6,98
Ouvir música	-	2,13	6,98	-
Passeio em parques	-	2,13	2,33	-
Visita a familiares	-	2,13	2,33	-
Jogos de mesa	0	4,26	-	2,33
Busca Lazer noutra Local*	%	%	%	%
Sim	44,68	59,57	25,58	41,86
Não	55,32	40,43	74,42	58,14
Locais Demandados*	%	%	%	%
Campos de futebol	2,13	2,13	11,63	6,98
Clubes recreativos	10,64	10,64	4,65	4,65
Quadras poliesportivas	29,79	31,91	9,30	13,95
Igreja	4,26	4,26	6,98	6,98
Parques/praças	8,51	8,51	4,65	4,65

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: - informação não mencionada na entrevista; e * componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

Polos. Para esses residentes, a “migração” não se fazia necessária, posto que já estavam satisfeitos com os cultos e confraternizações religiosas que ocorriam no Polo. Este último grupo era formado, em grande parte, por pessoas de mais idade, que moravam afastadas de espaços de lazer, com maior incidência, no Polo Geraldo Fleming.

Para Souza (1995), no Acre, o lazer é marcado por festividades (preferencialmente, o forró) que enaltecem os momentos de afetividade que resgatam os ritmos e tradição do nordeste. Percebe-se aí a herança cultural legada pelos nordestinos que migraram para a região. Na análise das falas, percebeu-se que a inexistência de espaços de lazer nos Polos (Tabela 23) era um elemento motivador para que algumas pessoas

Tabela 23 – Percepções sobre lazer nos Polos

Percepções relativas aos Serviços de Esporte, Cultura e Lazer	Incidência da Categoria Geraldo Mesquita	Incidência da Categoria Geraldo Fleming
	Valor Relativo (%)	Valor Relativo (%)
Manifestam inexistir espaços de lazer no polo, o que motiva improvisar espaços ou buscar fora do Polo	90,91	82,05
Declararam que as atividades de lazer praticadas no Polo foram oferecidas pelo poder público, instituições religiosas e filantrópicas	4,55	12,82
Apresentaram preocupação com riscos em buscar lazer fora do Polo	4,55	5,13

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

fossem estimuladas a buscar lazer noutras localidades, a criar alternativas de lazer (improvisado) e a sugerir outros espaços ideais de lazer no polo.

“Aqui num tem nada disso, né? Quando quero me divertir, vou na cidade.” (Entrevistado 39, PA Geraldo Mesquita)

“Ainda tem um futebol no lote do vizinho, mas poderia ter mais, como uma quadra de basquete.” (Entrevistado 29, PA Geraldo Mesquita)

“Pros jovens num tem um campo de futebol, pra olhar, jogar... Uma diversão aqui seria bom! Um dominó, um vôlei.” (Entrevistado 31, PA Geraldo Fleming)

“Não existe lazer. Deveria ter aulas de música, dança, praça e algum incentivo pras crianças se dedicar a alguma coisa” (Entrevistado 31, PA Geraldo Mesquita)

Ficou evidenciado que a falta de espaços de lazer nos Polos e a necessidade de buscar lazer fora da comunidade levavam os entrevistados, especialmente os pais, a revelarem um sentimento de preocupação com os perigos e riscos que os filhos corriam quando buscavam lazer noutras localidades.

“Os menino quer jogar uma bola, tem que ir pro outro Polo. Eu fico é preocupada, sabe! Tenho medo da violência. Lá vai gente de todo canto, das fazendas (pra esfaquear um é daqui pra li), também tem o perigo de trânsito nessa estrada.” (Entrevistado 31, PA Geraldo Mesquita)

“Não tem um lugar pras crianças e os jovens se divertirem, precisam sair do Polo até outros lugares e os pais ficam preocupados com a ida, com volta e como eles estão lá.” (Entrevistado 24, PA Geraldo Mesquita)

Por fim, detectou-se nas falas relativas a lazer, a ocorrência de um reconhecimento de que as atividades de lazer existentes nos Polos são oferecidas por instituições religiosas ou filantrópicas.

“Meu lazer é a igreja, lá me sinto bem.” (Entrevistado 17, PA Geraldo Fleming)

“Aqui num tem nada disso. Seria bom se tivesse uma praça, uma quadra, um lugar pra se divertir, passear... Tem o dia das crianças que quem realiza é o pessoal da Maçonaria.” (Entrevistado 15, PA Geraldo Fleming)

Estas percepções influenciaram a avaliação dos entrevistados sobre as condições e disponibilidade de espaços destinados ao esporte, cultura e lazer nos Polos (Gráficos 11 e 12). A ampla maioria dos entrevistados de ambos os assentamentos afirmou que a situação é ruim, pois não existem opções e espaços de lazer no Polo, o que faz com que sobretudo os jovens busquem alternativas de lazer em outras comunidades, expondo-se a perigos no caminho. Entre aqueles que improvisam e usufruem de algumas atividades de lazer, como os campos de futebol, a avaliação foi média. Há que se considerar que boa parte dos entrevistados era formada por participantes de igrejas evangélicas, cujo maior lazer era participar de eventos religiosos nas igrejas dos Polos. Esse público se considerava indiferente ao lazer vinculado à prática de esportes ou a “festas mundanas^{38/}” ou disse que a situação tal como se encontra, sem tais atividades, “está boa”.

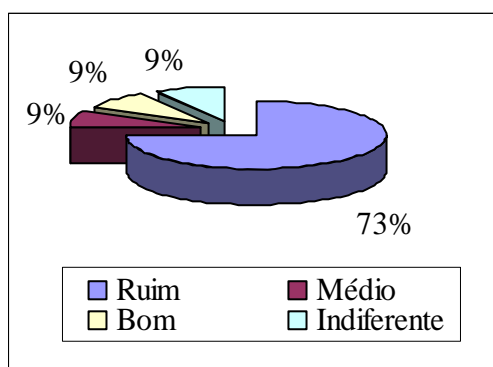


Gráfico 11 – Avaliação do lazer no Polo Geraldo Mesquita.

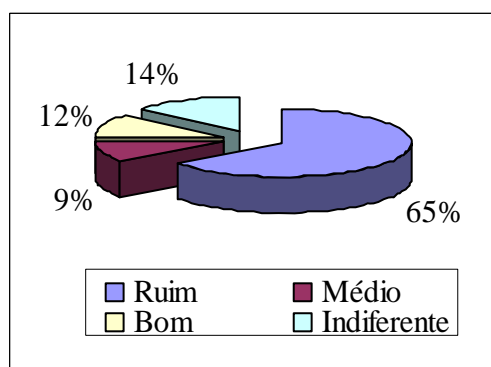


Gráfico 12 – Avaliação do lazer no Polo Geraldo Fleming.

^{38/} Terminologia comumente utilizada pelos evangélicos para designar eventos não religiosos.

4.2.2. Considerações sobre a dimensão ambiental

Nas últimas quatro décadas, a reflexão sobre a questão ambiental vem, a cada dia, ganhando mais notoriedade dados o aumento da poluição, o crescimento da devastação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais, o que, por sua vez, chama a atenção da comunidade internacional para a necessidade de pensar e repensar as ações e seus reflexos sobre o meio ambiente. Segundo Sachs (1986), o ponto de partida para a convivência sadia entre o homem e a natureza exige um planejamento social que reflita sobre os tipos de efeitos cumulativos das ações humanas e os impactos ecológicos que são gerados por estas ações em níveis locais e globais, como é o caso das alterações do clima, cuidados com recursos hídricos e florestais. Diante destas considerações, buscamos averiguar quais as práticas e preocupações dos moradores dos Polos com as questões ambientais, destinação de lixo, dejetos humanos e uso da água.

Para Silveira e Bocayuva (2007), a sustentabilidade no aspecto ambiental em uma dada comunidade ocorre quando existe a preocupação com a preservação dos ecossistemas locais, recuperação de áreas degradadas e manejo dos recursos naturais. Os dados que refletem a situação ambiental de ambos os Polos (Tabela 24) revelaram que a maior parte dos entrevistados tem algum tipo de preocupação com questões ambientais, seja com a preservação de mananciais, poluição do ar, queimadas e derrubadas ou trato com o lixo. Entretanto, não se verificou, por parte delas, uma autocrítica quanto ao reflexo nocivo de algumas de suas ações contra o meio ambiente, tal como veremos a seguir.

Os dados apontaram que, antes de residir nos Polos, a maioria destas famílias era atendida pelo sistema público de coleta domiciliar ou depositava o lixo em algum contêiner destinado para tal fim. No entanto, havia também os que lançavam lixo em vias públicas ou terrenos baldios, representando 8,51% dos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 4,65% no Polo Geraldo Fleming. Aqueles que moravam em áreas mais afastadas que não dispunham de coleta pública, utilizavam a prática de queima ou aterro do lixo. Atualmente, a prática de queima e aterro do lixo foi percebida em ambos os Polos. Os moradores justificam tais práticas pela inexistência de coleta pública, tal como demonstram as fotos abaixo (Foto 7).

Tabela 24 – Aspectos ambientais nos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming

Componentes Analíticos	Situação Anterior	Situação no Polo	Situação Anterior	Situação no Polo
Preocupa-se com Questões Ambientais?	%	%	%	%
Sim	-	97,87	-	97,67
Não	-	2,13	-	2,33
Destinação para o Lixo*	%	%	%	%
Coleta pública domiciliar	51,06	2,13	48,84	-
Enterrado	10,64	19,15	6,98	13,95
Jogado no lixeiro na cidade	4,26	14,89	6,98	-
Jogado em terreno baldio/vias públicas	8,51	8,51	4,65	11,63
Lançado em covas abertas	-	4,26	2,33	2,33
Queimado	31,91	57,45	34,88	86,05
Reutiliza como adubo	-	4,26	-	4,65
Coletado por carro de boi	-	8,51	-	-
Destinação de Dejetos Humanos	%	%	%	%
Céu aberto	10,64	10,64	18,60	16,28
Fossa negra (privada)	53,19	38,30	58,14	60,47
Fossa séptica	36,17	51,06	23,26	23,26
Destino da Água usada em Casa	%	%	%	%
Céu aberto	65,96	65,96	67,44	83,72
Fossa séptica	4,26	25,53	-	16,28
Rede de esgoto	29,79	8,51	32,56	-

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: - informação não mencionada na entrevista; e * componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

Apesar das preocupações manifestadas quanto às questões ambientais (97,87% dos entrevistados no Polo Geraldo Mesquita e 97,67% no Polo Geraldo Fleming), observou-se que, durante os dois períodos analisados, as famílias pesquisadas tinham como prática o lançamento do lixo em vias públicas e terrenos baldios (Tabela 24). A despeito dessas atitudes, 43,48% dos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 34,78% no Polo Geraldo Fleming apontaram que o trato do lixo deve ser uma ação prioritária a ser desenvolvida por elas mesmas (cuidados com acondicionamento) e pelo poder público (realização de coleta), sob pena de causar sérios danos à saúde, ao meio ambiente e ao bem-estar das famílias que residem nestes assentamentos (Tabela 25).

Os dados da pesquisa demonstraram que antes de residir nos Polos, o meio mais usual de destinação de dejetos humanos era a privada sanitária^{39/}, seguido pelas fossas sépticas e, em muitos casos, pelo mato (a céu aberto). Após estar assentada nos Polos, a maior parte das famílias do Polo Geraldo Mesquita passou a utilizar banheiros internos

^{39/} Pequenas dependências, comumente utilizadas por famílias rurais da Amazônia para fazer suas necessidades fisiológicas.



Fonte: foto do autor, 2007.

Foto 7 – Trato com o lixo nos Polos.

com fossas sépticas. No Polo Geraldo Fleming, a maior parte dos dejetos humanos era destinada a privadas. Outra questão ambiental analisada foi a destinação dada para a água usada em casa. Ficou evidenciado que, em relação aos dois períodos analisados, as famílias que hoje residem nos Polos têm como destino final da água utilizada em casa, o esgoto a céu aberto. Detectou-se que antes de morar nos Polos, algumas famílias que moravam na cidade tinham acesso à rede de esgoto, mas atualmente os Polos não dispunham de tal serviço, e muitas famílias disseram ter como destino as fossas sépticas para a água usada em casa. As fotos seguintes (Foto 8) expressam estas afirmações.

Analisando as percepções dos aspectos ambientais (Tabela 25), percebeu-se que 47,83% das impressões contidas nas falas dos residentes do Polo Geraldo Mesquita e 21,74% do Polo Geraldo Fleming manifestaram algum tipo de preocupação com a prática de queimadas no Polo, seja no caso de preparação da terra para plantio, incineração de lixo ou queimadas acidentais que devastam as matas, fruteiras e até plantações.



Fonte: foto do autor, 2007.

Foto 8 – Condições sanitárias nos Polos.

Tabela 25 – Percepções sobre os aspectos ambientais nos Polos

Percepções referentes à Avaliação Ambiental	Incidência da Categoria Geraldo Mesquita	Incidência da Categoria Geraldo Fleming
	Valor Relativo (%)	Valor Relativo (%)
Apresentaram preocupação com a prática de queimadas.	47,83	21,74
Apontaram preocupação com a inexistência de coleta de lixo.	43,48	34,78
Destacaram a necessidade de campanhas de conscientização ambiental.	4,35	26,09
Manifestaram preocupação com as sanções de órgãos fiscalizadores e falta de orientação.	4,35	17,39

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

“No meu lote já foi queimado o que tinha que se queimar e não posso mais fazer isso. Como é que vou plantar” (Entrevistado 36, PA Geraldo Fleming)

“Se tivesse um local pra nós jogar o nosso lixo, ô menino! Nós não jogava nosso lixo pra gente tocar fogo, né? Tem lixo aí que num é nem pra tocar fogo, mas num tem outra saída.” (Entrevistado 8, PA Geraldo Mesquita)

“Rapaz, é um perigo, se o camarada jogar uma bagana de cigarro aí no mato, incendia o Polo.” (Entrevistado 10, PA Geraldo Mesquita)

A falta de coleta de lixo nos Polos leva seus residentes a lançar seus detritos em quintais, terrenos baldios ou vias públicas, covas abertas, enterrar ou queimar. Nas falas dos entrevistados, evidencia-se a preocupação dos moradores em relação ao lixo produzido no Polo.

“Num tem coleta de lixo, quando você passa, nota lata, garrafa e outros lixos pelo meio do ramal. A Prefeitura tenta conscientizar, mas num dá certo.” (Entrevistado 10, PA Geraldo Mesquita)

“É necessário uma ajuda (da Prefeitura), tem muita poluição aí por causa do lixo. Precisamos de coleta de lixo aqui, porque quando não coleta junta rato, cobra. Aí o pessoal queima o lixo, tu tá entendendo? Daí tu tira o tanto de poluição que cada um evitava aqui, se tivesse coleta de lixo.” (Entrevistado 9, PA Geraldo Fleming)

As falas dos assentados apontam para ações a serem tomadas pelos órgãos públicos: campanhas de conscientização ambiental, especialmente em relação ao trato do lixo, queimadas e preservação dos mananciais. Paralelamente a estas percepções, as falas denotaram preocupação com as sanções de órgãos fiscalizadores e falta de orientação por parte do poder público. Apesar da preocupação presente nestas falas, percebeu-se também certa transferência de responsabilidade em relação às obrigações ambientais. Frequentemente é o “outro” (indivíduo ou instituição pública) que deve assumir responsabilidades frente ao trabalho ambiental.

“Não tem coleta de lixo, num tem ramal que dê acesso normal para vir coletar. A sugestão é colocar contêiner lá perto da indústria e noutros cantos. Era bom que viessem técnicos da Prefeitura e orientassem a população a pegar seu saquinho e jogasse lá, que vem o carro uma vez por semana recolher, mas isso num tem. A Prefeitura vai em canto bem mais longe que aqui, eles colocam até aqueles pessoal com carro de boi puxando lixo, num custava eles colocarem num Polo desse aqui. Porque parece não ser nada, uma latinha jogada ali, um vidro aqui, mas vai acumulando e vai ficar ruim é pro futuro.” (Entrevistado 6, PA Geraldo Mesquita)

“Não tem nenhuma campanha, fiscalização forte ou atendimento aqui. Pra proibir a gente de queimar, eles tinham que dar outro meio, né?” (Entrevistado 4, PA Geraldo Fleming)

Considerando a situação das queimadas ocorridas no Polo, a inexistência de coleta do lixo, a precária destinação dos dejetos humanos e da água utilizada em casa, 57,14 % dos moradores de ambos os Polos avaliaram as condições ambientais como

“ruins” (Gráficos 13 e 14). Entre o grupo que avaliou a situação ambiental como “média e boa” (42,86%), a justificativa se colocou em função de acreditar que “os fatores acima descritos não estão tão alarmantes, que existe uma conscientização dos moradores quanto aos cuidados com o meio ambiente e que existe acompanhamento do setor público com prevenção e fiscalização”.

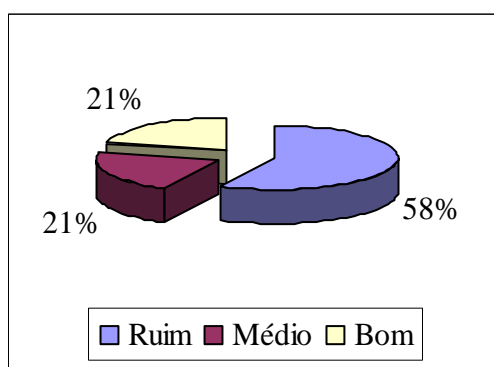


Gráfico 13 – Avaliação das condições ambientais no Polo Geraldo Mesquita.

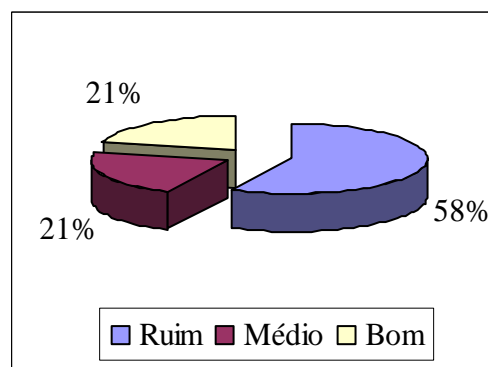


Gráfico 14 – Avaliação das condições ambientais no Polo Geraldo Fleming.

Os dados e as falas contidos nesta pesquisa acenam para a necessidade de ações e proposições com vistas a garantir a sustentabilidade ambiental, destacando-se ações de recuperação de áreas degradadas (por meio do sistema SAF), proposição de novas tecnologias de fertilização do solo em substituição a queimadas, proposição de coleta e acondicionamento do lixo e educação ambiental da população.

4.2.3. Considerações sobre a dimensão político-institucional

A análise da dimensão político-institucional considerou o papel desempenhado pelas organizações e estruturas sociais que, segundo a opinião das famílias, são muito atuantes na comunidade. Buscou-se identificar como estes arranjos institucionais cooperam para a melhoria das condições de vida das famílias assentadas. De acordo com os pressupostos de liberdades instrumentais^{40/} designados por Sen (2000), as ações destas instituições podem contribuir significativamente para propor mais liberdade a determinadas comunidades por meio do suprimento nos diversos âmbitos: educação, renda, religiosidade, participação política, dentre outros.

^{40/} Conforme Sen (2000, p. 55-57) as liberdades instrumentais são de cinco tipos: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora.

Quando analisamos as condições político-institucionais nos Polos pesquisados, percebemos que, antes de residir nos assentamentos, as famílias tinham envolvimento com alguns arranjos institucionais na localidade onde viviam, sobretudo com igrejas e com associações de moradores. Após se fixarem nos Polos, observou-se um aumento significativo das famílias nas instituições existentes na localidade. Em relação à participação das famílias em partidos políticos, verificou-se que, nos dois períodos analisados, poucas famílias manifestaram possuir vínculo formal com agremiações políticas (Tabela 26). Segundo o técnico Francis James, é por meio das Associações que as famílias têm acesso a espaços nas feiras livres, créditos voltados para a moradia, produção, dentre outros programas do poder público. Daí a justificativa para que no período posterior ao assentamento, estas famílias terem aumentado o grau de participação nestas instituições. A pesquisa revelou que a criação destas instituições se deu em função da necessidade de obtenção dos assentados a linhas de créditos para a produção agrícola, melhora das moradias e das condições estruturais de trabalho e produção nos Polos.

Para Silveira e Bocayuva (2007), o desenvolvimento no aspecto político-institucional deve primar pela reorganização das esferas institucionais e fortalecimento das capacidades técnicas e gerenciais dos agentes envolvidos. Na Tabela 27, os assentados relacionaram as Associações e entidades do poder público como instituições formais mais próximas a eles. A pesquisa mostrou que 32,65% das percepções dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 25,64% do Polo Geraldo Fleming asseguraram que as Associações eram eficientes em relação aos trabalhos realizados. Os moradores expressaram a importância do trabalho destas instituições, sobretudo em relação à forte representatividade junto às instituições públicas em defesa dos interesses da comunidade. Em relação ao poder público, 26,53% das falas dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 20,51% no Polo Geraldo Fleming manifestaram reconhecimento da importância da participação do Estado no suporte das ações desenvolvidas pelas Associações.

“Se não fosse a nossa Associação, nós num teria essas ações aqui: casas, financiamentos, ramais abertos. Isso aqui tudo foi por intermédio da Associação, se não fosse ela, nós num teria nada disso.” (Entrevistado 7, PA Geraldo Mesquita)

“Nos outros lugares que morei não tinha costume de receber ajuda. Aqui sempre tenho recebido ajuda da Prefeitura, sempre que eu peço sou atendido.” (Entrevistado 38, PA Geraldo Fleming)

“A Prefeitura e Associação conseguem máquinas gratuitas para a construção de açudes, raspam o ramal todo o ano e, além disso, conseguiram o calcário pra quem quis.” (Entrevistado 44, PA Geraldo Mesquita)

Tabela 26 – Situação político-institucional nos Polos

Componentes Analíticos	Polo Geraldo Mesquita		Polo Geraldo Fleming	
	Situação Anterior	Situação no Polo	Situação Anterior	Situação no Polo
Arranjos Institucionais Existentes*	%	%	%	%
Associação	59,57	97,87	53,49	100
Igreja	72,34	76,60	79,07	88,37
Sindicato	8,51	-	11,63	-
Cooperativa	4,26	-	2,33	-
Objetivos destas Instituições*	%	%	%	%
Evangelizar	10,64	19,15	6,98	9,30
Melhorar as condições estruturais da localidade	4,26	40,43	9,30	39,53
Melhorias das condições de trabalho e produção	4,26	31,91	6,98	13,95
Obter crédito	12,77	57,45	16,28	58,14
Organizar a comunidade	8,51	6,38	6,98	9,30
Participação Familiar nas Instituições	%	%	%	%
Sim	59,57	89,36	55,81	95,35
Não	40,43	10,64	44,19	4,65
Distribuição das Participações*	%	%	%	%
Associação	27,66	85,11	25,58	86,05
Igreja	40,43	38,30	44,19	39,53
Sindicato	8,51	-	11,63	-
Cooperativa	4,26	-	2,33	-
Participação em Partidos Políticos	%	%	%	%
Sim	14,89	17,02	20,93	13,95
Não	85,11	82,98	79,07	86,05
Instituições mais Atuantes*	%	%	%	%
Associação	25,53	51,06	16,28	32,56
Entidades públicas	42,55	51,06	58,14	74,42
Igreja	12,77	17,02	9,30	13,95
Entidades filantrópicas	6,38	8,51	4,65	11,63

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: - informação não mencionada na entrevista; e * componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

Tabela 27 – Percepções sobre as instituições e entidades nos polos

Percepções na Avaliação das Instituições nos Polos	Incidência da Categoria Geraldo Mesquita	Incidência da Categoria Geraldo Fleming
	Valor Relativo (%)	Valor Relativo (%)
Avaliam negativamente os trabalhos da associação	34,69	43,59
Elogiaram a eficiência da associação, destacando sua atuação junto às instituições públicas	32,65	25,64
Importância do poder público no apoio a associação	26,53	20,51
Apresentaram descrédito quanto as ações do poder público	6,12	10,26

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

A importância da parceria entre as associações constituídas e o poder público foi destacada na entrevista da gestora Marina Jardim, ao relatar que: “para acessar qualquer programa municipal, a comunidade tem que estar organizada. Só se acessam os programas públicos como associação, nunca como indivíduo”. Tal conduta justifica o estímulo que foi responsável por um significativo aumento no percentual de participação dos membros das famílias pesquisadas nestas instituições, especialmente nas Associações. Estes resultados confirmam os estudos de Pinheiro (2001), ao afirmar o significativo crescimento em assentamentos rurais de entidades associativa desde 1980, justificada pelo interesse das comunidades rurais em serem representadas junto às instituições.

Percentuais significativos de 34,69 % dos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 43,59% no Polo Geraldo Fleming estavam insatisfeitos com o trabalho das associações. As justificativas se colocaram em função da má atuação das diretorias que por lá passaram, da falta de união ou consenso entre os sócios ao tratar de alguma pauta e a falta de participação dos sócios nas reuniões. Outra percepção negativa esteve relacionada ao descrédito dos moradores com o poder público, pois, para os entrevistados, existe uma histórica ausência de resultados nos trabalhos quando se trata dos interesses da comunidade, e a representatividade desta percepção foi de 6,12% no Polo Geraldo Mesquita e 10,26% no Polo Geraldo Fleming. Na análise das falas dos entrevistados, ficou subentendido que essa insatisfação se colocava em decorrência do não atendimento de um interesse pessoal, tal como se observa nas falas seguintes.

“Eles (Associação) são parados demais, falta mais atuação. Pra você ter uma ideia, conseguiram um trator para aradar a terra, mas ele (trator) chegou fora de época, atrasado.” (Entrevistado 1, PA Geraldo Fleming)

“Eu acho que tá faltando muita coisa, óh? Porque a gente marca uma reunião, um fala uma coisa, outro fala outra, aí fica um assunto que nunca termina, sempre fica assim. Aí na próxima reunião, o mesmo assunto.” (Entrevistado 3, PA Geraldo Mesquita)

“O pessoal da Prefeitura vem aqui, mas num fazem nada. A Associação é muito parada, nunca me deram apoio em nada, por isso nem participo.” (Entrevistado 26, PA Geraldo Fleming)

Segundo Sen (2000), o usufruto da liberdade política e a participação no processo de tomada de decisões em uma comunidade são tão importantes como ser alfabetizado e ter boa saúde. A pesquisa evidenciou que há disponibilidade destes recursos nos Polos e, em linhas gerais, os moradores dos Polos pesquisados avaliam positivamente as condições político-institucionais nos assentamentos. A justificativa

dada para estas avaliações se colocou em função da atuação do poder público e das Associações e dos benefícios que estas instituições trouxeram às comunidades, destacando-se: a cessão dos lotes, a infraestrutura existente (mesmo no nível aquém do desejado) e assistência dada quando há necessidade, os acompanhamentos ocorridos na questão de fiscalização de queimadas e o apoio na comercialização. No cômputo geral, a grande maioria variou sua avaliação entre ótimo, bom e médio – gradações que somaram um percentual de 72% nos dois Polos (Gráficos 15 e 16). A seguir, são apresentados os gráficos desta avaliação, assim como as fotos (Foto 9) das sedes das associações existentes nos polos e a participação de associados em reuniões.

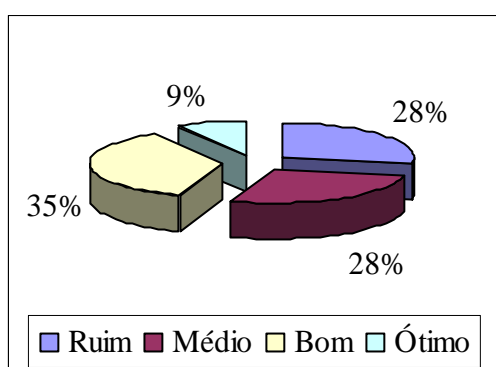


Gráfico 15 – Avaliação das condições político-institucionais no Polo Geraldo Mesquita.

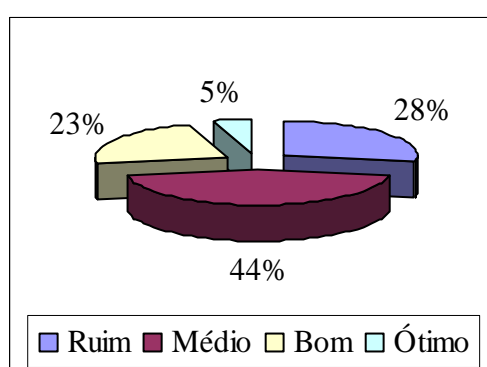


Gráfico 16 – Avaliação das condições político-institucionais no Polo Geraldo Fleming.

O desenvolvimento deve ser um processo gradual, sistêmico e que requer, ao longo do tempo, contínua atenção em todas as suas etapas e dimensões. Para Sen (2000), o desenvolvimento visa a remover as privações e propor aos grupos sociais as liberdades como as disposições econômicas (acesso à renda), sociais (serviços de educação, saúde, saneamento, infraestrutura) e os direitos civis (participação política, auto-gestão). Diante de tudo que foi exposto no decorrer desta pesquisa, percebeu-se que os Polos Agrofloretais são uma importante política de desenvolvimento rural, pois retirou da “zona de risco social” um contingente considerável de famílias que estavam à margem de sua cidadania repleta de privações e, proporcionou-lhes a possibilidade de acesso à renda, moradia, organização social com auto-gestão e a responsabilidade de recuperar áreas degradadas. Este conjunto de ações permitiu verificar que os objetivos dessa política foram alcançados, de modo geral, nos aspectos econômico e político-institucional e, parcialmente, nos aspectos ambiental e social. A precariedade existente no aspecto social é, para a geração mais jovem, o maior entrave dos polos e, conforme



Fonte: foto do autor, 2007.

Foto 9 – Sedes das associações dos polos e reuniões.

trata a seção seguinte, estas lacunas no aspecto social podem ser o maior desafio para que a comunidade e o setor público alcancem efetivamente a sustentabilidade nos Polos Agroflorestais.

4.2.4. A sucessão nos Polos

Considerando que a definição oficial de desenvolvimento sustentável proposta pela CMMAD, que preconiza o cuidado para que as “gerações futuras também satisfaçam suas necessidades”, buscamos identificar de que modo os Polos estão suprindo as necessidades dos filhos dos assentados. Assim, a partir das condições de vidas ali verificadas, buscamos entender como este segmento familiar desenvolve suas relações de pertencimento com rural e o assentamento.

A análise dos dados contidos na Tabela 28 descreveu as expectativas dos pais quanto à sucessão nos Polos. Os dados apontaram que a maioria dos filhos já está morando fora do Polo (70,21% no PA Geraldo Mesquita e 74,42% no PA Geraldo Fleming), a maioria residindo em zonas urbanas, seja em Rio Branco ou outras cidades.

Tabela 28 – Perspectivas dos pais sobre a Sucessão nos Polos

Componentes Analíticos	Polo Geraldo Mesquita	Polo Geraldo Fleming
Tem filho morando fora?	%	%
Sim	70,21	74,42
Não	29,79	25,58
Moradia dos filhos	%	%
Assentamento Incra	4,88	9,30
Outras cidades	12,20	2,33
Outro polo	2,44	6,98
Seringal	-	9,30
Zona urbana	80,49	72,09
Motivação para a saída dos Filhos*	%	%
Casou	46,34	44,19
Estudos	14,63	16,28
Pais divorciados	21,95	13,95
Trabalha na cidade	14,63	23,26
Desejo de independência	2,44	2,33
Escolhe como Sucessor	%	%
Esposa	4,26	2,33
O mais apto	17,02	16,28
O mais novo	19,15	4,65
O mais velho	23,40	25,58
O de sexo masculino	-	9,30
Sem critério para escolher	25,53	34,88
O mais estudado	10,64	6,98

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinais convencionais utilizados: - informação não mencionada na entrevista; e * componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

Segundo a alegação dos pais, as motivações iniciais para a saída dos filhos de suas residências nos Polos foram: o casamento, o divórcio dos pais e a oportunidade de trabalhos na cidade. Por suas características físicas reduzidas, os Polos não suportam abrigar, num mesmo lote, as famílias que se reproduzem, aí residindo uma de suas limitações que podem ser verificadas na fala abaixo pelo Secretário Mário Fadell:

“As famílias que vão se reproduzindo, e os pais vão repartindo os lotes, colocando suas famílias num lote só, que já não é tão grande. Com isso, estes lotes ficam descaracterizados, e aquele pedaço de terra não dá para a sobrevivência das novas famílias que se instalaram ali e, com isso, acaba implodindo um processo degenerativo do ponto de vista da renda e da pobreza.”

Estes dados evidenciam uma realidade levantada por Juchem *et al.* (2008) ao enfatizarem a crescente migração do meio rural para o urbano, provocando rupturas na evolução econômica e dos modos de vida no meio rural, pois a tradição do trabalho agrícola sempre se pautou pela convivência, companhia e trabalho do grupo familiar.

Nos Polos pesquisados, ainda permaneciam nos assentamentos 29,79% dos filhos no Polo Geraldo Mesquita e 25,58% no Polo Geraldo Fleming, que eram para os pais a opção ao processo sucessório (Tabela 28). Segundo Bernhoeft (1989), *apud* JUCHEM *et al.* (2008), o processo sucessório vai além da lógica administrativa, envolvendo aspectos afetivos e emocionais ligados à estrutura familiar como: os interesses do sucedido e do sucessor, da organização familiar, do mercado e até da comunidade. Nos Polos pesquisados, a lógica de prioridades utilizada pelos pais para a nomeação de um sucessor ficou destacada da seguinte forma: não há preferência de filhos, o mais velho, o mais novo, os mais aptos. O que demonstrou inclinação sucessória à lógica de interesses do sucessor e sucedido. A foto seguinte (Foto 10) ilustra filhos que ainda residem com os pais e que se apresentam como possíveis sucessores.



Fonte: foto do autor, 2007.

Foto 10 – Assentados e seus sucessores.

Na entrevista com os filhos que residem nos Polos pesquisados, buscou-se captar suas concepções e interesse quanto à sucessão nos Polos (Tabela 29). Quando perguntados sobre a ideia de substituir os pais, percebeu-se que a maioria dos entrevistados, de ambos os Polos, nunca pensou na hipótese de substituir os pais ou não quer ser agricultor. Apenas 25,92% dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 30% do Polo Geraldo Fleming afirmaram que já pensaram ou chegaram a conversar com os irmãos sobre o assunto.

Também ficou evidenciado na Tabela 29 que não há uma cobrança maciça para que os filhos sejam agricultores. A despeito disso, os filhos ajudam os pais nas atividades rurais com certa frequência. A maioria destes filhos executa esta ajuda

Tabela 29 – Concepções e interesse dos filhos sobre o trabalho e sucessão nos Polos

Concepções de Trabalho na Visão dos Filhos	Polo Geraldo Mesquita	Polo Geraldo Fleming
Sobre Substituir seus Pais no Polo	%	%
Conversou com os irmãos	3,70	5,00
Não quer ser agricultor	33,33	15,00
Nunca pensou	40,74	55,00
Só pensou	22,22	25,00
Há Cobrança para Você ser Agricultor	%	%
Sim	18,52	-
Não	81,48	100,00
Frequência na Ajuda aos Pais	%	%
Sempre	44,44	60,00
Às vezes	40,74	25,00
Nunca	14,81	15,00
Trabalha como seu Pai Ensinou?	%	%
Sim	70,37	75,00
Não	29,63	25,00
Atividade que Mais Gosta no Polo	%	%
Atividades Rurais	33,68	43,84
Criações	3,16	9,59
Domésticos	10,53	20,55
Não gosta de atividades rurais	49,47	23,29
Comercialização da produção.	3,16	2,74
Profissão Desejada	%	%
Carreira militar	-	20,00
Carreira política	3,70	5,00
Magistério	25,93	15,00
Profissional liberal	40,74	25,00
Não pensou	14,81	15,00
Agricultor	14,81	20,00

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinal convencional utilizado: - informação não mencionada na entrevista.

trabalhando da mesma forma que o pai ensinou, pois acreditam que se fizerem a atividade de modo diferente, o resultado não seria bom. Uma parte significativa dos filhos que reside nestes assentamentos gosta de desempenhar atividades rurais como plantio, colheita, criação de pequenos animais e comercialização, representando 40% dos filhos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 56,17% no Polo Geraldo Fleming. Houve ainda uma faixa de filhos que não gosta de desempenhar atividades rurais, dado que ficou mais evidente na respostas dos filhos residem no Polo Geraldo Mesquita com 49,47%; já no Polo Geraldo Polo Geraldo Fleming, o percentual foi de 23,29%. Perguntados sobre a profissão que desejam futuramente, a maioria optou por ser

funcionário público, com destaque para as funções de magistério e carreira militar. Apenas 14,81% dos filhos residentes no Polo Geraldo Mesquita e 20% dos que residem no Polo Geraldo Fleming foram taxativos ao afirmar que desejavam ser agricultores. Em relação aos fatores que exercem influência no processo de sucessão ou de migração entre jovens residentes no meio rural, os resultados desta pesquisa convergiram com os estudos realizados por Carneiro (2007), que mostram a influência de valores materiais e simbólicos sobre as decisões dos jovens quanto à sucessão e que as condições materiais e de vida das famílias influenciam decisivamente nestas escolhas: caso do exercício de um trabalho remunerado, condições de moradia, integração social e todas as condições necessárias para a realização de projetos pessoais e profissionais dos jovens.

Os dados contidos na tabela abaixo (Tabela 30) demonstraram a relação dos pais e dos filhos com a atividade agrícola e o vínculo com os Polos. Percebeu-se que, em ambos os assentamentos, a maioria dos pais se considera agricultores, o que também se aplicou aos filhos que residem no Polo Geraldo Fleming. A maioria dos pais e dos filhos residentes em ambos os Polos disse não se envergonhar da condição de agricultor e que, caso pudessem escolher onde morar, fariam opção por espaços rurais, preferencialmente no Polo, seringais ou assentamentos agrícolas do Incra. Entretanto, a maioria dos filhos dos moradores do Polo Geraldo Mesquita respondeu não se considerar agricultor. Apesar de a maioria – entre pais e filhos – desejar morar no Polo, os percentuais mais significativos de pessoas que desejariam morar na cidade foram os dos filhos. Muitos desses jovens nasceram nos Polos ou chegaram lá muito novos e, veem no espaço urbano um lugar onde são oferecidas melhores oportunidades de educação, lazer, esporte e trabalho. Estes resultados confirmam os estudos de Carneiro (2007) ao destacar que mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens optam por morar em espaços rurais sem abrir mão do acesso a certos serviços de que os jovens do meio urbano usufruem: educação, informática e uma das reivindicações mais comuns entre os jovens do meio rural, o lazer.

Perguntados se estavam satisfeitos com a vida que levavam no Polo, a maioria dos pais e dos filhos de ambos os Polos disse que sim; porém, também ficou evidente que a maioria não deseja que seus filhos sejam agricultores, pois acreditam que nas cidades os trabalhos proporcionam melhores rendimentos e menores sacrifícios. Indagados sobre o que achavam do trabalho agrícola praticado no Polo, tanto na

Tabela 30 – Expressão de pais e filhos sobre o vínculo com os Polos

Componentes Analíticos	Polo Geraldo Mesquita		Polo Geraldo Fleming	
	Pais	Filhos	Pais	Filhos
Você se Considera Agricultor?	%	%	%	%
Sim	80,85	40,74	88,37	80,00
Não	19,15	59,26	11,63	20,00
Caso Pudesse, Onde Você Moraria?	%	%	%	%
Polo	85,11	77,78	79,07	60,00
Seringal	4,26	-	9,30	-
Zona Urbana	6,38	22,22	2,33	40,00
Assentamento INCRA	4,26	-	9,30	-
Envergonha-se de ser Agricultor?	%	%	%	%
Sim	25,53	3,70	18,60	10,00
Não	74,47	96,30	81,40	90,00
Está Satisfeito com a Vida no Polo?	%	%	%	%
Sim	80,85	70,37	83,72	65,00
Não	19,15	29,63	16,28	35,00
Gostaria que seus Filhos Fossem Agricultores?	%	%	%	%
Sim	21,28	22,22	16,28	20,00
Não	78,72	77,78	83,72	80,00
O que Você Acha o Trabalho no Polo?	%	%	%	%
Bom	17,02	3,70	18,60	5,00
Fácil	10,64	7,41	4,65	20,00
Pesado	31,91	44,44	30,23	20,00
Razoável	40,43	44,44	46,51	55,00

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinal convencional utilizado: - informação não mencionada na entrevista.

concepção dos pais, como na dos filhos, a maioria assinalou como razoável^{41/} e pesado. Estes resultados revelaram uma realidade já detectada nos estudos de Carneiro (2007), ao se observar uma série de mudanças ocorridas nos valores atribuídos à agricultura, em que os pais querem poupar os filhos das dificuldades pelas quais passaram, estimulando-os a desempenhar outros ofícios que não os necessariamente ligados ao agrícola e, nesse contexto, a escolarização é uma oportunidade excepcional para a qualificação e uma forte chance na concorrência por empregos em espaços urbanos.

Para Juchem *et al.* (2008), a escolarização dos jovens no meio rural é vista pelos pais como esperança de melhor remuneração dos filhos na cidade, o que serve para eles (pais) como forma de amparo no futuro. Estes aspectos ficaram claramente percebidos

^{41/} Entenda-se como “razoável” aquilo que as famílias pesquisadas taxaram como a realização de uma atividade ou trabalho dentro de padrões aceitáveis, sem excesso de sacrifícios físicos ou penosidade.

nas percepções contidas nas falas dos pais quanto às suas preferências em relação às atividades desejadas para os filhos (Tabela 31). Assim, 79,55% dos pais residentes no Polo Geraldo Mesquita e 85% dos pais que residem no Polo Geraldo Fleming consideraram a atividade agrícola marginalizada e, por isso, priorizaram o estudo dos filhos como principal meio para garantir no futuro melhores rendimentos financeiros por meio do desempenho de "atividades urbanas".

“A vida de agricultor é muito difícil, o moço, quero isso pra meus filhos não.”
(Entrevistado 41, PA Geraldo Fleming)

“A pessoa tem que estudar, crescer na vida, ter emprego bom lá na cidade.”
(Entrevistado 5, PA Geraldo Fleming)

“É melhor pra eles que estudem pra ser alguém melhor lá na frente”
(Entrevistado 41, PA Geraldo Mesquita)

Tabela 31 – Preferências dos pais quanto às atividades futuras dos filhos

Componentes Analíticos	Incidência da Categoria Geraldo Mesquita	Incidência da Categoria Geraldo Fleming
	Valor Relativo (%)	Valor Relativo (%)
Consideram a atividade agrícola marginalizada e o estudo dos filhos é um meio para garantir emprego na cidade	79,55	85,00
Manifestaram desejo de que os filhos trabalhem na agricultura para serem iguais ao pai e garantir a subsistência do grupo familiar	20,45	10,00
Vislumbram a possibilidade de conciliar atividades urbanas com as agrícolas	-	5,00

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC, 2007.

Nota: sinal convencional utilizado: - informação não mencionada na entrevista.

Um percentual menor, representado por 20,45% dos pais que residem no Polo Geraldo Mesquita e 10% dos pais que moram no Polo Geraldo Fleming, mostrou desejo de que os filhos continuassem a trabalhar na agricultura para ser iguais a “eles” e garantir a subsistência de suas futuras famílias.

“Tinham que puxar ao pai, sofre um pouco no início, mas depois lucram.”
(Entrevistado 41, PA Geraldo Mesquita)

“Ele iria ter o sustento da família garantido.” (Entrevistado 9, PA Geraldo Fleming)

A possibilidade de conciliar atividades urbanas com as agrícolas só foi evidenciada na fala de apenas 5% dos pais que moram no Polo Geraldo Fleming. Tal percentual mostra que, para estes pais, o Polo se estabelece como um espaço de

permanência, e a cidade como espaço de trabalho. A proximidade desses espaços permite a conciliação das atividades desenvolvidas em um e em outro espaço, sem terem que se mudar para a cidade.

“Acho que ele pode trabalhar na agricultura e na cidade.” (Entrevistado 2, PA Geraldo Fleming)

Finalizando, os dados apontam para uma possível inferência de que a sustentabilidade dos Polos depende de um desenvolvimento rural integrado que consiga conciliar o desenvolvimento econômico e social sem desrespeitar a integridade das florestas. Para Sen (2000), o verdadeiro desenvolvimento deve promover a remoção dos obstáculos que impeçam as capacidades e privem as pessoas de fazer livremente aquilo que elas desejam. Tais obstáculos podem ser identificados como: analfabetismo, precariedade nas condições de saúde, acesso a recursos e serviços sociais básicos, ausência de liberdades civis e políticas. Diante do que foi analisado, acredita-se que a sustentabilidade dos Polos poderá ser efetivada quando as comunidades e o poder público se engajarem no objetivo de suprimir estas privações, especialmente das populações mais jovens que representam o futuro dos Polos Agroflorestais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas de ocupação e desenvolvimento direcionados para a Amazônia e o Acre tiveram como motivação principal o crescimento econômico que atendia aos interesses do capitalismo internacional e das classes dominantes existentes na região. Muitos destes projetos capitalistas contaram com o amparo do Estado, que, por sua vez, representava estes interesses e esteve alheio, em grande parte, à realidade no norte do Brasil. Tal como se verificou na ocorrência da exploração do trabalho dos seringueiros, desmatamento de florestas como sinônimo de progresso, abertura de áreas florestais para implantar pastagens, o que causou mudanças irreversíveis no modo de vida das populações locais (MARTINELLO, 1985; SILVA, 1990; COSTA FILHO 1995).

Os resultados destas políticas desenvolvimentistas foram a exclusão destas populações de suas moradias e meios de trabalho e, conseqüentemente, a aceleração das taxas de urbanização por meio do fluxo migratório do campo para as cidades. Os centros urbanos, por sua vez, não dispunham de estrutura suficiente para receber, ao mesmo tempo, inúmeras famílias advindas do meio rural e proporcionar a elas as devidas condições de acesso aos serviços sociais básicos como educação, saúde, emprego, moradia, dentre outros amparos legais. Desse modo, o crescimento dos “bolsões” de miséria urbana e das mazelas que lhes são peculiares se tornou algo inevitável. No Acre, as mobilizações advindas de instituições como a igreja, sindicatos, Contag e outros movimentos sociais foram vitais para que algumas medidas fossem tomadas no sentido de reverter estes fluxos migratórios e frear a especulação fundiária, tão danosa para as populações rurais da região. Nessa perspectiva, foram implantados

alguns projetos de colonização rural que tinham o desígnio de se colocar como opções de trabalho, visando à sua permanência no campo e afastar essas populações das “zonas” de risco social. Porém, em função de elevadas demandas em relação às quantidades ofertadas ou por falta de atenção política ao longo dos anos, muitos destes assentamentos não cumpriram em sua plenitude os objetivos de contenção da marginalização urbana.

A implantação dos Polos Agroflorestais em Rio Branco, no Acre, se constituía numa alternativa que o poder público municipal acreditou ser viável para as famílias de agricultores familiares que estavam sem oportunidades na cidade. Do ponto de vista econômico, o projeto propunha-se a garantir a sustentabilidade por meio da geração de renda e meios de subsistência; do ponto de vista social, a proposta era dar acesso a alguns serviços sociais básicos como acesso a moradia; do ponto de vista ambiental, figurava a proposta de conservação dos recursos naturais, como a revitalização para as áreas degradadas; e do ponto de vista político-institucional, propunha-se a relação destas famílias com as instituições que pudessem auxiliar na solução de problemas locais.

Os questionamentos em torno da efetividade destas propostas de desenvolvimento foram o motivador principal para essa pesquisa que buscou compreender se, por parte das famílias assentadas, os Polos propiciaram melhorias no que se refere às condições de vida dos assentados. Assim, objetivo desta pesquisa foi o de verificar se esta política pública de desenvolvimento rural, denominada Polos Agroflorestais, implantada em Rio Branco, no Acre, foi capaz de cumprir com o seu papel social de promover melhorias nas condições de vida de seus beneficiários. Para tanto, considerou-se a sustentabilidade não somente sob os aspectos econômicos, mas também os sociais, ambientais e político-institucionais. Especificamente, buscamos identificar as características socioeconômicas e demográficas dos grupos familiares que compõem os Polos Agroflorestais; descrever as condições de vida atuais das famílias assentadas, comparando-as com a situação anterior ao assentamento; e analisar, se na concepção das famílias assentadas, os Polos Agroflorestais representam alternativas para a reprodução dos grupos familiares.

A análise das características socioeconômicas e demográficas dos grupos familiares que compõem os Polos Agroflorestais mostrou que tal política de assentamento, em seu formato original, destinou-se a atender a famílias “nucleares” que vieram do meio rural, em sua maioria formada por **acrianos**, expulsas de suas terras em decorrência das políticas desenvolvimentistas direcionadas para a Amazônia. E grande

parte dessas famílias vivia em áreas de “risco social”, no subemprego, com baixos níveis de escolaridade e precários serviços sociais básicos. A pesquisa evidenciou também que muitas famílias que tiveram acesso às casas dos Polos sucumbiram à pressão imobiliária exercida sobre elas. Atualmente, algumas famílias que não possuíam o perfil exigido no Projeto original dos Polos, compraram suas residências dos primeiros moradores assentados. A incidência desse fenômeno se coloca, sobretudo, na atratividade das áreas dos Polos, uma vez que elas estão próximas às malhas urbanas e, por causa disso, são espaços privilegiados de interesse do capital imobiliário.

A descrição das condições de vida atuais das famílias assentadas e sua comparação com a situação imediatamente anterior ao assentamento exigiram a apreciação em quatro dimensões analíticas: econômica, social, ambiental e político-institucional. A pesquisa evidenciou que em algumas dimensões houve avanços e noutras, estagnação e até retrocesso.

No aspecto econômico, as famílias que viviam na “marginalidade” social tiveram a chance de ter um espaço de terra que propiciasse a produção agrícola (frutas, lavoura branca e hortaliças) e criações de pequenos animais. Para algumas famílias assentadas, a vida no Polo representou uma oportunidade de desempenho de atividade econômica, geração de renda e importante estratégia para sua subsistência por meio do autoconsumo. Cabe ainda ressaltar que a proximidade dos centros urbanos possibilitou, para algumas famílias, uma considerável dependência quanto aos bens do mercado externo, sobretudo para os de consumo. E a presença de “atravessadores” comprando a produção das famílias residentes nos Polos e influenciando no baixo desempenho das atividades agrícolas estimulou a utilização de novas estratégias destas famílias para sua reprodução social, como é o caso da interação com o mercado de trabalho urbano. Devido a esta proximidade com o meio urbano, verificou-se uma considerável prática de ações pluriativas que potencializavam as chances de incremento de renda dos grupos familiares pesquisados. Esta interação poderá ser mais bem aproveitada com a reativação da agroindústria para beneficiar a polpa das frutas ali produzidas e aumentar as rendas destas famílias mediante a absorção da produção dos Polos e demais comunidades rurais da cidade. Para os assentados que manifestaram dificuldades econômicas, os maiores entraves foram: a necessidade de maiores investimentos em assistência técnica, linhas de crédito voltadas à produção, ampliação das oportunidades de comercialização nos mercados e feiras livres da cidade.

A análise das condições de vida nos Polos pesquisados apresentou algumas privações, sobretudo no aspecto social, que afetam decisivamente a maior parcela populacional dos Polos: os jovens. O maior avanço dos Polos foi propiciar moradia como um local de segurança e conforto familiar e possibilidade de acesso a serviços como transporte escolar para os estudantes do Polo Geraldo Fleming. Em termos de infraestrutura, as famílias pesquisadas levantaram as seguintes demandas: melhoria das condições das vias internas (ramais) por meio de asfaltamento ou piçarramento, acesso à água encanada e tratada, telefonia pública e iluminação pública. Dentre as maiores precariedades no aspecto social dos Polos, as famílias assentadas destacaram a inexistência de unidades de saúde, policiamento e espaços públicos destinados ao lazer. No aspecto educacional, as famílias do Polo Geraldo Mesquita revelaram necessidade de acesso a séries mais avançadas na escola da localidade; já os moradores do Polo Geraldo Fleming revelam preferência pela construção de escola no Polo.

No aspecto ambiental, a maior parte das famílias pesquisadas mostrou alguma preocupação com a preservação dos recursos naturais no Polo. Os dados revelaram que sentem necessidade de maiores cuidados no trato com o lixo (coleta, acondicionamento), destinação de dejetos humanos e da água usada em casa. Estes cuidados repercutiriam diretamente na melhoria do bem-estar e saúde destas famílias. Apesar disso, delegam essa responsabilidade aos vizinhos ou ao poder público como órgão responsável pelas ações de preservação, especialmente aquelas relacionadas à educação, conscientização e fiscalização dos cuidados com o meio ambiente.

No aspecto político-institucional, a pesquisa revelou que as famílias tinham consciência de que o desenvolvimento em nível local se dá por meio do acesso a políticas públicas e ações que podem ser desenvolvidas pelo Estado (agindo por Ministérios/Secretarias específicas nas três esferas de governo), Associações constituídas nos Polos e entidades religiosas. Percebeu-se que, na situação atual, as famílias demonstraram maior participação nestas instituições que antes. Entretanto, manifestaram que, tanto o poder público, como as Associações, devem apresentar melhores resultados quanto aos benefícios para a comunidade.

A análise das famílias assentadas sobre os Polos Agroflorestais, como alternativa de reprodução dos grupos familiares, mostrou que, para elas, os assentamentos asseguraram as condições necessárias para prover os meios de subsistência dos grupos familiares que ali residem e chances de superar os obstáculos ao bem-estar. Entretanto, não se verificou no decorrer dos anos uma continuidade nos trabalhos que objetivaram

promover o desenvolvimento rural nestes assentamentos. Com a mudança de governos, verificou-se uma espécie de “abandono” no que se refere à execução de ações necessárias para a promoção do desenvolvimento e melhoria das condições de vida.

A análise das condições de vida das famílias foi mencionada também em relação ao aspecto da sucessão. Para tanto, buscou-se conhecer o grau de pertencimento e interesse dos pais e dos filhos em relação aos Polos. Assim, a pesquisa mostrou que, para os pais que, em sua maioria, vieram de áreas periféricas e eram desprovidos de propriedade, os Polos representam um “locus” de sustento e reprodução da família. Já para a população mais jovem, os Polos e as atividades agrícolas não representaram uma boa opção. Para os filhos dos assentados, as cidades eram vistas como tendo melhores oportunidades de trabalho, lazer, vida social e de terem uma vida plena e gratificante. Tal perspectiva compromete seriamente a sustentabilidade dos Polos como política pública.

A pesquisa apontou que, para que haja melhoras efetivas nas condições de vida das famílias que residem nos Polos Agroflorestais, há que ampliar as práticas holísticas de desenvolvimento, nas quais sejam considerados não somente os aspectos econômicos (geração de renda e produção), mas a melhoria qualitativa destas condições de vida, advindas da correlação destes aspectos com o acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, lazer, habitação, infraestrutura), cuidados ambientais (campanhas educativas sobre os cuidados com o lixo, as queimadas, preservação das matas ciliares e bacias hidrográficas) e político-institucionais (engajamento com instituições associativas, religiosas e públicas). Para o poder público, o grande desafio para os diferentes gestores que futuramente administrarão os Polos, é tratá-los como uma política de Estado, e não de governo, corrigir erros e sanar os possíveis gargalos que dificultam a vida das famílias que lá vivem. Há que se primar pela efetiva promoção de uma política de desenvolvimento rural sustentável capaz de alcançar maiores níveis de bem-estar agora e para o futuro, garantindo a melhoria das condições de vida das pessoas que ali residem.

Para finalizar nossa análise, destacamos que a precariedade nos serviços sociais básicos como infraestrutura básica, saneamento básico, lazer, saúde e educação, assim como a não conscientização ambiental e desarticulação político-institucional interferiram na satisfação das necessidades básicas das famílias assentadas, incidindo na sustentabilidade do grupo.

Os resultados desta pesquisa apontam para a possibilidade de futuras investigações, especialmente em relação aos processos sucessórios da agricultura familiar nos Polos, bem como para os fatores políticos que impedem o processo de desenvolvimento ao longo do tempo e a participação do trabalho feminino na agricultura e a participação político-institucional das famílias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOCK, Alan C. [*et al.*]. Contemporary and emerging research methods in studying families. In: BENGTON, Vern L. [*et al.*]. (Ed.) **Sourcebook of family theory and research**. California: Sage Publications, 2005.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) Sustentável. In: ALMEIDA e NAVARRO. **Reconstruindo a agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 33-55.

ALVES DA SILVA, J. M. Fundamentos de teoria macroeconômica. Viçosa: UFV, 2006. Disponível em: <[http://www.ufv.br/der/docentes/jmas/Fundamentos de Teoria Macroeconômica-Cap I e II.pdf](http://www.ufv.br/der/docentes/jmas/Fundamentos%20de%20Teoria%20Macroecon%C3%B4mica-Cap%20I%20e%20II.pdf)>. Acesso em: 3 Mar. 2008.

ARANHA, Mirla Cristina Maia. **Acesso à terra de trabalho no Acre**: das colônias agrícolas aos polos agroflorestais. 2006. 51 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2006.

ARRETCHE, M. T. S. Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-40, 1995.

ASPF. Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre. 2008. Disponível em: <<http://www.ufac.br/projetos/aspf/index.htm>>. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre-UFAC).

AZCURRA, Fernando Hugo. **Toni Negri y la resurrección de la ideología**: imperialismo y socialismo. Colección Teoría Económica.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 519 p.

BARROS, Ricardo Paes de. *et al.* **O índice de desenvolvimento da família**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 986)

_____. *et al.* **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2006. (Texto para discussão, 1227)

BATISTA, Gisele Elaine de Araújo. **Alternativas de desenvolvimento sustentável: o caso da RESEX Chico Mendes e das ilhas de alta produtividade**. 2004. 93 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2004.

BORGES, Maria Cláudia Moura Borges. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: SIMSON, O. R. M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Ed.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2003.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Versão atualizada até a Emenda nº 56/2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 18 Jun. 2008.

_____. Decreto nº 6.040, de 2 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Diário Oficial**, Brasília, 7 de fev. 2007.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 177 p.

CALIXTO, Valdir de O. [*et al.*]. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos e da Cultura e do Desporto, 1984. 223 p.

CAMPOS, Ginez Leopoldo R. de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 317-333.

CARDIM, Fernando. **Conflito agrário**. Folha de São Paulo, 13 de julho de 2003.

CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. **Juventude rural em perspectiva**. Brasília/Rio de Janeiro; Nead/Mauad, 2007. 312 p.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Avaliação econômica da produção familiar na reserva extrativista Chico Mendes no Estado do Acre**. 1999. 87 f. Dissertação Mestrado (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal de Rondônia, 1999.

CASTIGLIONI, Luciane. **Políticas públicas de desenvolvimento local: o caso do Município de São José do Rio Preto**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2006.

CASTRO, M. H. G. **Avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: NEPP/Unicamp, 1989. (Caderno, 12)

- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430 p.
- COSTA, Olavo Viana. Pesquisa de condições de vida. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 142-150, 2003.
- COSTA FILHO, Orlando Sabino da. **Reserva extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida**. 1995. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. Porto: Lello e Irmãos. 1941. 61 p.
- CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A. *et al.* Políticas Públicas. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- D'AQUINO, Teresinha. Assentamento como nova forma de vida rural: espaço e tempo no assentamento rural da Fazenda Reunidas-SP. **Raízes**, Ano XVI, n. 15, dez. 1997.
- DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.
- FADELL, Mário Jorge da Silva. Viabilidade econômica das reservas extrativistas vegetais da Amazônia. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997. 72 p. Dissertação de Mestrado).
- FARIA, Marco Antonio dos Santos de. **O papel do polo agroflorestal “Geraldo Mesquita” na geração de renda e melhoria das condições de vida dos seus produtores**. 1998. 80 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 1998.
- FAVARETTO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Uglu/Fapesp, 2007. p. 113- 137.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FERREIRA, D. Conjuntura e planejamento. **SEI**, Salvador, n. 117, p. 31-36, Fev. 2004.
- FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. Tradução de Fábio D. Waltenberg. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 51 -73; 167- 179.
- GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.
- GERHARDT, T. E. [*et al.*]. Desigualdades **sociais e situações de vida em Paranaguá**. Relatório de pesquisa, Programa Interdisciplinar de Pesquisa, Espaço Urbano, Situações de Vida e Saúde: o caso de Paranaguá. 1997. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Londrina, 1997.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA E NAVARRO (Org.). **Reconstruindo a agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 19-32.

HENRIQUE, Nádía de Paiva. **Polos agroflorestais: perspectivas de retorno e fixação do homem ao campo?** 2001. 50 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2001.

HERNANDES, Fernando S. [et al.]. Fatores que desmotivam o trabalhador na construção civil. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9., 2002. Foz do Iguaçu-PR. **Anais...** Foz do Iguaçu-PR: ENTAC. 2002. p. 2015 -2022.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela Antonia. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: CONGRESSO DA SOBER, 45., 2007, Londrina-PR. **Anais...** Londrina-PR: SOBER e CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007. Brasília-DF. **Anais...** Brasília-DF: SOBER, 2007.

HOMMA, Alfredo K. O. **Amazônia: desenvolvimento econômico e questão ambiental**. Viçosa. In: CONFERÊNCIA SOBRE AGRICULTURA EM MEIO AMBIENTE. NEPEMA-UFV, 1992

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados censo demográfico 2000 por setor censitário**. IBGE: Rio de Janeiro, 2006.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Taxa de desmatamento anual**. Jan. 2007. Disponível em <http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2007.htm>. Acesso em: 6 Jan. 2007.

JUCHEM, Dionise M. *et al.* **Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.Br/semead/8semead/resultado/trabalhoPDF/92.pdf>>. Acesso em: 28 Maio 2008.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

LIMA, Oliveira. **História da civilização**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

LOPES, Helger Marra *et al.* **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. 15 p.

LOUREIRO, Violeta Raefkalefsky; PINTO, Jax Nildo. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, ago. 2005.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes. **Ilhas de alta produtividade: Inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. 2003. 98 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

MAHAR, D. J. Desenvolvimento econômico da Amazônia: Uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 53-86, out., 2000. Disponível em <<http://www.polis.org.br/download/29.pdf>>. Acesso em: 22 Jan. 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 11. Ed. Campinas: Papirus, 2004. v. 1. 164 p.

MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na segunda guerra mundial e suas conseqüências para o vale amazônico**. 1985. 435 f. Tese (Doutorado História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. In: MARTINS, José de Souza (Ed.). **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC. 1997. p. 79-144.

MELAZZO, E. S. *et al.* Políticas públicas e exclusão social: a construção do debate no interior do SIMESPP. In: FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FCT, 4., 2003. Presidente Prudente-SP. **Anais...** Presidente Prudente-SP, 2003. 10 p.

MELLO, Márcio A; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton, L.; DORIGON, Clóvis; FERRARI, Dilvan L.; TESTA, Vilson M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista. Agric.**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MENEZES, Marilda A. Trabalho por conta própria: o sonho dos imigrantes? Travessia: **Revista do Migrante**, São Paulo, ano III, n. 8, p. 23-26, set./dez. 1990.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 195-207. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, maio/agosto de 1995.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

MORAIS, Eliane Pinheiro de. **Envelhecimento no meio rural: condições de vida, saúde, e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada do Sul-RS**. 2007. 215 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Fundamental) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acreana**. Rio Branco: FDRHCD, 1985. 101 p.

OLIVEIRA, R. M.; VALLA, V. V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 77-88, 2001. (Suplemento)

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 1- 23.

PAULA, E. A. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca da liberdade**. 1991. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Instituto de ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí, RJ, 1991.

PINHEIRO, Diógenes. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (Ed.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo; EDIUPF, 2001. p. 337- 366.

PINTO, N. P. A. **Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal**. São Paulo: HUCITEC, 1984. 168 p.

PRADO, Caio Júnior. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972. 237 p.

RAYNAUT, C. E. C. Approches sociales de l'alimentation infantile en milieu urbain africain. Guide Méthodologique. **L'Enfant en Milieu Tropical**, CIE, n. 201, p. 73, 1992.

RÊGO, José Fernandes do. (Coord.). **Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre**. Rio Branco: UFAC, 1996. 53 p. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC).

_____. **Estado e políticas públicas: A reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luis: EDUFMA. 2002. Rio Branco/Acre, Brasil, 420 p.

REIS, Artur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIO BRANCO (Município). Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB). **Matriz de informações: polos agroflorestais**. Rio Branco-AC: Secretaria de Agricultura e Floresta (SAFRA), 2006. 15 diapositivos: color.

_____. Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB)/Secretaria de Planejamento (SEPLAN). **Relatório sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Polo do Núcleo de Produção Agropecuária Geraldo Fleming**. Rio Branco-AC, set./2004.

_____. Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB)/Secretaria de Agricultura (SAFRA). **Polo Municipal de Produção Agroflorestal**. Rio Branco-AC, mar./1994.

ROCHA, S. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, M. B.; MENEZES FILHO, N. A. (Org). **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro-RJ, 2001. p. 51-78.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças**. In: *Epidemiologia e Saúde*. Disponível em: <<http://www.psiquiatriageral.com.br/epidemiologia/conceito5.htm>> Acesso em: 30 Abr. 2008.

- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.
- SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza** – economia política da distribuição de renda. São Paulo: Garamond Ltda., 1999.
- SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Ed. Best Seller. 1999. p. 168 -169 e 249 - 250.
- SANTOS, Milton *et al.* **Pobreza urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2004. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/causasp.html>>. Acesso em: 22 Mar. 2008.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 1 - 219.
- SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra**. 1990. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.
- SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas-SP: UNICAMP. IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1)
- SILVA, Vanda. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 22, n. 57, p.97-115, ago. 2002.
- SILVEIRA, Caio Márcio; BOCAJUVA, Cunha. **Desenvolvimento local integrado e sustentável enfoque estratégico e construção de indicadores**. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/Desenvolvimento_local_integrado_e_sustentavel.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2007.
- SOUZA, André Portela. Por uma política de metas de redução de pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, p. 20-27, 2004.
- SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. Rio Branco: M.M. Paim, 1995. 103 p.
- SOUZA, Elyson Ferreira de. **Análise comparativa dos custos totais de produção dos PAD's Boa Esperança e Humaitá**. 2002. 55 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2002.
- SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415 p.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Editora Cortez, 1988, p. 333.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. v. 1. 536 p. (Coleção Brasil 500 Anos)

TROYANO, A. A. *et al.* Condições de vida e pobreza: elementos para uma discussão metodológica. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 32-36. Fundação SEADE, abr./jun. 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 23-56.

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. DADOS GERAIS/SOCIAIS

1.0 Nome do Entrevistado: _____

1.1 Chefe da Família: _____

1.1.1 Naturalidade: _____ Estado: _____

1.2 Em que ano sua família foi assentada no lote? _____

1.2.1 De onde veio? Indique as mudanças anteriores

Mudanças	Locais*	Ano	Atividade Desenvolvida*
Última			
Penúltima			
Antepenúltima			

*1 - Produtor; 2 - Outra (especificar).

1.3. Localização geográfica: Latitude _____
Longitude _____

1.3.1. Dados sobre a área

1.3.2. Local: () Polo _____

1.3.2.1. Ramal: _____

1.3.2.2. Lote: _____

1.3.2.3. Tamanho do lote/área: _____

Obs.: Unidades de medida – Alqueire (alq) ou alqueirinho (2,5 ha); Alqueirão (3,75 ha); Hectare (ha) – 100m x 100m; Tarefa (tar) - 50m x 50m.

1.4. Município: _____ Estado: _____

* Se o local anterior de moradia for na zona urbana, especificar a cidade e o bairro de moradia.

1.5. Informações Pessoais:

1.5.1 Informações sobre a família

Nome	Grau de Parentesco*	Idade (anos e meses)	Sexo (M ou F)	Atividade** (pode ser mais de uma)	Quantos dias da semana trabalha na produção?	Quantas horas por dia trabalha na produção?

1.5.2 Informações sobre a família – Grau de escolaridade e profissão

Nome	Escolaridade*	Quantos anos de estudo?	Ainda estuda? (S ou N)	Se não, por que?***	Alguma outra profissão ou habilidade especial das que exerce no lote? (S ou N)	Se sim, qual? ***	Se sim, trabalha na área?

* 1 - Analfabeto; 2 - Analfabeto Funcional; 3 - Ensino Fundamental Incompleto (1ª a 4ª Séries); 4 - Ensino Fundamental Completo; 5 - Ensino Médio Incompleto; 6 - Ensino Médio Completo; 7 - Ensino Superior Incompleto; 8 - Ensino Superior Completo; 9 - Ensino Fundamental Incompleto (5ª a 8ª Séries); 10 - Não está em idade escolar.

** 1 - Começou, mas desistiu; 2 - Não existe na região série para continuidade dos estudos; 3 - Desistiu de estudar; 4 - Motivos de trabalho; 5 - Dificuldade de Acesso; 6 - Outros.

*** 1 - Mateiro; 2 - Mecânico; 3 - Tratorista; 4 - Agente de Saúde; 5 - Pedreiro; 6 - Outros.

1.5.3 Qual a forma de acesso a terra:

Situação Anterior (último local de moradia antes do Polo)	Situação Atual
<input type="checkbox"/> Licença de ocupação/Prefeitura	<input type="checkbox"/> Licença de ocupação/Prefeitura
<input type="checkbox"/> Autorização de ocupação/ Prefeitura	<input type="checkbox"/> Autorização de ocupação/ Prefeitura
<input type="checkbox"/> Posse	<input type="checkbox"/> Posse
<input type="checkbox"/> Compra (c/ escritura pública)	<input type="checkbox"/> Compra (c/ escritura pública)
<input type="checkbox"/> Compra (s/ escritura pública)	<input type="checkbox"/> Compra (s/ escritura pública)
<input type="checkbox"/> Arrendamento	<input type="checkbox"/> Arrendamento

2) MORADIA

2.1. O que motivou sua mudança para o Polo?

Acesso a terra para cultivo Acesso a moradia Arriscar uma nova vida _____

2.2. Quando recebeu a propriedade havia moradia construída? Sim Não

2.2.1. Caso não, qual a fonte de recursos para a construção?

Própria Apoio financeiro da Prefeitura _____

2.3. Situação da moradia

Questão	Situação Anterior	Situação Atual
Qual a situação da moradia?	<input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> cedida <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> cedida <input type="checkbox"/>
Qual o tipo de construção da moradia?	<input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> madeira bruta <input type="checkbox"/> madeira cerrada <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> madeira bruta <input type="checkbox"/> madeira cerrada <input type="checkbox"/>

2.4. Havia banheiro na moradia anterior ao polo? Sim Não

2.4.1. Qual a situação do banheiro anterior e atual?

Situação Anterior	Situação Atual
<input type="checkbox"/> Privativo interno <input type="checkbox"/> Privativo externo	<input type="checkbox"/> Privativo interno <input type="checkbox"/> Privativo externo

2.5. No caso de banheiro externo, qual a forma de utilização?

Situação Anterior	Situação Atual
<input type="checkbox"/> Necessidades fisiológicas <input type="checkbox"/> Banho <input type="checkbox"/> Para as duas situações	<input type="checkbox"/> Necessidades fisiológicas <input type="checkbox"/> Banho <input type="checkbox"/> Para as duas situações

2.6. Descrição do tipo de construção do banheiro (interno/externo):

Situação Anterior	Situação Atual
<input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> madeira bruta <input type="checkbox"/> madeira cerrada Cobertura: <input type="checkbox"/> cavaco <input type="checkbox"/> zinco <input type="checkbox"/> telha de amianto <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> madeira bruta <input type="checkbox"/> madeira cerrada Cobertura: <input type="checkbox"/> cavaco <input type="checkbox"/> zinco <input type="checkbox"/> telha de amianto <input type="checkbox"/>

2.7. Caso não tivesse banheiro construído:

Situação Anterior	Situação Atual
- Onde fazia suas necessidades fisiológicas? () Privada () No mato () Igarapé ()	- Onde faz suas necessidades fisiológicas? () Privada () No mato () Igarapé ()
- Onde tomava banho? () Igarapé () No vizinho () Tanque/camburão ()	- Onde toma banho? () Igarapé () No vizinho () Tanque/camburão ()

2.8. Qual a sua avaliação do tipo de moradia disponível no Polo?

() Ruim () Médio () Bom () Ótimo

2.8.1. Por quê? _____

3. INFRAESTRUTURA

3.1. Serviços:

Serviços disponíveis (situação anterior)	Serviços disponíveis (situação atual)
() Água () Energia Elétrica () Rede de esgoto () Telefone	() Água () Energia Elétrica () Rede de esgoto () Telefone

3.2. Condições dos serviços:

Situação Anterior	Situação Atual
a) Serviço de água () Saerb () Clandestina () Poço () Vizinho () Igarapé () Não tem	a) Serviço de água () Saerb () Clandestina () Poço () Vizinho () Igarapé () Não tem
b) Serviço de luz () Padrão () Gambiarra () Placa solar () Gerador () Não tem ()	b) Serviço de luz () Padrão () Gambiarra () Placa solar () Gerador () Não tem ()
c) Iluminação Pública: () Sim () Não	c) Iluminação Pública: () Sim () Não
d) Vias de acesso () Asfaltada em boas condições () Asfaltada, mas com buracos () Barro () Piçarra ()	d) Vias de acesso (pesquisador deve observar) () Asfaltada em boas condições () Asfaltada, mas com buracos () Barro () Piçarra ()

3.3. Qual a sua avaliação dos serviços de infraestrutura existentes no Polo?

() Ruim () Médio () Bom () Ótimo

3.3.1. Por quê? _____

4. SAÚDE

4.1. Diagnóstico de enfermidades

Questões	Situação Anterior	Situação Atual
Doenças contraídas pela família:	<input type="checkbox"/> malária <input type="checkbox"/> hepatite <input type="checkbox"/> pneumonia <input type="checkbox"/> diarreia <input type="checkbox"/> gripe <input type="checkbox"/> picadas venenosas <input type="checkbox"/> febre amarela <input type="checkbox"/> leishimaniose (ferida braba) <input type="checkbox"/> dengue <input type="checkbox"/> vermes <input type="checkbox"/> sarampo <input type="checkbox"/> catapora <input type="checkbox"/> coqueluche <input type="checkbox"/> hanseníase <input type="checkbox"/> fraturas <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> malária <input type="checkbox"/> hepatite <input type="checkbox"/> pneumonia <input type="checkbox"/> diarreia <input type="checkbox"/> gripe <input type="checkbox"/> picadas venenosas <input type="checkbox"/> febre amarela <input type="checkbox"/> leishimaniose (ferida braba) <input type="checkbox"/> dengue <input type="checkbox"/> vermes <input type="checkbox"/> sarampo <input type="checkbox"/> catapora <input type="checkbox"/> coqueluche <input type="checkbox"/> hanseníase <input type="checkbox"/> fraturas <input type="checkbox"/>
Tipos de doença crônica:	<input type="checkbox"/> hepatite B <input type="checkbox"/> hepatite C <input type="checkbox"/> diabetes <input type="checkbox"/> hipertensão <input type="checkbox"/> cirrose <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> hepatite B <input type="checkbox"/> hepatite C <input type="checkbox"/> diabetes <input type="checkbox"/> hipertensão <input type="checkbox"/> cirrose <input type="checkbox"/>
Há alguém na família com necessidades especiais?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Tipo de deficiência necessidades especiais?	<input type="checkbox"/> auditiva <input type="checkbox"/> visual <input type="checkbox"/> paralisia infantil <input type="checkbox"/> síndrome de Down <input type="checkbox"/> autismo <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> auditiva <input type="checkbox"/> visual <input type="checkbox"/> paralisia infantil <input type="checkbox"/> síndrome de Down <input type="checkbox"/> autismo <input type="checkbox"/>

4.2. Condições de tratamento

Questões	Situação Anterior	Situação Atual
Tipo de atendimento procurado quando doente	<input type="checkbox"/> Unidades Básicas (módulo/posto) <input type="checkbox"/> SAMU <input type="checkbox"/> Pronto socorro <input type="checkbox"/> Curandeira	<input type="checkbox"/> Unidades Básicas (módulo/posto) <input type="checkbox"/> SAMU <input type="checkbox"/> Pronto socorro <input type="checkbox"/> Curandeira
Recebe visita do agente de saúde?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O membro da família com deficiência realiza algum tratamento específico?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Atendimento na unidade de saúde (US) feito por:	<input type="checkbox"/> médico <input type="checkbox"/> enfermeiro <input type="checkbox"/> auxiliar de enfermagem <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> médico <input type="checkbox"/> enfermeiro <input type="checkbox"/> auxiliar de enfermagem <input type="checkbox"/>

4.3. Qualidade da água consumida pela família:

Tipo de origem	Marque com um X	
	Situação Anterior	Situação Atual
1. Decantada ou sentada (Pote)		
2. Coada		
3. Filtrada		
4. Fervida		
5. Clorada		
6. Não é Tratada		

4.4. Tipos de medicamentos mais utilizados pela família

Situação Anterior	Situação Atual
<input type="checkbox"/> Farmacêutico <input type="checkbox"/> Fitoterápico	<input type="checkbox"/> Farmacêutico <input type="checkbox"/> Fitoterápico

4.5. Qual a sua avaliação dos serviços de saúde existentes no Polo?

Ruim Médio Bom Ótimo

4.5.1. Por quê? _____

5. EDUCAÇÃO

5.1. Serviço educacional básico

Questões	Situação Anterior	Situação Atual
Existência de escola	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Nível de ensino:	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio
Os membros da família procuram ensino escolar fora da unidade produtiva (do lugar onde moravam ou moram)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Quantos membros estudam fora?		
Ensino procurado:	<input type="checkbox"/> Creche <input type="checkbox"/> Pré-escola <input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Creche <input type="checkbox"/> Pré-escola <input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio
Qual o meio de transporte utilizado para chegar à Escola?	<input type="checkbox"/> A pé <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Carona <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Cavalos <input type="checkbox"/> Carroça	<input type="checkbox"/> A pé <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Carona <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Cavalos <input type="checkbox"/> Carroça

5.2. Cursos de capacitação ou qualificação profissional

Questões	Situação Anterior	Situação Atual
Algum membro da família realizou curso de capacitação ou extensão?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em que área?	<input type="checkbox"/> Agrícola <input type="checkbox"/> Não agrícola	<input type="checkbox"/> Agrícola <input type="checkbox"/> Não agrícola
Qual a fonte de recursos para pagamento do curso?	<input type="checkbox"/> Próprios <input type="checkbox"/> Instituição organizadora	<input type="checkbox"/> Próprios <input type="checkbox"/> Instituição organizadora
Tem utilizado o conteúdo aprendido em alguma atividade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

5.3. Qual a sua avaliação dos serviços de educação existentes no Polo?

Ruim Médio Bom Ótimo

5.3.1. Por _____

6. ASPECTO ECONÔMICO

6.1. Informações gerais de renda antes de morar no polo

Questões	Situação Anterior
Qual a renda mensal da família na última atividade desenvolvida antes de ir para o Polo?	R\$
Algum Membro da sua família recebeu algum benefício em termos monetários?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Qual o tipo de benefício recebido?	<input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Pensão <input type="checkbox"/>
Qual o valor mensal do benefício?	R\$

6.2. O que você produz e a que preço vende?

6.3. Que tipo de custos você tem em sua produção?

Para quem vende seus produtos?

Feira Atravessador Prefeitura Agroindústria

6.4. Em relação às atividades (culturas e criações) praticadas em seu lote, alguma instituição influencia nas suas decisões de produção? Sim Não

6.5. Está satisfeito com as atividades (culturas e criações) praticadas em seu lote?

Sim Não

6.6. Existe alguma outra atividade (culturas e criações) que gostaria de desenvolver?

Sim Não

6.7. Como avalia a sua situação econômica hoje?

Ruim Médio Bom Ótimo

6.7.1. Por quê?

6.8. Hoje a sua situação econômica está:

Melhor Pior Igual

7. ASPECTO AMBIENTAL

7.1. Questões	Situação Anterior	Situação Atual
Há coleta de lixo domiciliar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Qual o destino do lixo da sua residência?	<input type="checkbox"/> Coleta pública domiciliar <input type="checkbox"/> Terreno baldio <input type="checkbox"/> Joga no mato <input type="checkbox"/> Igarapé <input type="checkbox"/> Rua <input type="checkbox"/> Queimado <input type="checkbox"/> Enterrado <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Coleta pública domiciliar <input type="checkbox"/> Terreno baldio <input type="checkbox"/> Joga no mato <input type="checkbox"/> Igarapé <input type="checkbox"/> Rua <input type="checkbox"/> Queimado <input type="checkbox"/> Enterrado <input type="checkbox"/>
Qual o destino dos dejetos?	<input type="checkbox"/> Rede de esgoto <input type="checkbox"/> Fossa séptica <input type="checkbox"/> Fossa Negra (Privada) <input type="checkbox"/> Igarapé <input type="checkbox"/> Drenagem <input type="checkbox"/> A céu aberto <input type="checkbox"/> Açude <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Rede de esgoto <input type="checkbox"/> Fossa séptica <input type="checkbox"/> Fossa Negra (Privada) <input type="checkbox"/> Igarapé <input type="checkbox"/> Drenagem <input type="checkbox"/> A céu aberto <input type="checkbox"/> Açude <input type="checkbox"/>
Qual o destino da água usada em sua casa?	<input type="checkbox"/> Rede de esgoto <input type="checkbox"/> Drenagem <input type="checkbox"/> Igarapé <input type="checkbox"/> A céu aberto <input type="checkbox"/> Açude <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Rede de esgoto <input type="checkbox"/> Drenagem <input type="checkbox"/> Igarapé <input type="checkbox"/> A céu aberto <input type="checkbox"/> Açude <input type="checkbox"/>

7.2. Você se preocupa com as questões relacionadas ao meio ambiente (queimada, desmatamento, poluição dos rios, igarapés, etc.)?

Sim Não

8. LAZER

8.1. Espaços para lazer, cultura e, ou, esporte

Questões	Situação Anterior	Situação Atual
Quais espaços disponíveis ao lazer, cultura ou esporte?	<input type="checkbox"/> Praça <input type="checkbox"/> Quadra <input type="checkbox"/> Salão de festas <input type="checkbox"/> Igreja <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Praça <input type="checkbox"/> Quadra <input type="checkbox"/> Salão de festas <input type="checkbox"/> Igreja <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/>
Quais atividades?	<input type="checkbox"/> Futebol <input type="checkbox"/> Dança <input type="checkbox"/> Teatro <input type="checkbox"/> Música <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Futebol <input type="checkbox"/> Dança <input type="checkbox"/> Teatro <input type="checkbox"/> Música <input type="checkbox"/>
Onde estas atividades são realizadas?	<input type="checkbox"/> Sede da associação <input type="checkbox"/> Igreja <input type="checkbox"/> Cidade	<input type="checkbox"/> Sede da associação <input type="checkbox"/> Igreja <input type="checkbox"/> Cidade
Algum membro da família participa destas atividades?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Onde estas atividades são realizadas?	<input type="checkbox"/> Propriedade vizinha ao Polo <input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Zona urbana <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Propriedade vizinha ao Polo <input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Zona urbana <input type="checkbox"/>

8.2. Qual a sua avaliação dos serviços de lazer, cultura e/ou esporte existentes no Polo?

Ruim Médio Bom Ótimo

8.2.1. Por quê? _____

9. ASPECTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL

Questões	Situação Anterior	Situação Atual
Qual tipo de organização social existe?	<input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Sindicato <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Igreja	<input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Sindicato <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Igreja
Algum membro da família participa de alguma destas organizações?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
De quais organizações participa?	<input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Sindicato <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Igreja	<input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Sindicato <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Igreja
Com qual objetivo a organização social foi fundada?	<input type="checkbox"/> Obter crédito <input type="checkbox"/> Abrir ramal <input type="checkbox"/> Organizar a produção <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Obter crédito <input type="checkbox"/> Abrir ramal <input type="checkbox"/> Organizar a produção <input type="checkbox"/>
Há membros da família filiados a partidos políticos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Quais as organizações/entidades mais atuantes na região?	<input type="checkbox"/> Prefeitura <input type="checkbox"/> ONG's <input type="checkbox"/> Banco <input type="checkbox"/> Associação de produtores <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Prefeitura <input type="checkbox"/> ONG's <input type="checkbox"/> Banco <input type="checkbox"/> Associação de produtores <input type="checkbox"/>

9.1. Atualmente qual a importância da participação da família nas organizações sociais mencionadas?

Baixa Média Alta

9.2. Por quê? _____

9.3. Qual a sua avaliação do trabalho realizado por estes organismos no Polo?

Ruim Médio Bom Ótimo

9.4. Por quê?

10. SUCESSÃO

10.1. Escolha do sucessor

10.1.1. Se tivesse de escolher um sucessor, qual de seus filhos seria?

o mais velho o mais estudado o mais apto
 o mais novo o menos estudado sem critério pra escolha

10.2. Tem filhos morando fora da UPF?

Sim Não

10.2.1. Onde moram?

Outro Polo Assentamento do INCRA Seringal Zona urbana

10.2.2. Por qual motivo não moram em seu lote?

Casou Estudo Trabalho Desejo de independência Tratamento saúde

11. VÍNCULO COM O LUGAR

11.1. Opção pela atividade agrícola: na visão do chefe da família e do filho

Questões	Chefe da família	Filho ^{42/}
Você se considera agricultor?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se pudesse escolher, você moraria:	<input type="checkbox"/> Polo <input type="checkbox"/> Assentamento INCRA <input type="checkbox"/> Seringal <input type="checkbox"/> Zona urbana	<input type="checkbox"/> Polo <input type="checkbox"/> Assentamento INCRA <input type="checkbox"/> Seringal <input type="checkbox"/> Zona urbana
Você tem vergonha de ser agricultor ou de morar no Polo?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei
Está satisfeito com a vida no Polo?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Se pudesse escolher, gostaria que seus filhos também fossem agricultores?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Por quê:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Por quê:
Você acha o trabalho no Polo:	<input type="checkbox"/> pesado <input type="checkbox"/> razoável <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> fácil	<input type="checkbox"/> pesado <input type="checkbox"/> razoável <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> fácil

11.2. Opção pela atividade agrícola: na visão do filho

11.2.1. Deseja ser agricultor como seus pais?

sim não

11.2.2. Caso não, que profissão pretende seguir? _____

11.2.3. Sobre a possibilidade de substituir seus pais no campo você:

só pensou não quero ser agricultor
 conversei com meus irmãos nunca pensei nisso

11.2.4. Existe uma cobrança da família ou da comunidade para você ser agricultor igual a seus pais?

sim não às vezes nem notei

11.2.5. Com que frequência você ajuda seus pais no trabalho agrícola?

sempre nunca às vezes

11.2.6. Caso fosse agricultor, trabalharia na terra da mesma forma que seu pai ensinou?

sim não

Porquê? _____

^{42/} Entrevistar o filho mais próximo do pai no trabalho agrícola, ou seja, o braço direito ou o primogênito.

11.2.7. Qual a atividade que o filho mais gosta de desenvolver no Polo?

Filhos	Atividade Preferida^{43/}	Filhos	Atividade Preferida

^{43/} 1 - plantio; 2 - colheita; 3 - criações; 4 - trabalhos domésticos; 5 - Não gosta de nenhuma atividade; e 6 - Outros.